

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RENATA SILVA SOUZA

**A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA  
GRANDE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2017

RENATA SILVA SOUZA

**A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA  
GRANDE VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social, na linha de pesquisa Estrutura e Reprodução do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Maurício de Souza Sabadini

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S729t                      Souza, Renata Silva, 1980-  
                                A terceirização do trabalho no setor da construção civil na  
                                Grande Vitória/ES / Renata Silva Souza. – 2017.  
                                150 f. : il.

                                Orientador: Maurício de Souza Sabadini.  
                                Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

                                1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Terceirização. 3.  
Construção civil. I. Sabadini, Mauricio de Souza, 1970-. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

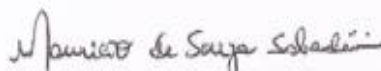
**RENATA SILVA SOUZA**

**A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL NA GRANDE VITÓRIA (ES)**

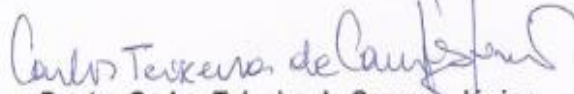
*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito  
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política  
Social.*

**Aprovada em 12 de julho de 2017.**

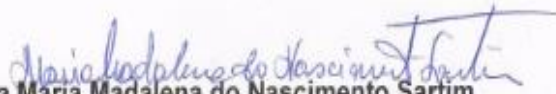
**COMISSÃO EXAMINADORA**



**Professor Doutor Mauricio de Souza Sabadini**  
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo



**Professor Doutor Carlos Teixeira de Campos Júnior**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Professora Doutora Maria Madalena do Nascimento Sartim**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**VITÓRIA**

**2017**

À minha mãe Dirlei Maria da Silva Coser,  
minha grande amiga e companheira dessa jornada

À meu pai Gerson de Moura Souza (In memoriam)  
À todos os trabalhadores e trabalhadoras da construção civil de todo o Brasil

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de manifestar o meu agradecimento a Deus por ter me dado força, paciência e sabedoria para enfrentar as adversidades encontradas nesse percurso. Dedico igualmente os meus sinceros agradecimentos a todos que me fizeram crescer e amadurecer ao longo desse processo.

À minha amada e querida mãe Dirlei Maria da Silva Coser por ter me dado uma excelente educação, bem como pelo seu amor e apoio incondicional acreditando no meu sonho e por me ensinar a ser forte e jamais desistir. Mãe eu te amo muito!

Ao meu pai Gerson de Moura Souza (in memoriam) que mesmo distante, contribuiu para a minha sólida formação ao longo da minha infância e adolescência.

Ao meu Orientador e Professor Maurício de Souza Sabadini por ter me acolhido e acreditado na viabilidade da minha pesquisa. Pelo tempo dispensado e pela leitura cuidadosa de cada linha deste trabalho, me apontando direcionamentos com a sabedoria que lhe é peculiar, contribuindo imensamente para a dissertação, e por permitir que eu fizesse o estágio docência.

À Professora Maria Madalena do Nascimento Sartim por me receber de braços abertos no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET), por suas palavras de incentivo e conhecimentos compartilhados ao longo desse processo e tão importantes para o meu crescimento acadêmico. Muito obrigada por tudo Madalena! O caminho foi muito mais leve junto a você. Te amo Madalena!

Ao Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da UFES que desde 2010, tem me proporcionado espaço para refletir, debater e construir a minha trajetória acadêmica como Pesquisadora da temática Trabalho. Em especial, agradeço de coração à todos os meus amigos e amigas do NET-UFES:

À minha meiga e linda amiga e Professora Soraya Gama de Ataíde Prescholdt pelo carinho e sempre pronta a auxiliar-me. Adoro você Soraya!

Ao Professor Renato Almeida de Andrade e Professora Janice Gusmão Ferreira de Andrade pela amizade, apoio e consideração dispensados a mim.

À minha querida amiga Marinéia Viale Quinelato Vargas pelo carinho, pela força e saber compartilhado comigo ao longo da nossa convivência no NET-UFES e por sempre estar ao meu lado.

À minha linda e fofa amiga Edilene Souza da Silva Neves pelas riquíssimas contribuições ao meu projeto de pesquisa quando eu ainda estava no processo de seleção para o Mestrado em 2014 e principalmente por ter me aceitado como amiga com todas as minhas limitações.

Às amigas sempre maravilhosas do NET-UFES pela amizade e companheirismo, Ana Paula Ribeiro, Aristela Vieira de Souza, Deuseni Cruz, Dayeny Karine Cordeiro Sabino, Tamires Valle Barreto, Pâmela Zorzal, Nayane Viale Vargas, Adriana de Cássia Peterlini Tavares, Natália Cerri de Jesus, Leni Rocha, Áurea Maria de Souza e Sousa, Yamília Siqueira, Débora Pereira Fiuza e Luciana Taubner Genelhú vocês fizeram do Mestrado um caminho menos solitário e muito mais feliz para mim. Amo todas vocês!

Ao professor Carlos Teixeira de Campos Júnior pelas críticas e sugestões tecidas a esta pesquisa quando apresentada no Exame de Qualificação, bem como por gentilmente acolher-me na sua disciplina "*Da construção da casa à produção da metrópole*" no Programa de Pós-Graduação em Geografia, por meio da qual obtive valiosas contribuições para a construção deste trabalho. Agradeço igualmente aos meus colegas que estiveram comigo no percurso desta disciplina, Alcenir, Elizete, Merci, Leandro, Ramona e Vinícius.

A todos os professores do programa de Pós-Graduação em Política Social que ministraram as disciplinas que cursei e que foram de fundamental importância para o desenvolvimento da minha pesquisa: Mauricio de Souza Sabadini, Paulo Nakatani, Ana Targina Rodrigues Ferraz, Neide César Vargas e Izildo Corrêa Leite. E de forma especial, a professora Maria Lúcia Teixeira Garcia por suas orientações de como elaborar um projeto de pesquisa ao longo da disciplina de metodologia no mestrado. Prof<sup>a</sup> Maria Lúcia, suas contribuições foram valiosíssimas para o meu amadurecimento acadêmico como pesquisadora.

Aos trabalhadores que dividiram comigo seus relatos, visto que estes me permitiram produzir a dissertação. A todos os membros do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sintraconst/ES) e em particular, tenho sincera gratidão à amiga Hérika Sizini que com sua receptividade e disponibilidade ajudou-me a realizar a pesquisa empírica para esta dissertação.

À Professora Vanda de Aguiar Valadão pelas orientações no meu período de estágio em docência na disciplina *Política de Trabalho* no curso de Serviço Social desta universidade.

Aos meus alunos pela deliciosa convivência e troca de conhecimentos na disciplina optativa *Política de Trabalho*. Foi uma experiência maravilhosa exercer a docência ao lado de vocês.

À Professora e Estatística Eliana Zandonade que juntamente com a equipe do Laboratório de Estatística da UFES (LESTAT) auxiliou-me no processo de seleção da amostra populacional para esta pesquisa.

À Professora Cirlene Caser pelo acolhimento e apoio incondicional dispensados à mim no Núcleo de Estudos do Trabalho da EMESCAM. Agradeço igualmente a todos os colegas do NET/EMESCAM pela fraterna receptividade e troca de conhecimentos: Tiago, Nanda, Iohana, Renata Nunes, Debora, Kely, Cristiane.

À Professora e Estatística Lúcia Sagrillo por auxiliar-me no processo de análise e sistematização dos dados empíricos desta pesquisa no Centro de Pesquisa da EMESCAM.

À Professora Renata Couto Moreira por me receber carinhosamente no Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas sobre a Dependência - Coletivo Anatália de Melo, no qual pude aprofundar o debate sobre a Superexploração do Trabalho na América Latina.

Ao Professor e Procurador do Ministério Público do Trabalho Bruno Gomes Borges da Fonseca pelas ricas contribuições para esta pesquisa por meio das leituras e debates desenvolvidos nos Grupos de Estudos *O Método em Karl Marx* e *Direito e Trabalho* na Faculdade de Direito de Vitória - FDV

A CAPES que ofereceu as condições financeiras para a realização da pesquisa através da bolsa de estudos, permitindo que eu me dedicasse exclusivamente ao mestrado.



"O mundo que fotografo é o do trabalho e o dos trabalhadores"  
(Sebastião Salgado)

## RESUMO

As principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas são consequências das transformações mais gerais no capitalismo e da constituição de um novo padrão de acumulação do capital por meio da reestruturação produtiva, que envolveu inovações tecnológicas, mudanças organizacionais e de gestão da força de trabalho. Neste sentido, a terceirização tornou-se uma estratégia mundial amplamente utilizada em grande parte dos setores de atividades econômicas, e de modo particular na construção civil de edificações. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar as relações e condições de trabalho materializadas no processo de terceirização da força de trabalho operária no setor da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES, visando identificar formas de precarização em termos contratuais, salariais, jornada de trabalho, condições laborais e nível de rotatividade entre os trabalhadores terceirizados deste segmento. Neste contexto, a terceirização assume especial relevância por retratar uma das formas que melhor demonstra o mundo do trabalho precarizado, com todas as implicações que lhes são inerentes, sobretudo o enfraquecimento dos direitos da classe trabalhadora. Escolheu-se o segmento da construção civil de edifícios para realizar este estudo, por tratar-se de um setor fortemente marcado pela terceirização da sua força de trabalho. Foi realizada pesquisa empírica com aplicação de questionários estruturados e pesquisa documental por meio do estudo de relatórios de órgãos governamentais, bem como do *Jornal do Operário da Construção*. Os resultados apontam que a força de trabalho terceirizada na construção civil de edificações, vivencia a precarização em suas relações e condições laborais por meio da precariedade salarial, extensa jornada de trabalho, problemas de saúde devido às más condições do ambiente laboral e elevados índices de acidentes de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Terceirização. Construção Civil. Precarização.

## ABSTRACT

The main changes in the world of work over the last decades are consequences of the transformations in capitalism and the constitution of a new pattern of capital accumulation through productive restructuring, which involved technological innovations, organizational changes and management of the workforce. In this sense, the outsourcing has become a worldwide strategy widely used in most sectors of economic activities, and particularly in civil construction of buildings. Thus, this research aims to analyze the labor relations and working conditions materialized in the outsourcing process of the labor force in the civil construction of buildings sector in Greater Vitória/ES, aiming to identify forms of precariousness in contractual, salary, working hours, work conditions, and level of staff turnover among outsourced workers in this economic segment. In this context, the outsourcing is particularly relevant because it shows one of the ways that best demonstrates the world of precarious work with all its inherent implications, especially the weakening of working class' rights. It was chosen the civil construction of buildings segment to perform this study because it is a sector strongly marked by outsourcing their workforce. It was performed the empirical research with structured questionnaires and documentary research through the study of reports of the government agencies and the *Jornal do Operário da Construção*. The results indicate that the outsourced workforce in the civil construction of buildings experiences the precariousness in their labor relations and working conditions through precarious salaries, long working hours, health problems due to poor working environment conditions and high rates of accidents at work.

**Key-words:** Work. Outsourcing. Civil Construction. Precariousness.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Comportamento do trabalhador da Const. Civil na Grande Vitória/ES em relação ao tempo de permanência no trabalho 2008-2015.....	69
Gráfico 02 – Empregos Formais na Const. Civil Brasil entre 2011 e 2015.....	71
Gráfico 03 – Empregos Formais na Const. Civil Esp. Santo entre 2011 e 2015.....	72
Gráfico 04 - Índice de Acidentes Típicos e de Trajetos Const. Civil no Espírito Santo e Grande Vitória/ES 2013-2015.....	120

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Tempo de permanência no vínculo de trabalho anterior.....	70
Tabela 02 - Contratos de Trabalho.....	79
Tabela 03 - Remuneração Média.....	83
Tabela 04 - Perfil Socioeconômico.....	88
Tabela 05 - Perfil Sócio Ocupacional.....	92
Tabela 06 - Experiências de trabalho anteriores.....	94
Tabela 07 - Formalização Contratos de Trabalho.....	98
Tabela 08 - Contribuição p/ Previdência Social quando na informalidade.....	100
Tabela 09 - Formas de Remuneração.....	103
Tabela 10 - Jornada de Trabalho.....	108
Tabela 11 - Realização de Horas-Extras x Extensão da Jornada de Trabalho Semanal.....	109
Tabela 12 - Remuneração de horas-extras.....	111
Tabela 13 - Fatores físicos e químicos prejudiciais à saúde do trabalhador.....	114
Tabela 14 - Existência de Equipamentos Proteção Individual (EPI`s).....	118
Tabela 15 - Índice de Acidentes de Trabalho Típicos e de Trajetos.....	121
Tabela 16 - Jornada de Trabalho x Ocorrência de Acidentes.....	124

## **LISTA DE SIGLAS**

AEAT - Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho

CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CEREST-ES - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ES - Espírito Santo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPS - Ministério da Previdência Social

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SINDUSCON-ES - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo

SINTRACONST-ES - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	19
<b>2 - AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....</b>	<b>26</b>
2.1 - REFLEXÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	26
2.2 - A TERCEIRIZAÇÃO COMO UM DOS ELEMENTOS DO PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES.....	31
2.3 - TERCEIRIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?.....	40
2.4 A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO HOMEM-QUE-TRABALHA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	48
<b>3 - O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES NA GRANDE VITÓRIA/ES.....</b>	<b>54</b>
3.1 - O PROCESSO PRODUTIVO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESPÍRITO SANTO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL.....	56
3.2 - O MERCADO DE TRABALHO E A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESPÍRITO SANTO E GRANDE VITÓRIA/ES: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS.....	61
<b>3.2.1 - A consolidação do mercado de trabalho da construção civil de edificações no contexto da reestruturação produtiva a partir dos anos 1970.....</b>	<b>67</b>
3.3 - A TERCEIRIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFÍCIOS NA GRANDE VITÓRIA/ES.....	75
<b>4 - AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SUBSETOR DE EDIFICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL CAPIXABA NO CONTEXTO DA TERCEIRIZAÇÃO.....</b>	<b>87</b>
4.1 - PERFIL GERAL DA FORÇA DE TRABALHO TERCEIRIZADA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES NA GRANDE VITÓRIA/ES.....	88
4.2 - AS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS ENTRE OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA GRANDE VITÓRIA/ES.....	95

4.3 - A VULNERABILIDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES.....	113
4.3.1 - Os acidentes de trabalho.....	117
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES.....	143
ANEXOS.....	148



## 1 - INTRODUÇÃO

A sociabilidade no mundo contemporâneo tem passado por transformações bastante acentuadas, em função do acelerado avanço tecnológico e das mudanças no mundo do trabalho (SOUZA, 2012). Estas transformações visam à recomposição das bases de acumulação do capital corroídas desde a crise do capital iniciada no final dos anos 1970.

A partir de tais mudanças, o processo de flexibilização do trabalho tendo a terceirização como um de seus principais elementos, constitui-se característica central da nova *morfologia do trabalho* no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais para enfrentamento da crise do capital diante dos seus processos de mundialização e financeirização (ANTUNES, 2015; 2013). Na conjuntura neoliberal, a reestruturação produtiva marca o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação no qual a terceirização constitui-se uma das expressões relacionadas diretamente com este processo (AZEVEDO, 2014; DRUCK, 2006).

Inserido nesse cenário de flexibilização do trabalho, o processo de terceirização está entre os elementos que se encontram no epicentro desse momento de transformações nas relações laborais. Nessa lógica, a terceirização assume maior amplitude - disseminação para todos os tipos de atividades/setores -, e centralidade no contexto do capitalismo mundializado no bojo do padrão de acumulação flexível, em que torna-se prática-chave para a flexibilização produtiva nas empresas transformando-se na principal via da precarização do trabalho (AZEVEDO, 2014; CARELLI, CARELLI, 2007; DRUCK, 2006).

O trabalho na atualidade sofre mudanças em sua estrutura, acarretando instabilidade, intensificação e flexibilização das leis que regulam as relações laborais complexificando tais relações de modo a contribuir ainda mais para o agravamento da precarização das condições e relações de trabalho. Assim, a questão social vem assumindo novas configurações (IAMAMOTO, 2008) pela sua estreita relação com as transformações operadas no mundo do trabalho em suas formas de organização, regulação e gestão que carregam em seu bojo o desemprego estrutural, a intensificação da precarização do trabalho e o aumento das desigualdades sociais (SOUZA, 2012).

Alves (2013) ressalta que a precarização do trabalho é entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível. Têm-se, então, a corrosão do trabalho compondo a terceirização como uma de suas principais portas de entrada.

Nesse contexto, os efeitos da tríade flexibilização/terceirização/precarização do trabalho se fazem sentir em níveis muito mais intensos no segmento da construção civil de edificações, em particular pela força de trabalho operária inserida nas funções relacionadas diretamente aos canteiros de obras como pedreiro, servente, armador, carpinteiro, pintor, eletricista e etc (SCAVICHIA, 2015).

As consequências da terceirização para o trabalho no âmbito da construção civil de edifícios são profundos, pois ela subordina as ações desenvolvidas à prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades e rompimento de vínculos laborais para os seus trabalhadores.

Torna-se importante ressaltar o que Druck (2006) denomina de *dimensão qualitativa da terceirização*, que cria divisão entre os trabalhadores (os de "primeira" e "segunda" categorias), além da fragmentação entre os trabalhadores com diferentes formas de contrato e níveis salariais, muitas vezes na mesma equipe, gerando dificuldades e constrangimentos para o fazer profissional dos trabalhadores da construção civil, bem como para a sua luta coletiva.

Na ótica do capital e das classes dominantes, o essencial de todos esses processos de intensificação e precarização laboral é o aumento da degradação e da exploração do trabalho. Ou, em outros termos, reduzir o trabalho pago e ampliar o trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalho assalariado.

Desse modo, a problemática desse estudo configurou-se a partir da hipótese de uma relação direta entre a intensificação do processo de terceirização e o agravamento da precarização das relações e condições laborais da força de trabalho operária no setor da construção civil de edificações da Grande Vitória/ES, visto que, quanto mais expande-se a terceirização sobre o trabalho dos operários da construção civil, tanto mais a qualidade das relações e condições laborais destes trabalhadores ficam comprometidas.

Assim, tal estudo propõe-se à compreensão do seguinte problema de pesquisa: Quais são as características das relações e condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados no setor da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES?

O interesse por fazer um estudo dessa natureza partiu da necessidade de se problematizar e compreender a terceirização nas relações laborais da força de trabalho operária da construção civil de edificações no Espírito Santo, mais precisamente na região da Grande Vitória, considerado o segmento econômico em que a terceirização se condensa com maior expressividade acompanhando a lógica do capital. Além disso, o foco de estudo voltado para a força de trabalho operária terceirizada e atuante no subsetor de edificações ocorre devido às peculiaridades deste subsegmento tais como: utilização da força de trabalho com baixa qualificação e alta rotatividade de pessoal por exemplo.

Tendo como referência a questão central que orienta este estudo, surgem outras problematizações ancoradas em questões norteadoras tais como:

Quais as implicações dos processos de reestruturação produtiva e de terceirização sobre as relações e condições laborais no setor da construção civil de edificações?

Como as contradições presentes nas relações laborais no âmbito da terceirização se refletem no processo de precarização da força de trabalho no setor da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES?

Frente às questões expostas, o objetivo geral dessa pesquisa ficou assim definido:

Analisar as características das relações e condições laborais da força de trabalho terceirizada no setor da construção civil de edificações da Grande Vitória/ES visando identificar formas de precarização que se refletem nas condições salariais, formas de contrato, jornada de trabalho, condições de trabalho e nível de rotatividade.

Para tanto, os objetivos específicos são:

- Compreender como as mudanças processadas na sociedade capitalista a partir da reestruturação produtiva repercutem sobre a relação capital-trabalho da força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações no Brasil com rebatimentos no Espírito Santo;

- Analisar a configuração do mercado de trabalho, assim como as relações laborais na construção civil de edificações da Grande Vitória/ES no contexto da terceirização;
- Mapear e analisar o perfil socioeconômico, bem como sócio-ocupacional da força de trabalho terceirizada inserida no setor da construção civil de edifícios da Grande Vitória/ES;

Nesse contexto, não obstante a análise das relações laborais com foco específico na terceirização da força de trabalho da construção civil de edifícios, não se pode perder de vista que tal tipo de relação trabalhista insere-se no modo de produção capitalista, na sociedade de classes e promove constantemente a reprodução das condições materiais que deram base ao surgimento do Direito do Trabalho que por sua vez, rege as relações laborais na sociedade capitalista (SILVA, 2009). Daí a necessidade, mesmo que em termos introdutórios, de apresentarmos elementos que possam contribuir para adensar o debate acerca do processo de terceirização do trabalho no setor da construção civil de edificações.

## 1.1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Minayo (2009), a pesquisa é uma atividade basilar da ciência na sua indagação e construção da realidade vinculando o pensamento e a ação. Nesse aspecto, se expressa a necessidade da teoria e do método, sendo a primeira “[...] construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos” (MINAYO, 2009, p.17) consistindo em uma forma de mediação para a compreensão da realidade, enquanto que o método consiste na organização dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou seja, caminho pelo qual busca-se atingir um fim.

Lakatos e Marconi (2007) trazem uma reflexão quanto à importância de direcionar a pesquisa científica para o conhecimento da realidade, ressaltando que a pesquisa consiste em um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade, que por sua vez constitui-se em um movimento dialético em que ressalta-se a

tensão presente na relação entre capital e trabalho no contexto da terceirização na construção civil de edificações da Grande Vitória/ES.

Portanto, esta pesquisa adota como método a Teoria Social Crítica Marxiana como lente para a análise do objeto tendo a dialética como princípio epistemológico e analítico para compreensão da realidade social. Esta opção justifica-se por ser este o método que melhor permite a aproximação com o fenômeno social a ser estudado na sua totalidade, visto que tal método possibilita a apreensão crítica da realidade social como essencialmente contraditória e em permanente transformação, características inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista (KONDER, 2008). Os pressupostos analíticos para apreensão desse objeto de estudo utilizam as categorias da totalidade, contradição, mediação e historicidade que por sua vez, permitem capturar a dinâmica dos processos sociais e seu movimento no real (NETTO, 2011).

A escolha deste método possibilita apreender a essência da realidade buscando capturar o movimento do real, isto é, a processualidade do fenômeno o que permitirá neste caso analisar e compreender como a terceirização nas relações de trabalho na construção civil da Grande Vitória/ES e seus impactos sobre os trabalhadores deste segmento que estão articulados à totalidade das relações sociais e são perpassadas por determinações, que nas palavras de Netto (2011, p.45) “são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade, sendo por isso o conhecimento concreto do objeto, o conhecimento das suas múltiplas determinações”.

Desse modo, à luz dessas problematizações, essa pesquisa caracteriza-se como exploratória utilizando-se de uma abordagem com ênfase quantitativa, bem como e de modo complementar, qualitativa. No contexto da pesquisa quantitativa, Fonseca (2002) esclarece que

[...] os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. [...] Considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. No entanto, a utilização conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

No tocante à pesquisa qualitativa, Minayo (2009, p. 22) argumenta que “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas [...]”. Esta opção metodológica deve-se à natureza do problema a ser estudado, da complexidade do objeto de estudo e do recorte da pesquisa, visto que diante deste universo amplo e complexo de investigação, a pesquisa qualitativa mostra-se igualmente adequada, pois, devido ao seu caráter mais interpretativo, possibilita alcançar de maneira mais aprofundada e abrangente o problema delineado (MINAYO, 2009), uma vez que para realizar a análise do processo de terceirização vivenciado entre a força de trabalho da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES, torna-se necessário investigar as relações e condições de trabalho no setor, o seu processo produtivo, os riscos enfrentados e a percepção individual dos trabalhadores a respeito da sua vulnerabilidade social vivenciada no ambiente laboral.

Quanto ao procedimento metodológico, foi realizado um estudo bibliográfico com aporte no referencial teórico de autores da Sociologia do Trabalho, Economia Política e Serviço Social que se aproximam do objeto desta pesquisa por meio da análise de livros, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado articulados às temáticas terceirização, relações de trabalho, precarização e mundialização do capital em contexto geral e mais detidamente no que concerne ao setor da construção civil de edificações e sua força de trabalho operária e terceirizada.

Além disso, foi realizada uma breve pesquisa documental - enquanto fonte secundária de dados - através da análise das edições do *Jornal Operário da Construção* do Sintraconst/ES e a *Convenção Coletiva de Trabalho*, assim como relatórios, anuários estatísticos e estudos setoriais de órgãos oficiais do governo como o DIEESE, RAIS, Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego. Tais documentos tornam-se relevantes para essa pesquisa, visto que os mesmos trazem informações que possibilitam a análise da realidade das relações e condições de trabalho na construção civil de edificações.

Posteriormente, foi realizada pesquisa empírica como fonte primária de dados, que foi desenvolvida por meio da aplicação de questionários estruturados com perguntas fechadas junto aos trabalhadores terceirizados da construção civil da Grande Vitória/ES (sujeitos da pesquisa), enquanto técnica quantitativa de coleta de dados.

A pesquisa empírica teve como objetivo aprofundar as informações acerca das relações laborais dessa força de trabalho no âmbito da terceirização, bem como apreender a percepção desses trabalhadores acerca da sua realidade no contexto do seu fazer profissional nas relações sociais nas quais se inscrevem, haja vista a possibilidade de obter uma significativa representação da precarização nas relações de trabalho desses trabalhadores, à medida que as relações formalizadas de trabalho são influenciadas cada vez mais por relações flexibilizadas de compra e venda da força de trabalho, fruto principalmente da terceirização.

Na pesquisa de campo, a coleta de dados foi estruturada em dois momentos. No primeiro, foi feito contato por telefone com os dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sintraconst-ES), convidando-os para participar da pesquisa e agendar visita a sede do sindicato. Além disso, por meio da fundamental intermediação do Sindicato laboral, foi realizado um contato inicial com os trabalhadores da construção através do curso de formação do Sintraconst-ES promovido pelo setor de Formação do Sindicato, realizado todas as segundas-feiras.

O segundo momento iniciou-se com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme APÊNDICE A, detalhando os objetivos da pesquisa, a finalidade dos questionários, além da informação relativa à garantia de sigilo. Junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi igualmente apresentado ao Sintraconst-ES e aos trabalhadores uma cópia do questionário estruturado com as questões relativas ao objeto de estudo da pesquisa, conforme APÊNDICE B. Tais questionários foram aplicados junto aos trabalhadores terceirizados da construção civil na sede do Sintraconst-ES e em quatro canteiros de obras na Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória). Realizou-se um número de aplicação de questionários adequado a contemplar o sentido de representatividade amostral. Desse modo, dado o tamanho da amostra (190 trabalhadores), este instrumento de pesquisa (questionário) mostrou-se eficaz por permitir atingir um grande número de trabalhadores em curto período de tempo.

Nesse contexto *a priori*, como já mencionado, foi utilizada uma amostra de 190 trabalhadores terceirizados inseridos na construção civil de edificações na região da Grande Vitória/ES. Para a extração desse recorte amostral, foi utilizado o programa

estatístico Epidat<sup>1</sup> por meio do qual foi calculado o tamanho da amostra de forma aleatória para estimar uma proporção em torno de 30%<sup>2</sup> das variáveis do universo estudado, com erro amostral de 8% e nível de significância de 1,5%. Desse modo, considerando-se o tamanho da população de 4.000 pessoas, extraiu-se da mesma uma amostra de 190 indivíduos (trabalhadores) que por sua vez corresponde a 4,75%<sup>3</sup> do universo populacional.

A amostra de 190 trabalhadores busca manter coerência com a representatividade setorial de distribuição da força de trabalho terceirizada da construção civil na Grande Vitória/ES em função da necessidade de avaliar a hipótese de uma relação entre a expansão da terceirização e o aumento das formas de precarização das relações e condições de trabalho neste setor. Cabe salientar que, o universo populacional de 4.000 trabalhadores terceirizados da construção civil da Região da Grande Vitória/ES, refere-se à estimativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sintraconst/ES).

As questões previamente selecionadas para os questionários buscaram articular o objeto da pesquisa aos objetivos já estabelecidos. Convém ainda ressaltar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, recebendo o parecer consubstanciado de aprovação, conforme consta nos ANEXOS, com o registro de nº 1.534.336, autorizando desse modo, o início da pesquisa de campo.

Além disso, com o objetivo de complementar os dados obtidos mediante a aplicação dos questionários, realizou-se de forma aleatória, algumas entrevistas - enquanto técnica de coleta de dados qualitativa - com representantes das entidades sindicais (laboral e patronal), bem como com os trabalhadores na sede do Sindicato Laboral. Os relatos dos trabalhadores foram obtidos em diálogos informais e foram anotados em um diário de campo que compõe o conjunto dos dados analisados, visto que mesmo respondendo ao questionário aplicado, alguns trabalhadores se dispuseram a falar um pouco acerca da realidade do seu trabalho na construção civil. Desse

---

<sup>1</sup>O cálculo da amostra desta pesquisa foi realizado no Laboratório de Estatística do Centro de Ciências Exatas da UFES (LESTAT) pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliana Zandonade

<sup>2</sup>É importante esclarecer que este percentual de 30% representa o desvio padrão populacional da variável utilizado no programa estatístico para descrever a estimativa populacional representada por uma variável quantitativa, ou seja, expressa uma medida de variabilidade (dispersão) em torno da média populacional.

<sup>3</sup>Este percentual de 4,75% representa o tamanho da amostra pesquisada de 190 trabalhadores no universo de 4.000 indivíduos.



modo, as falas dos operários foram coletadas de modo aleatório no decorrer do processo de aplicação dos questionários. No entanto, tendo em vista a necessidade da aplicação de questionários visando alcançar a representatividade do recorte amostral de 190 sujeitos selecionados para os objetivos da investigação, aqui optou-se por concentrar a discussão sobre os dados coletados por meio deles, tomando o restante do material (entrevistas e documentos) apenas como complemento para a análise.

Com relação à análise dos dados obtidos em campo via aplicação dos questionários, efetuou-se a sistematização dos mesmos por meio da elaboração de tabelas mediante a utilização do Programa Estatístico SPSS<sup>4</sup>. As variáveis foram analisadas por métodos da estatística descritiva como frequências e percentuais. A associação entre variáveis foi verificada pelo teste qui-quadrado ou exato de Fisher (quando os valores esperados foram menores do que 5) considerando um nível de significância de 5%.

Além disso, fez-se a transcrição das reportagens publicadas no *Jornal Operário da Construção* do sintraconst/ES, bem como das falas - dos trabalhadores e entidades sindicais, coletadas em caráter aleatório - no corpo do texto do segundo capítulo que aborda o mercado de trabalho e a terceirização na construção civil capixaba, bem como no terceiro e último capítulo que versa acerca das formas de precarização do trabalho e perfil geral do trabalhador. Nesse aspecto, todo esse material foi submetido a uma apreciação minuciosa em que se utilizou a análise de conteúdo como técnica analítica de dados qualitativos (BARDIN, 2009), por meio da qual buscou-se identificar categorias que estivessem relacionadas com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa de campo desenvolvida possibilitou uma imersão no mundo do trabalho da construção civil de edificações, enriquecendo o contexto a partir do qual foram interpretados os dados obtidos mediante aplicação dos questionários junto à força de trabalho pesquisada, bem como as falas da mesma e das entidades sindicais envolvidas.

---

<sup>4</sup>Convém salientar que a utilização do teste *qui-quadrado*, bem como a sistematização dos dados empíricos desta pesquisa por meio do Programa SPSS, foram realizados pela Estatística Lúcia Sagrillo do núcleo de Estatística do Centro de Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia – EMESCAM.

A partir dessa perspectiva, a dissertação está estruturada em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo delinea a análise referente à nova morfologia do trabalho oriunda das transformações ocorridas no capitalismo recente em âmbito mundial e no Brasil no bojo do processo de reestruturação produtiva e com rebatimentos nas relações e condições laborais da força de trabalho operária no setor da construção civil de edificações brasileira e capixaba no contexto da terceirização.

No segundo capítulo desenvolve-se uma análise acerca do mercado de trabalho da força de trabalho operária e terceirizada da construção civil de edifícios no Espírito Santo e particularmente na Grande Vitória, bem como do processo produtivo deste setor em seus aspectos históricos e contemporâneos.

O Terceiro capítulo apresenta a exposição do perfil da força de trabalho terceirizada da construção civil de edifícios da Grande Vitória. Além disso, são apresentadas as reflexões concernentes ao processo de precarização engendrado nas relações e condições de trabalho na construção civil por meio da análise crítica dos resultados obtidos junto aos dados coletados na pesquisa empírica realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintraconst) e em quatro empreiteiras (obras) terceirizadas na Grande Vitória.

## **2 - AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Este capítulo tem como foco central a análise das transformações ocorridas no mundo trabalho em contexto mundial, bem como nacional no bojo do processo de reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, destacando as suas implicações para as relações laborais no âmbito da terceirização da força de trabalho operária e terceirizada da construção civil de edificações em nível nacional e mais detidamente para o contexto da Grande Vitória no Espírito Santo, recorte espacial sobre o qual se circunscreve o estudo acerca da terceirização nas relações de trabalho do setor da construção, evidenciando os conhecimentos já produzidos sobre as mudanças no mundo do trabalho e os novos contornos do processo de terceirização como um dos elementos da flexibilização do trabalho que por sua vez, contribui para a reprodução do capital na contemporaneidade.

### **2.1 – REFLEXÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO**

Com as profundas transformações ocorridas no capitalismo recente mundial e principalmente no Brasil, particularmente nos anos 1990, bem como com o advento do receituário desenhado pelo Consenso de Washington, desencadeia-se uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2011).

Esta contextualidade é oriunda da crise estrutural do capital deflagrada nos anos 1970, após um longo período de acumulação de capitais que ocorreu durante o apogeu do pacto taylorista-fordista, cujos traços mais evidentes foram segundo Antunes (2013),

A queda da taxa de lucro, pelo esgotamento do padrão de acumulação Taylorista-Fordista de produção; pela hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção; e a crise do Welfare State ou do Estado de Bem-Estar Social e do seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado (ANTUNES, 2013, p. 31-32).

Como resposta à crise, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes são o advento das políticas neoliberais em que o Estado torna-se alvo de profundos abalos

e mudanças, comprometendo a democracia e os direitos sociais em muitos países, dentre os quais o Brasil, por meio da privatização do patrimônio público estatal e da desregulamentação dos direitos sociais do trabalho (BEHRING, 2003; ANTUNES, 2013).

Nessa conjuntura, o neoliberalismo consiste na sustentação da tese segundo a qual o mercado é o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, onde a sua enfática defesa do Estado mínimo. O propósito do neoliberalismo é combater as políticas macroeconômicas de matriz keynesiana e o combate à garantia dos direitos sociais, defendendo como meta a estabilidade monetária (NETTO; BRAZ, 2011; BEHRING, 2003). A reestruturação produtiva vem sendo conduzida com o ajuste neoliberal, que implica a desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais e apelo ao mérito individual (BEHRING, 2003).

Como consequência desse contexto, ocorre um intenso processo de reestruturação do trabalho promovendo um conjunto de transformações no plano da organização sócio técnica da produção, presenciando-se ainda um processo de desterritorialização da produção, que nas palavras de Netto e Braz (2011) constitui-se,

[...] unidades produtivas (completas ou desmembradas) que são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical). Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (NETTO; BRAZ, 2011, p. 226).

Desse modo, o capital deflagra várias mudanças no próprio processo produtivo por meio de formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional em que se destaca o modelo de acumulação Toyotista, ou seja, o modelo japonês.

Netto e Braz (2011) afirmam que uma das características essenciais da reestruturação produtiva é “uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 226), determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo por meio de mudanças nos processos de trabalho.

Conforme salientam autores como Antunes (2013, 2015) e Alves (2005, 2013), através desses avanços tecnológicos nos processos de trabalho, têm sido possível

constatar situações crescentes de intensificação do trabalho, onde o sistema *just in time* é implantado, pois o processo produtivo sustenta-se no estoque mínimo com o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

Inserido nesse processo, há ainda o *Kanban* que foi inventado na Toyota no final da década de 1940 por Taiichi Ohno para minimizar os custos com o material em processamento e reduzir os estoques entre os processos, constituindo-se uma metodologia de programação de compras, de produção e de controle do fluxo de estoques de materiais no chão de fábrica extremamente precisa e ao mesmo tempo barata, que se utiliza de cartões que permitem o controle visual da posição de estoque de qualquer item, a qualquer momento. (ALVES, 2007; ANTUNES, 2015; DAL ROSSO, 2008). O *Kaisen* por sua vez, tem como foco principal identificar melhorias no processo produtivo através da eliminação de desperdícios de forma a reduzir o tempo de ciclo do processo e aumento de produtividade (ALVES, 2007).

Contudo, conforme ALVES (2007), como uma das estratégias mais relevantes da reestruturação produtiva, bem como do toyotismo, salienta-se o mecanismo da terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados.

Netto e Braz (2011) pontuam ainda o surgimento de outras implicações decorrentes da reestruturação produtiva balizada pelo padrão Toyotista, como as exigências que são postas aos trabalhadores diretamente envolvidos na produção, desencadeando um movimento duplo e contraditório no qual, por um lado, se requer uma força de trabalho qualificada e polivalente e, por outro lado, há atividades laborativas que são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento gerando uma grande parcela de trabalhadores precarizados (NETTO; BRAZ, 2011; ANTUNES, 2013, 2015).

Outra implicação decorrente desse processo está relacionada ao controle da força de trabalho por meio do apelo à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, valorizando a redução das hierarquias mediante a utilização das “equipes de trabalho” (OLIVEIRA, 2004; NETTO; BRAZ, 2011).

E é nesse quadro que o Toyotismo ganha legitimidade nas relações de trabalho, no qual o capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores utilizando-se do discurso de que a empresa é a “sua casa” sendo os trabalhadores não mais empregados, mas sim “cooperadores” e “colaboradores” (OLIVEIRA, 2004). No entanto, cabe aqui salientar que tais práticas subordinam os trabalhadores ao universo empresarial, criando condições para a implantação do sindicalismo de empresa, ou seja, um sindicalismo manipulatório e cooptado (ANTUNES, 2015).

Na particularidade brasileira, esse movimento de reestruturação no marco das políticas neoliberais, além do que pode significar de introdução de novas técnicas no processo produtivo como o *kanban*, *just in time* e *kaisen*, bem como de novas formas de gestão e inovação tecnológica no mundo do trabalho, consegue aprofundar a exploração demasiada do trabalho por meio da expansão do processo de terceirização, além da captura da subjetividade do trabalhador e a inserção subordinada do país no contexto das nações enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho (ALVES, 2014a, 2005; OLIVEIRA, 2004).

Alves (2005, 2013, 2014a) e Oliveira (2004) afirmam que um dos efeitos mais devastadores para a formação de uma consciência sobre a exploração do trabalho nesse estágio do capitalismo na passagem para o século XXI, é o esvaziamento da memória dos direitos do trabalho. Assim, de acordo com Oliveira (2004),

Ou seja, para garantir o trabalho, o trabalhador perde os limites do posto de trabalho, das tarefas, das habilidades, da sua competência e até mesmo da legalidade sobre sua própria relação com a empresa. E, dessa forma, fica solto no terreno movediço da colaboração. Deixa de lutar pela manutenção de algo que é seu e passa a existir em busca do favor daqueles que o empregam. Esse é o verdadeiro significado da palavra consenso, se entendida na perspectiva do trabalho. O trabalhador consente em esquecer os direitos para manter o emprego e mesmo assim só se garante no prazo do contrato de trabalho, por tempo determinado, se houver contrato de trabalho. Nada de estabilidade. [...] Ao promover o esvaziamento da memória, flexibiliza a possibilidade de haver conflitos com as mudanças propostas, conformando um tipo de adesão circunstancial. Sendo assim, uma nova subjetividade é forjada: a do trabalhador colaborador (OLIVEIRA, 2004, p. 76-77).

Netto e Braz (2011) por sua vez, apontam a existência de outras transformações no marco desse processo, uma vez que o perfil industrial alterou-se profundamente. De um lado, os grupos monopolistas tratam de externalizar custos, mantendo o controle do conjunto da produção, mas repassando a outras empresas por meio do processo de terceirização a efetivação dela, de modo a constituir uma espécie de constelação,

na qual gravitam em torno do monopólio, semelhante a satélites dependentes, inúmeras empresas subcontratadas de menor porte (NETTO; BRAZ, 2011).

Na verdade, no atual estágio de acumulação capitalista, em que se tem a combinação de neoliberalismo, financeirização do capital e reestruturação produtiva, o mercado de trabalho assume uma configuração específica, de modo a continuar atendendo a acumulação capitalista.

Com a reestruturação produtiva, nas grandes empresas o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes (já mencionados há pouco) e que dispõem de garantias e direitos constitui-se um pequeno grupo, sendo que por sua vez, o grosso da outra força de trabalho – com menor ou nenhuma qualificação - conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno grupo, muitas vezes está vinculado a outras empresas mediante a terceirização de atividades e serviços e submetido a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele grupo, com alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes de direitos trabalhistas (ALVES, 2013, 2014a; ANTUNES, 2011; NETTO; BRAZ, 2011).

Antunes (2015) ressalta que além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso a flexibilização da regulamentação das relações de trabalho. Assim, há uma tendência generalizada de flexibilizar os contratos e o mercado de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação, sendo que esta é uma das maneiras de legitimar os princípios da ideologia neoliberal que implicam numa reorientação do trabalho. O processo de flexibilização contribui para determinar os impactos na precarização do trabalho, enquanto aspecto fundamental da reestruturação produtiva (OLIVEIRA, 2011; ANTUNES, 2015).

Alves (2014b) e Antunes (2015) argumentam que a expansão da terceirização do trabalho no bojo da reestruturação produtiva significa o emprego cada vez mais acelerado de velhas e novas formas de extração de mais valia absoluta e relativa, tais como a extensão da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, a flexibilização dos contratos, além da precarização salarial que se reflete para Antunes (2011, p. 127) “na introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o Programa de Participação nos Lucros e resultados – PLR), sob uma pragmática que adequa-se fortemente aos desígnios neoliberais”.

Com efeito, esse deslanche vigoroso da reestruturação no mundo produtivo se reflete no chamado enxugamento empresarial e na implementação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis. Nesta perspectiva, as constantes mudanças na lógica de acumulação capitalista afetam o mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, em que os processos produtivos e a relação capital-trabalho passam por amplas transformações.

Desse modo, para o seu desenvolvimento econômico, o capital encontrou na terceirização do trabalho uma forma de superar mais uma vez as suas crises, colocando sob a *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>5</sup> todo o jugo e responsabilidade deste processo de reequilíbrio e recuperação de sua taxa de lucro (ANTUNES; DRUCK, 2014).

## 2.2 - A TERCEIRIZAÇÃO COMO UM DOS ELEMENTOS DO PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES

A nova gestão dos processos produtivos implica profundas transformações sociais e econômicas, que se materializam na necessidade de flexibilização das relações entre capital e trabalho ao mesmo tempo em que ampliam seus aparatos de manutenção do modo de produção capitalista. Entra em cena o avanço do processo de terceirização das atividades empresariais (OLIVEIRA, F. S., 2013). Dessa forma, a terceirização tem adquirido importância nesse cenário, pelo acirramento das condições advindas dessa nova ordem econômica mundial.

Nesse contexto, o mundo do trabalho apresenta três importantes atores que interagem de modo importante, sendo eles: os trabalhadores, os empregadores, - pessoalmente ou por meio de órgãos ou instituições que os representam -, e o Estado (OLIVEIRA, F. S., 2013).

---

<sup>5</sup> *Classe-que-vive-do-trabalho* é a expressão utilizada por Ricardo Antunes para conferir validade contemporânea ao conceito de classe marxiano. Para ele, a classe-que-vive-do-trabalho corresponde a todos(as) os(as) trabalhadores(as) que vendem sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência em um mundo do trabalho cada vez mais complexo, fragmentado e heterogêneo (ANTUNES, 2011).



Convém explicitar aqui o conceito dos termos *relações de trabalho*<sup>6</sup> e *relação de emprego*. De acordo com Boulhosa (2012), com aporte na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o termo relações de trabalho tem caráter genérico, referindo-se a todas as relações jurídicas consubstanciadas em trabalho humano englobando a relação de emprego, a relação autônoma de trabalho, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e de trabalho temporário, estando ainda relacionadas aos aspectos referentes ao contrato de trabalho, jornada, salários e proteção social dos trabalhadores. A relação de emprego por sua vez, constitui-se a relação jurídica de trabalho que resulta de um contrato de trabalho subordinado entre trabalhador e empregador (BOULHOSA, 2012).

Inserida nesta problematização, Oliveira (2013) argumenta que juridicamente,

A relação de trabalho é a relação jurídica central do direito do trabalho. Firmada ao longo dos séculos XVIII e XIX, apresenta como elemento central o conceito de subordinação jurídica, enquanto situação jurídica derivada do contrato de trabalho, pela qual o empregado comprometer-se-ia a acolher o poder de direção empresarial no modo de realização de sua prestação de serviços (OLIVEIRA, F. S., 2013, p. 192).

Sob o aspecto sociológico, torna-se igualmente pertinente explicitar o conceito do que vem a ser relações sociais de trabalho que por sua vez, constituem-se nas relações de produção, ou seja, o elemento fundante do processo de sociabilização na sua dimensão tanto material ou técnica quanto social e subjetiva (SARTIM, 2016). Nesse sentido, as relações sociais de trabalho passam por três dimensões, quais sejam a dimensão econômico-social, a subjetiva e aquela relativa à organização política ou relações de classe (SARTIM, 2016).

Entretanto, para efeito desta pesquisa, enfatiza-se a dimensão econômico-social, isto é, as relações sociais de trabalho no capitalismo, em que o trabalhador vende sua força de trabalho para viver, subordinando-se às exigências do capital e aos mecanismos de exploração.

Após tais considerações, corroborando a análise de Boulhosa (2012), pode-se definir as relações sociais de trabalho no capitalismo conforme aponta Sartim (2016), como

Um conjunto de normas ou base institucional, em que as relações (contraditórias) diretas e individuais entre os diferentes agentes da produção, ou seja, entre o trabalhador e o empregador, ganham dimensão

---

<sup>6</sup>As relações de trabalho passaram a ser reguladas e protegidas desde 1919, data em que foi fundada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BOULHOSA, 2012).

pública exigindo a participação do Estado e envolvendo as bases institucionais consideradas como padrão do trabalho assalariado: contrato, salário, jornada, entre outros, como normas jurídicas e negociação coletiva (SARTIM, 2016, p. 6).

À luz desse contexto, o caso da força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações inscrita na Grande Vitória/ES representa essa condição de assalariamento, visto que se encontra inserida nas relações de trabalho próprias da sociedade capitalista, nas quais a noção de trabalho implica a subordinação jurídica por meio do contrato de trabalho entre patrão e empregado, que para Marx (2013) configura-se como a subsunção formal do trabalho ao capital.

Nesse aspecto, a formatação de um sistema de relações de trabalho implica inicialmente a compreensão da forma com que agem e interagem seus atores: trabalhadores, empregadores e o Estado. Autores como Silva (2009) e Offe (1995) afirmam que o contrato de trabalho estabelece um tempo determinado no qual o empregado deve permanecer sob a autoridade do empregador e dentro das regras institucionais da empresa.

Silva (2009) ressalta a importância do Direito do Trabalho<sup>7</sup> nesse processo enquanto regulador das relações laborais no mercado de trabalho, visto que a relação de emprego – objeto do Direito do Trabalho - é uma relação social cuja institucionalização revela-se básica para o desenvolvimento capitalista, pois é através dela que se dá a extração da mais-valia e a formação do capital. Partindo dessa lógica, Silva (2009) ainda salienta que o Direito do Trabalho pressupõe uma relação entre desiguais, na medida em que se expressa na idéia de subordinação que caracteriza uma relação de trabalho e que fundamenta o direito trabalhista. Assim, para esse autor,

Ela estabelece um contrato marcado pela dependência entre empregado e empregador, assim como uma série de obrigações mútuas entre eles. Este contrato cria proteções para o desenvolvimento das atividades relacionadas com o trabalho e garantias para que o trabalhador possa reproduzir condições dignas de vida a partir de seu emprego. Ao mesmo tempo, o contrato estabelece a tutela no âmbito do Estado e dos sindicatos para que estes possam fiscalizar e intervir nesta relação a fim de que sejam cumpridas as obrigações que o contrato estabelece (SILVA, 2009, p. 34).

No entanto, diante da nova conjuntura econômica imposta pelo grande capital, cada vez mais se tem uma desconstrução das normas regulatórias do mercado de

<sup>7</sup>Desde o final do século XIX, o Direito do Trabalho foi se desenvolvendo a partir da Europa, como uma forma própria de direito que regulamenta as relações de trabalho no mercado e que aos poucos se disseminou por todo o mundo capitalista (SILVA, 2009).

trabalho, vistas como obstáculo para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Desse modo, a desregulamentação exige que o Estado deixe de regular as questões de cunho trabalhista, em prol da regulação autônoma privada, individual ou coletiva. A flexibilização, por sua vez, exprime o processo de ajustamento das instituições jurídicas às novas realidades da sociedade capitalista (OLIVEIRA, F. S., 2013).

À vista disso, a promoção da terceirização do trabalho ajudou a fazer com que esta relação escapasse da tipificação jurídica que identifica um vínculo empregatício, de modo a descaracterizar a relação de subordinação que determina este modelo de contrato de trabalho (SILVA, 2009).

A terceirização aponta para a tendência à redução do escopo do direito trabalhista, já que muitos trabalhadores acabam perdendo o status jurídico de empregado da empresa para quem presta serviço. O resultado é a desconstrução da relação de trabalho assalariado pautado num contrato publicamente regulado e uma maior fragmentação a partir de outras formas de trabalho mediante a subcontratação (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Somado a isso, a necessidade de redução dos custos de produção tem feito com que as estratégias de competitividade traçadas pelas empresas passem a considerar, necessariamente, os aspectos referentes à maior eficiência nos seus processos de produção. Desse modo, a construção civil e especificamente o subsetor de edificações, não escapou a essa conjuntura e vários esforços têm sido feitos por suas empresas para atingirem níveis mais altos de qualidade e produtividade, dentro de um processo de atualização e revisão das práticas tradicionais. Como uma das principais estratégias de competitividade adotadas pelas empresas da construção, o subsetor edificações tem verificado um progressivo emprego da terceirização nas etapas construtivas (LORDSLEEM Jr.; BARROS, 2003; BELING, 2006; SANTOS; BIAVASCHI, 2014).

Desta forma, a terceirização apresenta-se como um dos determinantes deste processo de transformação no mercado de trabalho que para Cherchiglia (2004), tem sua origem a partir da palavra “terceiro”, entendido como intermediário ou interveniente. Na linguagem empresarial, caracteriza-se como uma técnica de administração através da qual se interpõe um terceiro, geralmente uma empresa que

assumirá o serviço ou atividade terceirizada (CHERCHIGLIA, 2004). Para Imhoff e Mortari (2005), a terceirização consiste em transferir à terceiros a execução de tarefas para as quais a relação custo/benefício da execução interna não é das mais vantajosas, seja do ponto de vista financeiro ou de especialidade.

Marcelino (2013, p. 50) elabora uma definição da terceirização não meramente técnica, mas que contempla a sua dimensão política em que “a terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo é a redução de custos com a força de trabalho e a externalização dos conflitos trabalhistas”. Nesta definição, privilegia-se a relação empregatícia porque, segundo Marcelino (2013) é na natureza dos contratos estabelecidos entre as empresas e os trabalhadores com a intermediação da força de trabalho que os lucros são auferidos. O reconhecimento da importância política da terceirização, demonstra que a utilização da terceirização não visa somente a redução de custos ampliando a exploração da força de trabalho, mas almeja também, atingir a organização da classe trabalhadora, recompondo o domínio exercido sobre esta e suas organizações (MARCELINO, 2013).

No Brasil, o processo de terceirização encontrou espaço considerável para a sua inserção. Contando com o apoio da frágil legislação trabalhista brasileira, a terceirização adentrou as áreas industriais, passando nas décadas de 1980 e 1990 a se expandir para outras áreas do mundo do trabalho brasileiro, principalmente no setor da construção civil de edificações (AZEVEDO, 2014; CUNHA, 2015).

De acordo com Azevedo (2014), a terceirização assumiu no Brasil uma dimensão nacional, tendo como objetivos norteadores, entre outros, a minimização dos custos relativos ao trabalho e a intensificação da produtividade do trabalhador. Formou-se uma rede de empresas especializadas ou subcontratadas para desenvolver tarefas e serviços que antes eram executados no interior das empresas.

Consoante Teixeira e Pelatieri (2009) e Alves (2014a), no bojo das políticas de cunho neoliberal e do complexo de reestruturação produtiva, ocorre um aumento da terceirização e, por conseguinte o enxugamento e encolhimento dos efetivos de trabalho nos setores bancário e industrial e de modo particular, a construção civil, por meio da exteriorização de processos produtivos e de trabalhadores via terceirização, constituindo-se assim uma nova macroeconomia do trabalho no Brasil.

Como observa Pochmann (2008), no período entre 1995 e 2005, os postos de trabalho terceirizados formais foram os que mais cresceram no total da ocupação do país. O seu ritmo de expansão médio anual foi quase quatro vezes maior que as ocupações como um todo (POCHMANN, 2008).

A terceirização na década de 2000, principalmente após a crise de 2008, intensificou-se assumindo o principal posto de geração de novas ocupações no Brasil (ALVES, 2014b). Nos anos 2000, cresceu a utilização pelas empresas de formas especiais de contrato de trabalho previstas na CLT com o emprego da força de trabalho de jovens trabalhadores imersos em novas modalidades precárias de contratação salarial, portadores da experiência da nova precariedade laboral, tendo a terceirização ou subcontratação como uma das formas mais utilizadas (ALVES, 2014a).

Em face do crescimento do trabalho terceirizado, tornam-se dispensáveis as regras do Direito do Trabalho efetuando-se no máximo um contrato nos moldes comerciais pautado pela liberdade de regras e pela possibilidade de transferência de riscos. Além disso, o processo de terceirização contribui para o surgimento da *quarteirização* que significa a criação ou contratação de outra empresa para cuidar da parte gerencial das empresas terceirizadas (SARTIM, 2008).

Inserido nesta totalidade e ao mesmo tempo configurado no bojo de mediações que se tornam mais complexas, o processo de terceirização do trabalho no setor da construção civil de edificações no Espírito Santo e em especial, na Grande Vitória, está ancorado na flexibilidade das relações de trabalho, dos processos e da organização do trabalho neste segmento que reforçam formas precarizadas de trabalho.

Em consonância com as considerações já expostas, torna-se oportuno ressaltar na lógica da esfera da acumulação flexível, a redução do trabalho improdutivo<sup>8</sup>. Atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade passaram a ser realocadas ao trabalho produtivo, buscando, com isso, aumentar a produção,

---

<sup>8</sup>Marx (2013) considera trabalho improdutivo aquele que não participa da produção de valor na condição de trabalho produtor de mercadorias, ou seja, aquele que não aumenta a massa global de mais-valia, mesmo que suas atividades promovam lucros comerciais para seus empregadores.

reduzir os postos de trabalho sem interferir nos índices de produtividade, já que ao capital interessa o aumento crescente da produção (ALVES, 2007; 2005).

Nessas condições, Marx (2010, p. 80) problematiza argumentando que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt) (MARX, 2010, p. 80).

As considerações de Marx (2010) são elucidativas e mostra como esse sistema é contraditório, ou seja, a força que impulsiona sua reprodução é a mesma que tende a ser subsumida no processo produtivo. A exploração envolve tanto os aspectos objetivos, relacionados à precarização das relações e condições de trabalho, bem como de salário por meio – na atual conjuntura – do processo de terceirização que tem se condensado com mais intensidade entre a força de trabalho da construção civil em nível nacional, estadual e regional; quanto aspectos subjetivos, que envolvem a manipulação do poder criativo e crítico do trabalhador, que o faz sentir-se membro de uma classe.

As novas configurações que caracterizam o atual mundo do trabalho, com formas cada vez mais precárias de exploração da força de trabalho, colocam ao trabalhador o desafio de lidar, constantemente com as incertezas de um mercado regulado por mecanismos cada vez mais flexíveis que tendem a suprimir os direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores.

Nesse sentido, Sartim (2008) argumenta que a terceirização das relações de trabalho constitui-se um elemento fundamental para o processo de flexibilização/desregulamentação, “proporcionando situação confortável para o tomador de serviços que detém os benefícios do trabalho prestado sem precisar contratá-lo diretamente” (SARTIM, 2008, p. 161).

Assim, o novo modelo de produção caracterizado pela acumulação flexível encontra na terceirização uma forma de flexibilização, que na realidade escamoteia seus reais interesses e a verdadeira exploração. Para Carelli e Carelli (2007), a terceirização vem crescendo no Brasil a passos largos, trazendo consigo novas relações de trabalho que são marcadas pela insegurança e instabilidade.

Nessa perspectiva, em virtude da crise estrutural do capital, em meados de 1970, os impactos na construção civil são evidentes. O processo de trabalho na produção de habitações, construídas sob a influência do paradigma taylorista-fordista (caracterizado, em geral, pela prescrição detalhada, execução estrita da tarefa e fixação de postos de trabalho), é colocado em xeque (SOARES, 2013), uma vez que “na busca de novas formas de garantir a ampliação da produtividade, nas décadas recentes, as empresas do ramo da construção de habitações têm aderido às alterações no processo produtivo, tornando-o mais flexível” (SOARES, 2013, p.50).

Desde o começo dos anos 1990, os operários do setor da construção civil de edificações vêm enfrentando pesados ataques por parte dos donos das construtoras, - que se aproveitaram da desregulamentação neoliberal das normas trabalhistas -, com a consequente perda de direitos através da terceirização, quarteirização e até mesmo em alguns casos da quinteirização dos serviços no setor (OLIVEIRA, 2009).

Soares (2013) salienta que o processo de reestruturação produtiva na indústria da construção civil evidencia que a velocidade e o ritmo das mudanças são permanentes, mas apresentam algumas particularidades, pois

A incorporação de novos métodos de construção e de tecnologias inovadoras, assim como as modernas formas de organização da força de trabalho, são introduzidas de acordo com o porte e o modelo da empresa, com o tipo de empreendimento ou o local (cidade, região ou país do empreendimento) (SOARES, 2013, p. 50).

Ainda de acordo com a autora, com o advento do modelo Toyotista de produção as mudanças no processo de trabalho e produtivo na construção civil de edificações podem ser percebidas desde a supressão de tarefas nos canteiros de obra até a introdução de novos materiais e inovações no âmbito do processo construtivo, tendo repercutido assim, de modo significativo na vida e nas relações de trabalho dos seus trabalhadores.

Nesse aspecto, as empresas do setor têm se utilizado, de modo expressivo, da subcontratação de serviços específicos e da contratação de subempreiteiras que fornecem força de trabalho evidenciando o incremento de uma prática extensiva e intensiva de terceirização na construção civil (SOARES, 2013; MANGAS; GÓMEZ; THEDIM-COSTA, 2008).

Para Druck (2006), a terceirização configura-se uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um "primeiro" - que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia - para um "terceiro", liberando, assim, o grande capital dos encargos trabalhistas. "[...] A terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o trabalho real - ocultando a relação capital/trabalho e descaracterizando o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista - mediante a transferência de responsabilidades de gestão e de custos para um "terceiro" (FRANCO; DRUCK; SELIGMAN-SILVA, 2010, p. 233).

Ao terceirizar parte do trabalho para outra empresa subcontratada, a relação que se mantém com quem executa esta demanda não é mais uma relação de trabalho, mas sim uma relação de prestação de serviços, não é mais uma relação entre empregador e empregado, mas uma relação entre empresas supostamente autônomas. Observa-se que as terceirizações descaracterizam juridicamente a relação de subordinação, ainda que a rigor, a subordinação exista (SANCHES, 2009; OLIVEIRA, 2009; SILVA, 2009).

Filgueiras (2015) ressalta que o processo de terceirização no setor da construção civil de edifícios no Brasil contribui para uma contratação da força de trabalho por parte da empreiteira no sentido de garantir a redução de custos, bem como aumentar o recrudescimento da subsunção do trabalho, com extensas jornadas de trabalho e precarização dos salários.

Observa-se que as manifestações da precarização é uma realidade que tem se agravado continuamente no setor da construção de edificações, e ao mesmo tempo são expressões da precariedade do trabalho característico do padrão de acumulação em tempos de crise estrutural do capital. Nesta compreensão, as condições e relações de trabalho constituem-se elementos de conflito permanente entre capital e trabalho, por mais que se acredite na capacidade do mercado de equacionar interesses antagônicos, haja vista os limites impostos pela própria dinâmica da valorização no capitalismo (CUNHA, 2015).

Nesse raciocínio, a terceirização do trabalho e consequentemente a subcontratação, constitui-se uma das variadas modalidades de redimensionamento da extração de mais-valia, caracterizando-se como um processo de redução dos custos sociais por meio de um trabalho mais intensivo da força de trabalho contratada (SARTIM, 2008).



### 2.3 - TERCEIRIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?

A terceirização se tornou um forte componente, ou melhor, passou a ser um desdobramento de um processo maior que vêm paulatinamente modificando o mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2013b).

Assim, o debate acerca da terceirização tem ganhado o devido espaço na medida em que as empresas, preocupadas com redução de custos e com o aumento da produtividade e da competitividade, iniciaram a reestruturação de seus processos produtivos e de trabalho. Conforme Pedriali (2004), a terceirização configura-se como um processo de gestão moderno, que assumiu seu papel na administração e vem contribuindo para o novo contexto social e econômico que caracteriza o mercado de trabalho.

Terceirização significa passar adiante (para terceiros) a responsabilidade pela execução de determinada atividade ou conjunto de atividades (ARAÚJO, 2001). Para o mesmo autor, a terceirização está longe de ser um instrumento para reduzir os benefícios concedidos à força de trabalho da empresa com demissão em massa ou redução salarial. A terceirização garante bons frutos às organizações, pois promove o enxugamento da estrutura, incentivando a organização a focar no que realmente é fundamental para sua existência (ARAÚJO, 2006).

Em consonância com essa lógica, Cherchiglia (2004) aponta que a terceirização é inseparável da ideia de parceria. Para essa autora, a principal finalidade da terceirização seria otimizar a produção, a qualidade, o lucro e a competitividade, mediante um processo de horizontalização de atividades, simplificando-se a estrutura organizacional, além de permitir redução do preço do produto ou serviço devido à diminuição dos encargos trabalhistas e previdenciários. Outra vantagem seria a especialização de empresas prestadoras de serviço (CHERCHIGLIA, 2004).

Quanto à jurisprudência brasileira em torno da terceirização é possível afirmar, conforme Carleial (2012), que esta teve início em fins da década de 1960.

A bem da verdade é preciso lembrar que a possibilidade legal de uso da terceirização ocorre no Brasil, em 1967, no âmbito do setor público, através do decreto 200, que autorizava a contratação de serviços executivos. Em 1974, a lei 6.019 permitiu a contratação temporária de trabalhadores, abrindo assim um caminho para a prática de terceirização. Em 1983, criou-se a lei 7.102 que regulamentou a terceirização nos serviços de vigilância bancária. Em 1986, o TST produziu a Súmula nº 256 que procurava

restringir a terceirização às possibilidades já previstas em lei até aquele momento. Diante da dominância do discurso e da prática da flexibilização do mercado de trabalho no Brasil, na década de noventa, o TST cancelou a Súmula 256 e instituiu a Súmula 331, distinguindo a terceirização lícita da ilícita (CARLEIAL, 2012, p. 09).

Todavia, mais recentemente, com o acirramento do processo de flexibilização do trabalho, a terceirização tem sido debatida numa perspectiva de liberação total no âmbito da legislação. Assim a atual lei da terceirização fundamentada pelo Projeto de Lei nº 4.330/04 (proposto desde 2004) tendo seu texto base aprovado na Câmara dos Deputados em 2015, tem por finalidade dispor sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Conforme tal projeto de lei,

Esta Lei regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho dele decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço (BRASIL, 2004, Projeto de Lei nº 4.330/04, Art. 1º p. 1).

Ao analisar esta primeira parte do projeto, cabe atentar-se para a justificativa apresentada junto à sua propositura. Nesse contexto,

[...] a terceirização é uma das técnicas de administração do trabalho que tem maior crescimento, tendo em vista a necessidade que a empresa moderna tem de concentrar-se em seu negócio principal e na melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço (BRASIL, 2004, Projeto de Lei nº 4.330/04, p. 6).

Ao analisar tal argumento do referido Projeto de Lei, torna-se possível evidenciar no discurso contido no Projeto de Lei o viés eminentemente empresarial por trás da proposta, de modo a atender aos interesses do grande capital. Focaliza-se por meio da iniciativa apresentada, a melhoria da condição econômica da empresa, relegando-se para um segundo plano as condições dos trabalhadores envolvidos.

E foi voltando-se para esse propósito que o projeto prevê:

Art. 2º Empresa prestadora de serviços a terceiros é a sociedade empresária destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos; § 1º A empresa prestadora de serviços contrata e remunera o trabalho realizado por seus empregados, ou subcontrata outra empresa para realização desses serviços; § 2º Não se configura vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo (BRASIL, 2004, Projeto de Lei nº 4.330/04, p. 1).

Ao prever a ausência de vínculo, independentemente do ramo de prestação de serviços, o projeto acaba autorizando uma terceirização irrestrita legalizando a

intermediação na contratação de força de trabalho para o desempenho da atividade fim desenvolvida no estabelecimento, estando assim, em total desconformidade com o texto da súmula 331 do TST, o qual limita a terceirização tão somente a atividades meio da empresa.

Em que pese haja os que sustentem que a nova lei sobre terceirização será vantajosa tanto para a empresa como para o trabalhador, Severo (2015) argumenta ao analisar o texto da PL 4.330/04 que,

É de perceber que o problema real da terceirização e, por consequência, do PL 4330/04, também não se resume a intermediação em atividade-fim, o que quer que isso signifique. Qualquer terceirização é prejudicial. Seus efeitos: redução de salários, facilitação da exploração de trabalho escravo, fragmentação da classe trabalhadora, com prejuízo real à luta sindical, sonegação de direitos, aumento do número de acidentes de trabalho, invisibilidade, não são diferentes para trabalhadores das chamadas atividades-meio (SEVERO, 2015, s.p).

Corroborando a argumentação de Severo (2015), Santa Cruz (2015) observa que,

O texto do PL 4330/04 inverte e desequilibra esta dinâmica, transformando em regra o que deveria ser exceção. Ao permitir um aprofundamento da mão de obra terceirizada em todos os níveis de atividade de uma empresa, a norma alastra os riscos da precarização, colocando em cheque a relação entre o patrão e empregado assegurada pela CLT. Afinal, terceirizar é vender o trabalho de outrem por meio de um intermediário que se apropria do pagamento dos salários sem a necessidade de garantir a amplitude do leque dos direitos trabalhistas (SANTA CRUZ, 2015, s.p).

Nesse cenário, o caso dos trabalhadores de diversos segmentos da indústria como no caso da construção civil, expressa o que Alves (2013, p.85) considera “o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria”.

[...] A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulamentação da jornada de trabalho e instauração de novos modos de remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho (ALVES, 2013, p.85-86).

Este fenômeno pode ser observado principalmente a partir dos anos 1990, tendo maior acirramento na década de 2000. Para Behring e Boschetti (2011), no sistema capitalista o Estado e o mercado são as duas instituições fundamentais que coordenam os sistemas econômicos.

Porém, cabe aqui ressaltar que o papel do Estado nesse processo constitui-se fundamental, visto que tendo sua intervenção reconfigurada pelo neoliberalismo, vem inteiramente legitimando todo um aparato legal que possibilite ao capital utilizar de diversos métodos flexíveis de exploração, podendo submeter os trabalhadores a instabilidade no trabalho, a ausência de vários direitos, aos salários baixos, a jornadas extensas ou ainda - em muitos casos - indefinidas, além dos mecanismos de cooptação subjetiva, que envolvem os trabalhadores, afirmando a flexibilização como algo benéfico (MEDEIROS et al., 2013).

Tal processo incide diretamente sobre o trabalho, sob a justificativa de redução do “custo do trabalho”, cujas relações contratuais são alvo de flexibilização com a terceirização no processo de trabalho acentuando a condição de desemprego e subemprego, de desproteção social, de contínua fragmentação dos trabalhadores (BEHRING, 2003).

No entanto, para a Confederação Nacional da Indústria - CNI (2009) a terceirização emerge como sendo uma nova divisão do trabalho que veio para ficar, visto que por meio dela cada parte executa aquilo que faz melhor, com mais especialização, maior pontualidade e menor custo.

De acordo com Casali<sup>9</sup> (2011),

A terceirização refere-se à transferência de atividades para outras empresas, detentoras de melhores técnicas e tecnologias. Desta forma, sua adoção implica em mudanças na organização de uma rede de produção. As redes são dinâmicas em sua organização e nos modelos de negócios das empresas, permitindo evoluir em qualidade e produtividade, reduzindo custos e ganhando competitividade (CASALI, 2011, p. 2-3).

Pastore<sup>10</sup> (2011) enfatiza que a precarização se aprofunda entre as condições de trabalho na perspectiva da terceirização. No entanto, este mesmo autor defende que a atividade precária é sempre encontrada tanto em atividades terceirizadas quanto nas não terceirizadas. Também reforça que do ponto de vista das firmas, a terceirização é necessária para a viabilização dos negócios.

Pastore (2014) ainda ressalta que terceirizar a força de trabalho é resultado da modernização trabalhista, que se apoia na fragmentação do trabalho para gerar

---

<sup>9</sup> Emerson Casali - então gerente executivo e especialista em Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

<sup>10</sup> José Pastore - Consultor em relações do trabalho da CNI.

melhores resultados. Para Pastore (2014), as críticas que colocam o modelo de contratação via terceirização como precarização do trabalho são infundadas, já que há teor de parceria entre as empresas, pois a

Terceirização bem feita e que dá resultado é aquela realizada como parceria e não como mera compra e venda de serviços. Funciona bem quando a contratada e a contratante operam como parceiros, em um ambiente de corresponsabilidade (PASTORE, 2014, p. 01).

Casali (2011) argumenta que a terceirização é um elemento importante na sustentabilidade das empresas, salientando que criar restrições ao desenvolvimento da terceirização pode trazer graves consequências dificultando a geração de empregos e estimulando a precarização das condições de trabalho.

Taquari, Exman e Marques (2015), corroboram os autores supramencionados ao destacarem que a terceirização reforça os direitos trabalhistas e não o contrário, bem como eleva a competitividade das empresas. Além disso, a regulamentação da terceirização no setor privado reduziria a burocracia e ajudaria a alavancar a economia nacional.

Murilo Portugal (2014) destaca a terceirização do trabalho como um fenômeno global e irreversível, havendo assim boas razões econômicas e sociais que justificam a terceirização. O autor apóia-se no recorrente argumento de que a divisão do trabalho e a especialização elevam a produtividade e eficiência, do que decorreria o desenvolvimento econômico e bem-estar social geral.

Entretanto, não obstante o processo de terceirização tenha sido identificado como sinônimo de inovação organizacional, muitos autores da sociologia do trabalho discordam desse argumento na medida em que com a eclosão da mais recente crise estrutural do capital a partir de 2008, a configuração do mercado de trabalho pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização com o agravamento da informalidade e precarização, vem ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Como apontam Santos (2009) e Anita Kon (2004), a terceirização sempre esteve presente desde os idos mais remotos do sistema econômico capitalista, como é o caso do sistema de *putting out* na Revolução Industrial inglesa, no século XVIII.

Robert Castel (1998) por sua vez, narra em “As metamorfoses da questão social”, que na Europa, entre os séculos XVI e XVII, já se praticava o *putting-out system*, sistema de subcontratação em que o comerciante fornecia a lã, o tecido de lã ou o metal, e, às vezes, até as ferramentas, a trabalhadores habitantes da zona rural, retornando estes o material acabado ou semi-acabado. Castel (1998) ainda revela que a subcontratação, naquele período, tinha como objetivo contornar as regras de organização tradicional das profissões, tais como as Corporações de Ofício, uma vez que os subcontratados eram camponeses.

Todavia, o capitalismo em suas décadas mais recentes vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização e a precarização do trabalho são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação de sua lógica (ANTUNES; DRUCK, 2014). Nesse sentido, a terceirização ou subcontratação tornou-se uma estratégia mundial amplamente utilizada em quase todos os setores da economia e ramos de atividade (TEIXEIRA; PELATIERI, 2009).

Autores como Teixeira e Pelatieri (2009), Antunes e Druck (2014) e Linhart (2007; 2014) argumentam que a partir da década de 2000 e com maior intensidade nesta última década, o crescimento e a difusão da terceirização a reafirmam como uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica financeira que, no âmbito do processo, das condições e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, pois nas palavras de Antunes e Druck (2014, p. 16), "ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões".

Desse modo, Antunes e Druck (2014) salientam que,

No plano do mercado de trabalho, no qual se estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as formas de inserção, os tipos de contrato, os níveis salariais e as jornadas de trabalho, definidos por legislação ou negociação, expressam um recrudescimento da mercantilização: o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado. Assim, a terceirização assume centralidade na estratégia patronal, já que suas diversas modalidades (tais como cooperativas, *pejotização*, organizações não governamentais, além das redes de subcontratação) concretizam "contratos", ou formas de compra e venda da força de trabalho, em que as relações sociais entre capital e trabalho são disfarçadas ou travestidas de relações interempresas/instituições, além de estabelecer contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes e as quase sempre imprevisíveis

oscilações de mercado que desestruturam o trabalho, seu tempo e até mesmo sua sobrevivência (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 17).

Nessa perspectiva, Linhart (2014) ressalta que na realidade, a idéia de uma certa precarização no trabalho faz parte das intenções empresariais na medida em que a modernização plantou no próprio trabalho as sementes de uma insegurança generalizada, e conseguiu desfazer tudo que foi construído para conter e dominar a difícil sorte dos assalariados inseridos na relação de subordinação jurídica que é constituída pelo contrato de trabalho.

Esse contexto de precarização do trabalho engendrado pelo processo de terceirização determina outra dimensão expressa na discriminação e inferioridade dos trabalhadores subcontratados, pois no campo de organização do trabalho observa-se condições de trabalho e salário que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias (ALVES, 2013; DRUCK, 2013), como no tipo de treinamento, que em geral é menor ou de baixa qualidade para os trabalhadores terceirizados, bem como no acesso limitado às instalações da empresa (como refeitórios e vestiários), nas jornadas mais extensas, na intensificação do trabalho, na maior rotatividade, nos salários menores, nas mais arriscadas condições de (in) segurança entre outras (TEIXEIRA; PELATIERI, 2009).

Em conformidade com tal pensamento, Linhart (2007) ainda pontua que

Os assalariados não tem outra escolha a não ser "adaptar-se": às pressões contraditórias que pesam sobre eles, à angústia de fracassar, ao sentimento de impotência ou de ter caído em uma armadilha, às vezes em um ambiente onde a solidariedade dos coletivos se desagrega. As novas lógicas organizacionais, assim como as novas políticas de envolvimento individual dos assalariados, levam de fato, a que cada um viva no isolamento, na solidão, sua situação desestabilizadora de trabalho (LINHART, 2007, p. 134).

Nessa ótica, Antunes (2015, p. 145) argumenta que "como expressão da realidade existente na sociedade regida pelo valor, tem-se a dialética da riqueza-miséria, da acumulação-privação, do possuidor-despossuidor".

Druck (2013) em seu estudo observa a existência de novas modalidades de terceirização nos anos 2000 que reafirmam a precarização do emprego no Brasil, como por exemplo, as cooperativas de mão de obra ou de trabalho e as microempresas individuais ("PJs" ou do "eu sozinho"). De acordo com Druck (2013), tais modalidades de terceirização transferem para os trabalhadores os custos da

responsabilidade social, legal e econômica da atividade, embora seja realizada para as empresas contratantes.

Em conformidade com tal pensamento, Filgueiras (2015, p. 74) problematiza o fenômeno da terceirização como “o processo de valorização do capital através de organização e gestão do trabalho, sem admissão da relação contratual com os trabalhadores em atividade, com o uso de um ente interposto”.

Inserida nesse contexto de precarização, a força de trabalho da construção civil encontra-se subordinada ao processo de terceirização que se coloca não mais como tendência, mas como uma realidade no setor (DIEESE, 2013a). Associada à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a terceirização está presente na grande maioria dos canteiros de obras, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior da construção civil (DIEESE, 2013b).

Assim, no segmento da construção civil brasileira, o processo de terceirização tem assegurado maior flexibilidade às empresas, no entanto, tende a precarizar o trabalho ao tornar-se um mero artifício para driblar encargos sociais e trabalhistas, além de radicalizar a individualização, no sentido de que distancia ainda mais a empresa da responsabilidade pelos trabalhadores que produzem seus lucros (FILGUEIRAS, 2015).

Nessa ótica, ao diminuir as chances de resistência dos trabalhadores, a terceirização potencializa a natureza do assalariamento de desrespeitar limites à exploração do trabalho no processo de reprodução do capital.

Em contraposição ao discurso empresarial que justifica a terceirização como parte da modernização das empresas na era da globalização e como expressão da especialização e da focalização dos negócios, além de ressaltarem também a vantagem que a terceirização traz na transformação de gastos fixos em variáveis (nesse caso, os trabalhadores também são transformados em custo variável), os estudos de instituições acadêmicas e sindicais, assim como os registros de experiências de operadores do direito do trabalho no Brasil, (ANTUNES; DRUCK, 2014, 2013; DIEESE/CUT, 2014a) atestam que as empresas

terceirizam porque realizam a transferência de riscos para os trabalhadores, desobrigando-se em relação aos direitos trabalhistas, em nome da redução de custos. Assim, transfere para uma terceira a responsabilidade pelo



comprimento da legislação do trabalho, enquanto a gestão do processo de trabalho é feita em geral pela própria tomadora. Ou seja, ela repassa a responsabilidade legal, mas não a gestão. Isso explica o número de processos na Justiça do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho contra as empresas tomadoras, conforme justificativa do edital de convocação da Audiência Pública sobre Terceirização convocada pela Tribunal Superior do Trabalho em 2011. Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 20).

Desse modo, para corroborar tal pensamento, o DIEESE/CUT (2014a) argumenta em seu dossiê sobre a terceirização que a realidade imposta pela terceirização, não é a da modernidade, como se faz pensar, e sim a de um país com relações arcaicas de trabalho, que fere os preceitos de igualdade, sendo que a principal motivação para 91% das empresas terceirizarem parte de seus processos é a redução de custo e apenas 2% a especialização técnica (DIEESE/CUT, 2014a).

Assim conforme o dossiê elaborado pelo DIEESE/CUT (2014a), com a terceirização:

Do ponto de vista econômico, as empresas procuram otimizar seus lucros pelo crescimento da produtividade, pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado - com maior tecnologia - ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção. Buscam, como estratégia central, otimizar seus lucros e reduzir preços, em especial, por meio de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho, que passam a ser de responsabilidade da subcontratada. Do ponto de vista social, podemos afirmar que a grande maioria dos direitos dos terceirizados é desrespeitada, criando a figura de um “trabalhador de segunda classe” com destaque para as questões relacionadas à vida dos trabalhadores (as), aos golpes das empresas - que fecham do dia para a noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados - e às altas e extenuantes jornadas de trabalho. As empresas terceirizadas abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. Esse “abrigo” não tem caráter social, mas é justamente porque esses trabalhadores se encontram em situação mais desfavorável e, por falta de opção, submetem-se a esse emprego (DIEESE/CUT, 2014a, p.9).

Com efeito, a expansão da terceirização ocorre na perspectiva da afirmação do capitalismo flexível. Assim, nota-se o vínculo orgânico entre terceirização e a nova dinâmica do capitalismo global baseada no regime de acumulação flexível (ALVES, 2014; HARVEY, 2011), e ao mesmo tempo, a simbiose entre terceirização e superexploração da força de trabalho enquanto traço ontogenético do capitalismo brasileiro dependente (MARINI, 2000).

#### 2.4 – A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO HOMEM-QUE-TRABALHA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

À luz dessas contextualizações, torna-se relevante pontuar que a precarização laboral (ANTUNES, 2011) e a superexploração do trabalho (MARINI, 2000) são inerentes às relações sociais de trabalho que se conformaram nos países de capitalismo dependente e periférico na divisão internacional do trabalho, como é o caso do Brasil. No entanto, é a partir das mudanças estruturais empreendidas pela lógica organizacional do Toyotismo, que o capitalismo desenvolve novas determinações de precarização do trabalho assalariado (ANTUNES, 2011).

Estas novas determinações da precarização podem ser analisadas tendo como referência a macroeconomia do trabalho, a morfologia do trabalho e o metabolismo social do trabalho. Estas perspectivas traduzem o movimento dialético do universal ao particular, do abstrato ao concreto (ALVES, 2013).

A morfologia do trabalho representa as transformações sociais que vêm ocorrendo nos processos de trabalho, na organização do trabalho, nas tecnologias e nas relações sociais. Nesta perspectiva se coloca a flexibilização do trabalho e a reestruturação produtiva do capital (ALVES, 2013; 2014a).

Inserida nesta lógica, a expansão da terceirização no Brasil vincula-se à fase histórica de desenvolvimento do capitalismo global imerso na crise estrutural do capital, sendo que esse contexto de aumento na prática da terceirização reflete a presente temporalidade histórica do capital, na qual existe uma tendência de precarização estrutural do trabalho, que faz parte da nova dinâmica do sistema do capital global, articulando, por um lado, *acumulação flexível* e, por outro lado, *acumulação por espoliação* (ALVES, 2014a; 2014b).

Nessa discussão, considera-se relevante a contribuição de David Harvey (2005) para a análise da categoria *espoliação* no contexto de acumulação e reprodução do capital. Harvey (2005) argumenta que por meio da acumulação por espoliação, o capital sobreacumulado valoriza-se pela apropriação de recursos já existentes liberados, força de trabalho expropriada de seus meios, terra, matéria-prima, desvalorização proposital por crises fabricadas, de ativos de capital ou força de trabalho para sua compra a preços irrisórios e posterior valorização a partir de sua reciclagem.

Harvey (2005) adverte que, os mecanismos que viabilizam a acumulação por espoliação ainda permanecem e, em alguns casos, foram aprimorados ou recriados. Assim para este autor,

A acumulação por espoliação expande suas fronteiras através do sistema de crédito e o capital financeiro, de novas formas de propriedade intelectual (patentes), da biopirataria, da mercantilização crescente de recursos naturais[...] da privatização de bens públicos. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. Em comum, tais movimentos reintroduzem a separação capital-trabalho (HARVEY, 2005, p. 122-123).

Em consonância com estas problematizações, observa-se que estes mecanismos são criados ou contam com forte apoio do poder do Estado (Harvey, 2005) que com frequência é usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. Nessa contextualidade, a intervenção estatal tem promovido a devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado que por sua vez, tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2005, 2011).

A acumulação por espoliação pode ser caracterizada pelo uso de expropriações, fraude e demais artifícios de igual gênero arquitetados com o intuito de atingir a classe trabalhadora e outros segmentos sociais integrantes dos grupos economicamente dominados, retirando-lhes assim, os seus bens e conquistas sociais em atendimento ao pressuposto do acúmulo de riquezas pelas corporações empresariais (HARVEY, 2005).

Observando tal parâmetro conceitual, a intensa precariedade laboral levada a termo nas últimas décadas, em face da desregulamentação e flexibilização dos direitos sociais da classe trabalhadora, por si só, seria suficiente para o reconhecimento de uma escala mundial da espoliação ancorada na degradação geral das condições de trabalho. Nesse contexto, a terceirização nas relações de trabalho na construção civil brasileira e especificamente na Grande Vitória/ES constitui-se como um dos mecanismos de espoliação da força de trabalho operária da construção na esfera da precariedade laboral concebida como destacado pilar do modo de acumulação flexível.

Alves (2013) por sua vez, argumenta que a precarização do trabalho que ocorre hoje sob o capitalismo global, seria não apenas “*precarização do trabalho*” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também “*precarização do homem-que-trabalha*”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem (ALVES, 2013).

Antunes (2013) e Alves (2013) ainda pontuam que, desde 2008 adentra-se em uma nova fase da crise estrutural do capitalismo com a consequente ampliação da terceirização e com esta, a precarização do trabalho em escala global. As empresas globais – respaldadas pelos governos – alegam que precisam aumentar sua produtividade e competitividade, bem como reduzir seus custos de produção, o que só pode ser feito através da corrosão das condições de trabalho. Tal processo de corrosão do trabalho efetua-se por meio da erosão do trabalho contratado e regulamentado, proliferando as diversas formas de trabalho terceirizado, quarteirizado e, portanto, desprovido de direitos.

Articulada a esta realidade, a construção civil brasileira e destacadamente a força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações na região da Grande Vitória/ES – objeto deste estudo - deve ser compreendida dentro de um contexto amplo de mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, nas últimas décadas em que a terceirização como elemento compositivo da “*nova precariedade salarial*” no plano da contratação salarial flexível, se manifestou de forma bastante peculiar neste setor econômico alterando a morfologia social do trabalho (ALVES, 2014b), em que tem ocorrido a chamada,

"Terceirização da terceirização", na qual a empresa terceirizada subcontrata parte do processo para outras empresas, e em alguns casos há o processo chamado de "quarteirização", que se refere a um desdobramento da terceirização, representada pelo momento em que a prestadora de serviços contratada pela 'empresa-mãe' repassa para outra empresa, cooperativa de trabalho (trabalhadores autônomos) ou prestador de serviços individual (Pessoa Jurídica – PJ), as atividades a serem realizadas (ALVES, 2014b, p. 92).

Dentro do contexto da nova ofensiva do capital na produção com a vigência do capitalismo flexível, a terceirização tornou-se moda da administração empresarial no

setor da construção civil em que a grande empresa que contrata os subempreiteiros deixa a responsabilidade do pagamento dos custos sociais para a terceira e estabelece o preço que se dispõe a pagar pela etapa contratada do processo de produção (ALVES, 2014b; DIEESE, 2013a).

Desse modo, num quadro em que a correlação de forças entre empresa principal e as empresas terceiras é muito discrepante, devido ao fato de estas serem pequenas e pouco estruturadas, o que se vê na construção civil são baixos investimentos em qualificação, em segurança e em condições de trabalho, salários reduzidos e poucos benefícios (CUNHA, 2015).

Para Marcelino (2004, p. 15), “[...] a terceirização não é só um meio para redução de custos, mas também uma ferramenta do capital para a construção do consentimento e da obediência necessários ao seu domínio”. Nessa perspectiva, o processo de terceirização representa uma estratégia do capital frente aos antagonismos de classe para capturar novos contingentes de trabalhadores, solidificando a subjetividade do trabalho (ALVES, 2005; MARCELINO, 2013).

À luz dessas considerações, Alves (2013) ainda enfatiza que a crise estrutural do capital é também crise de (de)formação do sujeito de classe, determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho. Com a vigência da superexploração da força de trabalho e a disseminação intensa e ampliada do fetichismo da mercadoria, com suas múltiplas formas de fetichismo social, as relações humano-sociais se impregnam com obstáculos efetivos à formação da consciência de classe necessária e portanto, à formação da classe social do proletariado (ALVES, 2005; 2014a).

Assim, o novo metabolismo social do trabalho expõe as transformações que o trabalho processa na vida cotidiana das individualidades pessoais de classe e das relações sociais aí subjacentes.

Todas estas transformações no mundo da produção e, logo, no mundo do trabalho representam, em larga medida, as estratégias lançadas pelo capital na tentativa de restabelecer sua taxa média de lucro (MARX, 2013). Em Marx (2013), é a força de trabalho que produz valor, e a exploração do tempo de trabalho excedente valoriza o capital.

Portanto, a monumental reestruturação do capital executada nas últimas quatro décadas e intensificada na contextualidade da atual crise do capital deflagrada em 2008, vem exacerbando este quadro crítico em relação ao trabalho, de modo que o processo de terceirização e consequentemente a precarização vêm se tornando a regra, e não a exceção.

Desta forma, para alguns autores predomina uma terceirização real no Brasil, que com o objetivo de redução de custos, promove como consequência a precarização das condições de trabalho e aviltamento dos direitos históricos da classe trabalhadora; e para outros autores predomina um ideal de terceirização, compatível com a divisão do trabalho que acompanha o capitalismo e que reivindica uma especialização produtiva e ainda, que caminha ao encontro das melhores práticas quanto à produtividade, qualidade, gestão do trabalho e competitividade.

Contudo, a terceirização tem sido uma das principais vias encontradas de flexibilização de direitos no Brasil, dado o cenário no qual o custo do trabalho aparece como uma das desvantagens competitivas capitalistas. Neste sentido, no tocante à construção civil de edificações no Espírito Santo, o processo de expansão da terceirização em suas relações de trabalho têm tido grande influência na configuração do mercado de trabalho para os trabalhadores operários terceirizados atuantes neste segmento econômico na Grande Vitória/ES conforme analisado no capítulo seguinte.

### **3 - O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES NA GRANDE VITÓRIA/ES**

Este capítulo tem por objetivo analisar o processo de terceirização nas relações laborais da construção civil de edificações, bem como o seu mercado de trabalho em nível estadual, e de modo mais específico na Região da Grande Vitória/ES. Todavia, antes de adentrar-se às análises referentes aos aspectos da relação capital-trabalho neste setor, foi realizada uma breve análise acerca do processo produtivo intrínseco às formas de produção desenvolvidas na construção civil capixaba.

Buscou-se analisar e compreender as características destas formas de produção investigando o funcionamento do processo produtivo da construção na Grande Vitória/ES. Além disso, investigou-se as características do trabalho na construção civil na região da Grande Vitória, sobretudo, a terceirização do trabalho nas atividades de construção (pedreiro, auxiliar de obras (servente), carpinteiro e etc.) em seus aspectos históricos e contemporâneos. Estes aspectos mencionados anteriormente consistem numa tentativa de se compreender as condições específicas do desenvolvimento da construção civil no Espírito Santo e Grande Vitória no contexto das transformações configuradas pelo capitalismo, enquanto um setor que foi modificado e reincorporado ao domínio do capital especialmente no tocante às suas relações de trabalho.

O mercado de trabalho no ramo da construção civil constitui-se tema de grande relevância, uma vez que o setor exerce forte impacto na sustentação do desenvolvimento econômico-social do Brasil através da construção de rodovias, hidrelétricas, hospitais, escolas e habitações entre outras (COCKELL, 2008). Desta forma, assume posição estratégica em momentos de oscilações do mercado tanto em decorrência da capacidade de geração de empregos, quanto pela redução do déficit habitacional urbano por meio de melhores ofertas de financiamento e construção de casas populares (COCKELL, 2008).

Nesse contexto, a indústria da construção civil é marcada por uma grande heterogeneidade interna, visto que compreende todas as empresas enquadradas

entre os códigos CNAE (Classificação Nacional de Atividades) 41, 42 e 43<sup>11</sup> sendo constituída por três subsetores considerando suas especificidades (DIEESE, 2013b).

O subsetor de construção pesada tem como atividades principais a construção de infraestrutura viária, urbana e industrial; obras estruturais e saneamento; barragens hidroelétricas e usinas atômicas, dentre outras. A sua atividade produtiva vincula-se nitidamente às demandas do Estado. Frente ao tamanho significativo das obras neste subsetor, concentram-se nele empresas de grande porte, apresentando um quadro mais relativamente homogêneo (CAETANO, 2001; COCKELL, 2008)

O setor de serviços especializados para a construção compreende a execução de partes de edifícios ou obras de infraestrutura, tais como: preparação do terreno para a construção, a instalação de materiais e equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel e as obras de acabamento, além de instalações hidráulicas, elétricas e de elevadores (COCKELL, 2008; DIEESE, 2013b).

O subsetor de edificações (campo deste estudo) concentra suas atividades na construção de edifícios para fins residenciais, comerciais, institucionais e industriais, assim como construção de conjuntos habitacionais. Da diversidade e complexidade das atividades desenvolvidas pelas empresas de edificações em seus respectivos segmentos de atuação, conclui-se que este subsetor é marcado pela heterogeneidade no porte e na capacitação tecnológica e empresarial de suas empresas (COCKELL, 2008; CAETANO, 2001).

Segundo dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2016) existem em torno de 233.343 empresas de Construção Civil no Brasil, responsáveis pela ocupação formal de 2.585.168 trabalhadores no país. Considerando o setor de edificações, pode-se afirmar, observando os dados da CBIC (2016), que existem cerca de 96.491 empresas de edificações (residenciais, comerciais, industriais e de serviços) com um total de 955.421 trabalhadores formais e que este setor participa

---

<sup>11</sup>A indústria da construção é formada pelas divisões 41, 42 e 43, da CNAE 2.0. A divisão 41 corresponde à construção de edifícios abrangendo as obras de construção de edifícios e de incorporação de empreendimentos imobiliários; a divisão 42 é da construção de obras de infraestrutura englobando a construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas, infraestrutura para água e esgoto, transporte por dutos e construção de outras obras de infraestrutura; e a divisão 43 corresponde aos serviços especializados para construção, formada por obras de demolição e preparação do terreno, instalações elétricas, hidráulicas, outras instalações em construções, obras de acabamento e outros serviços especializados para a construção. CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas) Disponível em: <[www.cnae.ibge.gov.br](http://www.cnae.ibge.gov.br)> (SOUZA, 2015).



com 57,7% dos salários pagos na Construção, e com 2,1% do total dos salários pagos na economia em nível nacional.

No entanto, conforme Netto (2012), a reestruturação do capital mundializado que no Brasil intensificou-se nas últimas décadas do século XX, bem como no decorrer dos anos 2000, têm provocado mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, interferindo fortemente nos trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação.

Nesta perspectiva, a força de trabalho da indústria da construção civil de edificações encontra-se inserida neste contexto de transformações que vem afetando o mundo do trabalho em seu processo produtivo e principalmente em seu mercado de trabalho, mais precisamente no forte crescimento da terceirização em suas relações de trabalho vivenciado pelo setor nas últimas décadas (SCAVICHIA, 2015).

### 3.1 – O PROCESSO PRODUTIVO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESPÍRITO SANTO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

Inicialmente, até os anos 1940 a construção civil tinha pouca importância em relação às atividades comerciais que Vitória sediava. Nesse contexto, a forma de produção do setor da construção produzia em pequena escala por encomenda para atender uma reduzida parcela da população residente em Vitória, não movimentando grandes somas de dinheiro. Além disso, a construção era um segmento que possuía um processo produtivo abrigando uma força de trabalho artífice, ou seja, trabalhadores que possuíam qualificação especial para construir em estilo artesanal (CAMPOS JÚNIOR, 2002). Esse processo de produção por encomenda era desenvolvido mediante relação estabelecida entre o contratante da obra e o construtor que executaria a mesma. O contratante era majoritariamente oriundo de famílias abastadas de Vitória que realizavam a construção de suas casas por meio da encomenda a um construtor.

De acordo com Alves (2015), da última década do século XIX até a primeira metade do século XX, a força de trabalho imigrante introduziu e difundiu novos materiais e técnicas no processo produtivo da construção civil no Espírito Santo como o tijolo, o

cimento, o ferro, as telhas importadas, entre outros. Os trabalhos manuais e os detalhes empreendidos na ornamentação das fachadas dos prédios (ainda relativamente baixos) e casas conferiram para muitos trabalhadores imigrantes da construção o título de artista.

Alves (2015) ainda afirma que, no processo produtivo da construção civil capixaba na produção por encomenda,

[...] o cimento foi plenamente utilizado na arquitetura ítalo-espírito-santense. Seu uso se deu para argamassa de assentamento e revestimento, e raramente como concreto armado. O ferro também foi utilizado pelos imigrantes italianos. Enquanto estrutura, o ferro foi utilizado junto à madeira. Além dos pregos, apareceram os ferrolhos, que evitavam a deformação de paredes de pedras e tijolos, e reforços em ligações de peças estruturais: cintas, braçadeiras, pendurais. Também se utilizou o ferro para fazer grades para as janelas e ainda serviu como cobertura (ALVES 2015, p. 90).

Havia a busca de formas de racionalidade no processo construtivo, no qual conforme Campos Júnior (2002),

O masseiro e o ajudante, sabendo que nos próximos dias trabalhariam com alvenaria, eram os primeiros a chegarem na obra. Quando os pedreiros assumiam seus postos no horário habitual, já dispunham de massa e tijolo para seu serviço. Sabiam a quantidade que misturariam para atender às necessidades daquele dia de trabalho sem provocar desperdícios. Havia várias turmas especializadas em cada estágio da obra. A turma da fundação, alvenaria, acabamento, telhado e o pessoal externo que trabalhava na marcenaria, serralheria, olaria e fábrica de cal de propriedade do construtor, quando fosse o caso de ter fábrica ou oficina. Todo o pessoal sabia da qualidade do serviço esperada pelo mestre-construtor e já exercia seu próprio "controle de qualidade" para alcançar esse objetivo (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 75).

Entretanto, entre o final dos anos 1940 e meados da década de 1950, a construção civil passa a produzir edifícios por encomenda de construção verticalizada com destinação para aluguel cujo objetivo será o de proporcionar novas oportunidades de acumulação, operando como um depositário de riquezas, visto que inexistindo mercado financeiro e poucas oportunidades para se preservar um patrimônio, a construção desempenha esse papel, ou seja, o imóvel enquanto patrimônio por meio da utilização do aluguel como negócio, proporcionava grandes rendimentos financeiros aos seus proprietários (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Nesse sentido, o processo produtivo da construção civil no Espírito Santo funciona como uma atividade secundária, dependente da forma de produção por encomendas. Assim, acumula através do trabalho na produção enquanto o seu produto, o edifício, por meio do aluguel, repõe e capitaliza o patrimônio previamente

investido como uma alternativa temporária dos comerciantes mais prósperos da época de diversificar suas atividades econômicas.

Alves (2015) salienta que, a partir do final dos anos 1950, adentrando a década de 1960 a construção de edifícios libera-se da encomenda que precisava ter para funcionar. O setor da construção capixaba ganha maior grau de liberdade para crescer, direcionando-se para atender ao mercado.

A construção civil a partir dos anos 1960 caracteriza-se por produzir para o mercado. As casas suntuosas, repletas de ornamentos, foram paulatinamente substituídas pelo edifício de apartamentos (ALVES, 2015; CAMPOS JÚNIOR, 2005). Mudam-se então, os atores sociais envolvidos no processo, alteraram-se papéis e criam-se outros limites para a reprodução do setor. Inicialmente, surge a construção de moradia para a venda.

Desse modo, ao invés do contratante, o engenheiro-construtor defronta-se com o mercado, ou seja, a iniciativa que movimenta o setor da construção passa a ser do mercado e não do engenheiro-construtor. Essa forma de produção nasce como iniciativa isolada da prática empresarial corrente da época, em que surge o comprador como um ator principal nesse processo (CAMPOS JÚNIOR, 2002, 2005).

A construção para venda representa uma mercadoria que necessariamente precisava ser vendida, pois era vista como um negócio, outra possibilidade de acumulação com maior liberdade. O processo de verticalização da moradia intensificava o uso do terreno e a possibilidade de se ampliar a renda imobiliária. O uso intensivo do solo para a construção de moradias ampliava as perspectivas de produção e reprodução do capital. Construir para vender se tornou o objetivo do engenheiro-construtor (ALVES, 2015).

Soma-se a isso, o fato de que a produção para o mercado tornou o produto imobiliário mais simplificado. O produto, o edifício, tornava-se cada vez mais padronizado e simples, com formas retas e sem ornamentos (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Na sequência, o trabalhador da construção civil passa pelo processo de especialização imposto pelo mercado e isto contribuiu para a sua desqualificação enquanto trabalhador. Antes, os trabalhadores conheciam todas as etapas do

processo de produção no setor, porém, posteriormente, cada operário passa a se encarregar de determinada fração da produção o que abriu margem para a fragmentação do processo produtivo. Alienou-se o trabalhador do processo de produção da construção de edifícios em sua totalidade (MONEGATTO, 2008).

No bojo dessa dinâmica, observa-se a partir da década de 1970 no contexto de reestruturação produtiva, o surgimento da construção por incorporação que se caracteriza pelo seu caráter empresarial e pela produção para o mercado tendo em vista a possibilidade de valorização de capital por meio da construção, que acabou trazendo novas relações de produção nas empresas de construção e nos canteiros por meio da introdução de novas tecnologias no processo produtivo no setor, o que acarretou em um novo modo de reprodução do capital e de organização do espaço (FERREIRA, 2014). A construção por incorporação firma-se como a forma de produção imobiliária mais desenvolvida na construção civil, que desenvolve-se a partir da construção a preço de custo (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Campos Júnior (2009) ressalta que,

A incorporação imobiliária, como expressão da produção capitalista do espaço construído, é resultado histórico da expansão das relações sociais de produção capitalista no setor da construção civil. No caso de Vitória, a construção por incorporação se consolidou nos anos 1970 como resultado da combinação de condições específicas da urbanização da Grande Vitória, impulsionada pela industrialização, e de condições favoráveis de financiamento imobiliário a partir de recursos administrados pelo antigo BNH [...] Com isso, o processo de verticalização ganhou impulso a partir da década de 1970 (CAMPOS JÚNIOR, 2009, p. 74).

Ainda conforme Campos Júnior (2002),

A construção por incorporação apresenta-se, portanto, com sua base de acumulação alargada, relativamente à forma de construção precedente (por encomenda). Enquanto nesta o lucro proveniente do processo produtivo consistia na única fonte de acumulação, na construção por incorporação, além do lucro parte da renda imobiliária entra no processo de acumulação do setor (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 141).

O setor da construção assume, portanto, características empresariais e a produção de moradia voltou-se para a venda no mercado imobiliário que passa a consolidar-se na Grande Vitória.

Nessa conjuntura, a construção civil capixaba está entre os setores mais impactados pela reestruturação produtiva, pois teve uma inserção de maquinários e de outras modificações na organização da produção em que surgem as empresas especializadas no fornecimento de serviços e insumos de alta tecnologia, tais como

fundação e estrutura acentuando a divisão de trabalho entre trabalhadores mais qualificados e um contingente desqualificado, com baixa escolaridade e baixa remuneração. Cockell (2008) por sua vez, destaca como estratégia marcante iniciada na década de 1980 - além da adoção de tecnologias - a delegação de parte da obra para subempreiteiras. A prática de subempreitar corrobora com a redução dos custos sociais e trabalhistas.

No bojo dessas mudanças, surge a *Lean Construction* baseada no sistema toyotista *Lean Production* de produção que consiste na chamada construção enxuta que por sua vez, busca oferecer ao cliente um produto de baixo custo e de qualidade, no prazo previsto e dentro de certos limites e de forma flexível. A *Lean Construction* procura otimizar sua linha de produção mediante o aumento da flexibilidade no processo de trabalho, além disso, também visa a redução de custos na produção (VILLELA, 2007).

Desse modo, a introdução de novas tecnologias no processo produtivo da construção civil na Grande Vitória/ES desempenha um papel estratégico do ponto de vista da lógica de acumulação do capital, entretanto, tal processo de modernização no processo de trabalho tem contribuído para o desmantelamento dos saberes da profissão, em que a busca pela racionalização do trabalho age em sentido contrário e rompe com uma cultura profissional (SCIENZA; FILGUEIRAS, 2015).

A divisão técnica do trabalho pela parcelização da produção advinda com a forma de construção voltada para o mercado e por incorporação fomenta um recrudescimento do estranhamento do trabalhador em relação à atividade que realiza, ou seja, o processo de trabalho alheio aos desígnios do trabalhador, impõem-se sobre ele, que cada vez mais perde o controle desse mesmo processo (MARX, 2010, 2013; SCIENZA; FILGUEIRAS, 2015; MONEGATTO, 2008).

Uma vez que a forma de racionalização do processo de produção é subordinada ao arbítrio empresarial, ocorre a incapacidade por parte dos trabalhadores de determinar como será feito o seu próprio trabalho do ponto de vista das técnicas adotadas para o desenvolvimento de seu trabalho.

Inserido neste contexto de transformações, coloca-se como ator central desse processo, o mercado de trabalho operário da construção civil no Espírito Santo e de

modo específico na Grande Vitória/ES, que tem sido atingido por uma onda liberalizante que busca viabilizar formas de garantir ainda mais autonomia ao capital frente à força de trabalho atuante na construção de edificações com o progressivo aumento da terceirização nas relações de trabalho na indústria da construção.

### 3.2 - O MERCADO DE TRABALHO E A RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESPÍRITO SANTO E GRANDE VITÓRIA/ES: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

No século XIX e na primeira metade do século XX, não havia condições propícias ao crescimento da construção civil em Vitória, uma vez que a população era pequena com baixo poder aquisitivo e a cidade vivia economicamente do comércio do café e somado a isso em especial, a construção civil dependia de encomendas (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Nesse contexto, Campos Júnior (2005) salienta que Vitória destacou-se no estado em termos de importância econômica, devido ao peso da riqueza proveniente da sua produção de café que por sua vez, era escoada por seu porto, porém como a participação do Espírito Santo na produção de café do país era mínima, não houve de imediato uma urbanização expressiva em Vitória na época, que por sua vez fomentava um incipiente mercado interno, incidindo em poucas obras de construção.

Nesta perspectiva, a construção no ramo imobiliário até o início dos anos 1950 dependia de encomenda, ou seja, a moradia era feita por encomendas que os contratantes faziam aos construtores para uso próprio ou de familiares. Assim, os contratantes nunca encomendavam uma residência com a finalidade de vendê-la ou alugá-la, pois não havia mercado para isso. (CAMPOS JÚNIOR, 2005; ALVES, 2015).

Campos Júnior (2005, 2002) e ALVES (2015) salientam que em Vitória as obras públicas de menor porte e a construção de edifícios, principalmente de moradias, foram de grande importância para a formação do mercado imobiliário abrindo-se para os agentes locais da construção. Porém, esta ainda não estava totalmente independente da produção por encomenda.

Nesse processo, o espaço urbano de Vitória começa a passar por transformações promovidas pela construção imobiliária a partir da segunda metade do século XX (CAMPOS JÚNIOR, 2005). Com efeito, esse processo de urbanização realizado em Vitória interferia na configuração do mercado de trabalho para os trabalhadores operários da construção que atuavam na época como pedreiros contratados por construtores de obras, visto que estes construtores locais ocupavam-se fundamentalmente dessas atividades. Nessa perspectiva, ainda que de forma restrita, já é possível identificar a existência da prática da terceirização nas relações de trabalho da construção naquele momento sócio histórico (BELING, 2006).

Tal prática pode ser evidenciada pelo fato de que o processo construtivo no âmbito de um mercado de trabalho, considerado de pequeno porte, se desenvolve por intermédio da relação constituída entre o contratante da obra que contrata o construtor que por sua vez, subcontrata a força de trabalho necessária à realização das obras. Beling (2006) pontua que, a prática da terceirização na construção civil originou-se nos Estados Unidos logo após o início da II Guerra Mundial, tendo sido introduzida no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 entre a força de trabalho deste setor.

No entanto, tendo em vista que a produção da construção era feita por encomenda, Campos Júnior (2005) enfatiza que o mercado de trabalho no setor da construção civil neste período constituía-se de forma muito restrita, pois

A arte de construir passava de pai para filho, era uma capacitação adquirida no canteiro de obras. Constituía-se num saber raro e verdadeiro patrimônio familiar, onde o saber-fazer era tão importante quanto ter para quem fazer, visto que a clientela igualmente fazia parte do capital natural do construtor, daí a importância do deslinde da relação entre o contratante e o contratado, em que aquele, integrante de famílias tradicionais de Vitória, tinha a capacidade de definir onde, como e o que seria realizado pelo construtor contratado. As possibilidades da realização de obras na cidade não eram muitas e estavam limitadas por essa relação (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 9).

Essa dinâmica do mercado de trabalho para os trabalhadores era engendrada pelo fato de que a economia regional e as construções públicas do espaço urbano ainda não serem suficientes para permitir a formação de um mercado imobiliário mais sólido e como consequência disso havia uma força de trabalho reduzida no setor da construção, e a que havia era proveniente de imigrantes estrangeiros (CAMPOS JÚNIOR, 2002). As famílias ricas de Vitória tinham a sua força de trabalho já

selecionada e sempre que necessitavam recorriam aos seus construtores fixos e de confiança. Nessa lógica, observa-se a importância por parte do trabalhador de conquistar uma clientela estável e que garanta a sua reprodução e de sua família, num momento em que ainda não havia um mercado imobiliário consolidado.

O construtor não podia contratar muitas obras ao mesmo tempo, porque, além de não serem obras padronizadas, ele não disporia com facilidade de profissionais para construí-las. Não havia mercado de trabalho formado de trabalhadores com essa formação específica (CAMPOS JÚNIOR, 2002). De maneira semelhante, os trabalhadores também não migravam com facilidade de uma firma para outra. Primeiro, porque não havia muitos construtores, apenas uns quatro ou cinco se destacavam no ramo. Segundo, porque, quando saíam de uma firma, precisavam de um aval do ex-patrão para conseguir o outro emprego, e entre os construtores todos se conheciam e até desfrutavam de relações de amizade (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Nesse sentido, os vínculos pessoais entremeavam a relação do construtor com seus trabalhadores, havendo assim proximidade na relação com os trabalhadores, explicável por conta da escassez de mão de obra qualificada no trabalho de construção em Vitória, gerando certa dependência mútua entre construtores e trabalhadores. No entanto, essa relação de favor se sobrepunha aos pactos contratuais, dificultando o cumprimento de metas projetadas para horizontes mais distantes (ALVES, 2015; CAMPOS JÚNIOR, 2002; 2005). Desse modo, Alves (2015) ainda pontua que,

Além disso, havia o rodízio de trabalhadores nos canteiros de acordo com a fase em que a obra estivesse. O construtor precisava manter sua imagem na praça. Era praticamente impossível firmar vários contratos ao mesmo tempo, isso porque, tanto a demanda por construções era pequena quanto o número de trabalhadores era insuficiente para atuar em diversas obras ao mesmo tempo. Treinar um pedreiro, ou um carpinteiro para trabalhar demandava tempo. Desta forma, o construtor empenhava-se em realizar ajustamentos financeiros, criação de prêmios por produtividade, [...] com a finalidade de manter unida sua equipe de trabalho. Assumir muitos contratos ao mesmo tempo poderia colocar em cheque a sua credibilidade em relação à qualidade e a pontualidade na entrega das obras (ALVES, 2015, p. 117-118).

Em consonância com tal afirmação, Campos Júnior (2002) ainda salienta que

Da mesma forma que não assumiam muitos contratos simultaneamente, os construtores não gostavam de executar somente uma obra. É que, executadas algumas etapas da obra, o pessoal especializado em certas tarefas ficava ocioso ou pouco produtivo se não fosse deslocado para o



mesmo trabalho noutra obra, o que caracterizava uma certa organização do trabalho e da produção na construção da época. Assim é que preferiam, por exemplo, acabando a fundação de uma casa, deslocar o pessoal para executar a fundação de outra. Deste modo, deslocavam o pessoal para diferentes obras, mas de preferência para realizar as mesmas tarefas (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 74).

O autor também pontua o baixo índice, e na maioria dos casos a não existência de rotatividade da força de trabalho tal como se verifica na atualidade, uma vez que o mercado de trabalho da construção não estava plenamente constituído, não se dispunha a qualquer momento de trabalhadores profissionais para executar as obras contratadas.

Esta restrição no mercado de trabalho da construção registrada na Grande Vitória/ES naquela conjuntura sócio histórica afetava não somente os construtores, mas igualmente a força de trabalho do setor que ficava atrelada profissionalmente ao construtor. "Não era comum o trabalhador ser demitido ou demitir-se. Não havia facilidade imediata de novo emprego para aquele que saía, assim como opções no mercado para substituí-lo" (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 76).

Quando ocorria a demissão, muitas vezes a contragosto do construtor, porque reduzia-se a contratação de novas obras, a referência que o trabalhador apresentava na busca de novo posto era a do construtor que tinha sido seu patrão. Isto era aceito e funcionava como carta de apresentação. Em relação à questão salarial, o salário do trabalhador da construção envolvia negociações com o próprio trabalhador, que sofria influência do que era pactuado entre o construtor e o contratante (CAMPOS JÚNIOR, 2002; 2005).

Nessa lógica, nota-se que o preço da força de trabalho para os trabalhadores sem qualificação - dado que já naquele período, a maioria da força de trabalho operária da construção civil capixaba não contava com nível de escolaridade satisfatório que lhe proporcionasse um alto grau de qualificação de imediato com salário à altura da mesma - ficava um pouco acima da referência do salário mínimo e aumentava progressivamente conforme o trabalhador progredia na sua qualificação profissional.

Inserido nesse contexto, o produto imobiliário por constituir demanda individualizada e para uso próprio do contratante, conformou uma cidade horizontalizada de edificações diferenciadas, contribuindo desse modo, para que a construção civil e consequentemente o seu mercado de trabalho, permanecessem amarrados e

impedidos de crescer no estado do Espírito Santo e principalmente em Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Nessa direção, não obstante a considerável disponibilidade tanto natural quanto social da terra, - uma vez que existia muita terra e o acesso a ela era fácil -, não havia espaço para o crescimento da construção, visto que faltava um ambiente devidamente produzido para que a construção civil pudesse se desenvolver em Vitória porque não havia mercado de terra formado (ALVES, 2015).

A terra é condição de produção para a construção civil, especialmente para a construção imobiliária. Sem a terra enquanto bem natural não produzido pelo homem e que ao mesmo tempo tem finitude, não há como construir, uma vez que cada novo prédio depende de um novo terreno (ZANOTELLI et al. 2014).

Como salienta Bertocchi (2006), é preciso entender que o capital (no caso imobiliário) tem a terra, enquanto propriedade privada, como condição para a geração da renda capitalista imobiliária, constituindo-se um elemento essencial para o crescimento do segmento da construção civil do ponto de vista econômico e social.

Inserida nessas contextualizações, à medida que o processo de urbanização de Vitória acelerava-se, surgem problemas com a moradia que nos grandes centros assumiam proporções alarmantes, visto que o provimento de moradia era conduzido de livre iniciativa, e isso leva ao agravamento da situação social dos trabalhadores urbanos devido ao crescimento dos cortiços construídos nos grandes centros que por sua vez desenvolviam-se em decorrência da crescente industrialização (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Assim, o Estado destaca-se nesse contexto, pois com vistas a criar um novo trabalhador para a indústria e obter apoio político, o governo Vargas passa a investir na política habitacional. Nessa perspectiva, o problema da habitação era naquele momento uma questão das mais relevantes no contexto sócio econômico e político, visto que tinha uma grande importância enquanto elemento na formação moral, ideológica e política do trabalhador e decisiva na criação do trabalhador padrão que o regime queria forjar como sua principal base de sustentação política (CAMPOS JÚNIOR, 2002, 2005).

Além disso, a questão habitacional foi considerada de grande importância como fator econômico estratégico para a industrialização, uma vez que a habitação era vista como condição para a reprodução da força de trabalho e como fator econômico na estratégia de crescimento industrial do país. Dessa forma, a política habitacional foi utilizada como instrumento de transformação do espaço urbano da Grande Vitória/ES com rebatimentos na configuração e fortalecimento da indústria da construção civil capixaba e consequentemente no desenvolvimento de seu mercado de trabalho (ALVES, 2015).

Para corroborar a afirmação supracitada, Campos Júnior (2002) ressalta que,

No Espírito Santo, o Estado assumiu muitos papéis, foi industrial no princípio do século XX, participou do comércio de terrenos urbanos, construiu habitações a partir da primeira década do século XX e casas populares na década de 1950 (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 59).

Assim, o processo de desenvolvimento do setor da construção civil transformou tanto as relações de trabalho no setor como o próprio produto da construção: a moradia. O trabalhador da construção que até então se diferenciava por conta dos detalhes e ornamentos que conferia à edificação, perdeu seu status no momento que o caráter artístico da construção perdeu espaço frente à lógica industrial que se instalava no processo produtivo naquele momento. De artista, o trabalhador se tornou operário da construção. Nivelou-se por baixo o trabalho de construir (ALVES, 2015).

A presença do engenheiro se tornou constante nos canteiros de obras e esse profissional foi quem passou a dar as ordens no processo construtivo. O construtor transformou-se em mestre de obras cuja função passou a supervisionar os trabalhadores e mediar às relações entre o patrão e os empregados, relações estas que assumiram o caráter cada vez mais impessoal. Sem os ajustamentos e os prêmios por boa produção os trabalhadores da construção passaram pelo achatamento de seus salários. Foi sob estas condições que o trabalhador nacional foi reinserido no processo produtivo da construção (ALVES, 2015).

Neste contexto, a construção de moradias deixou de ser apenas realizada por encomenda do contratante. O setor da construção civil de edificações assumiu características empresariais e a produção de moradias se voltou para a venda no mercado imobiliário que se consolidava na cidade (ALVES, 2015).

### **3.2.1 – A consolidação do mercado de trabalho da construção civil de edificações no contexto da reestruturação produtiva a partir dos anos 1970**

A partir do final dos anos 1960 e no decurso da década de 1970, no bojo do processo de reestruturação produtiva do capital, a construção civil tem o seu auge, mais precisamente entre 1975 e 1982, visto que a base da economia estadual deixou de ser agrícola e tornou-se urbano-industrial, o que consequentemente contribuiu para a elevação das taxas de urbanização (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Somado a isso, a classe média, principal mercado da construção imobiliária, possuía elevado poder aquisitivo. Nesse contexto, no decorrer dos anos 1980 e adentrando-se a década de 1990, o mercado de trabalho para a construção civil de edificações na Grande Vitória/ES consolida-se e o setor da construção passa a assumir um caráter empresarial (MONEGATTO, 2008; CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Tal afirmação é fundamentada pelos dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2016) que demonstram o crescimento e afirmação do mercado da Indústria da Construção no Espírito Santo na atualidade. Segundo esses dados, no Espírito Santo existem 5.032 empresas da construção civil, sendo que em Vitória observa-se o número de 724 empresas atuantes neste segmento econômico. Quando se considera especificamente o subsetor de edificações, constata-se a existência de 2.191 empresas na construção de edifícios no Espírito Santo. Além disso, de acordo com estes dados, há no Espírito Santo um total de 51.387 e em Vitória 9.547 trabalhadores formais empregados na construção, sendo que no setor de edificações pode-se constatar a existência de 19.140 trabalhadores inseridos neste subsetor no ES.

A maior parte dos trabalhadores do setor encontra-se na atividade de construção de edifícios, que concentra 47,7% do total de trabalhadores; o de infraestrutura absorve 29,7% dos empregados; e os serviços especializados para construção, por sua vez, emprega 22,6% desse contingente (DIEESE, 2012; 2013b).

Cunha (2015) afirma que, o mercado de trabalho brasileiro e de modo particular o mercado de trabalho da Construção Civil, ainda prima pelo caráter ditatorial nas relações entre capital e trabalho por meio das iniciativas flexibilizadoras de cunho neoliberal (CUNHA, 2015).

Oliveira (2016) por sua vez, argumenta que ao longo da década de 2000, o mercado de trabalho no conjunto da construção civil foi influenciado positivamente por alguns fatores como a maior oferta de crédito imobiliário e os programas de investimento do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de 2007 e o Programa Minha Casa Minha Vida (2009), não obstante a conjuntura política e social tensionada pela crise econômica de 2008. Nesse sentido, em relação à crise do capital de 2008, a autora ainda aponta que,

A crise econômica mundial em 2008 abalou a confiança dos investidores nacionais e ocorreu uma fuga de capitais de curto prazo do país para mercados mais seguros. A economia brasileira entrou em recessão técnica ao final do ano, exigindo, assim, uma resposta pública. Nesse momento, o setor imobiliário foi atingido pela mudança nas expectativas e passou a contar com uma medida anticíclica específica (OLIVEIRA, 2016, p. 137).

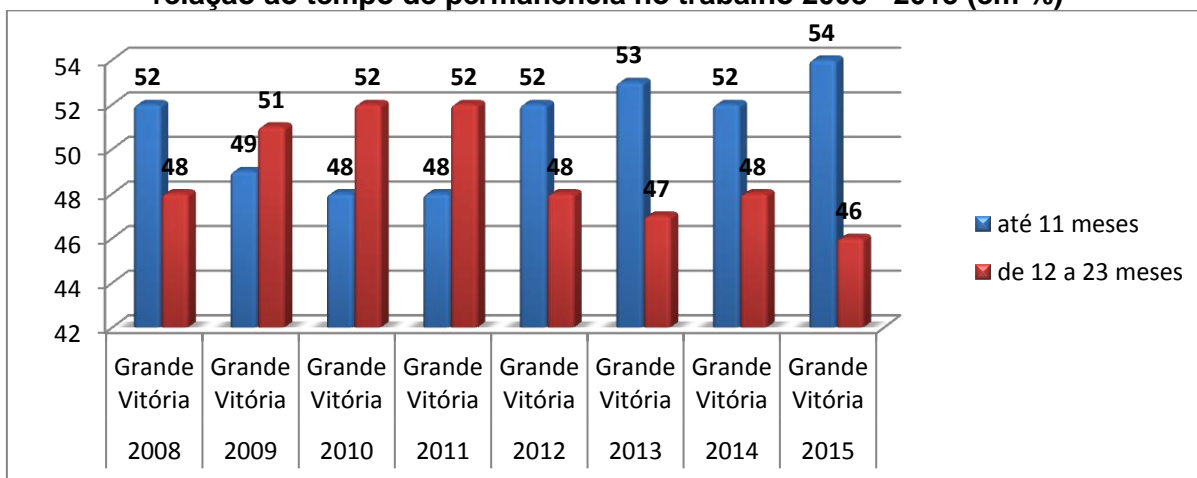
Assim, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de 2009 enquanto medida anticíclica do Estado em linhas Keynesianas<sup>12</sup> como estratégia para assegurar a expansão do capital imobiliário, estimulou o setor de Construção de Edificações permitindo manter o dinamismo de um setor que já vinha crescendo, cuja continuidade do crescimento foi ameaçada em função do clima de incerteza gerado pela crise econômica de 2008 (OLIVEIRA, 2016). Tal programa visava à geração de empregos principalmente para trabalhadores de baixa qualificação (OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, o grande dinamismo econômico observado na construção civil de edificações na Grande Vitória/ES nos anos 2000 refletiu em aumento das já altas taxas de rotatividade do setor revelando que não houve, durante o auge de crescimento da construção civil, uma mudança do comportamento das empresas para a criação de mecanismos de fixação dos trabalhadores do setor, como mostra o gráfico seguinte:

---

<sup>12</sup>As chamadas políticas anticíclicas se baseiam teoricamente na obra de John Maynard Keynes “*A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*” publicado em 1936 no qual Keynes critica duramente a economia clássica e propõe o postulado da demanda efetiva em oposição à Lei de Say. Para melhor entendimento desse modelo teórico, ler a obra de Keynes anteriormente mencionada.

**Gráfico 01 – Comportamento do trabalhador da Const. Civil na Grande Vitória/ES em relação ao tempo de permanência no trabalho 2008 - 2015 (em %)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - RAIS Anuários Estatísticos. (dados em %)

Conforme demonstra o gráfico 01 com base nos dados dos Anuários Estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)-RAIS (BRASIL, 2016b) para a construção civil na Grande Vitória/ES, entre os anos de 2008 e 2015, em média entre 52 e 54% dos trabalhadores, em todo o período analisado, mantêm-se no emprego, no máximo até o décimo primeiro mês e em torno de 46% e 49% dos trabalhadores permanecem nos seus postos de trabalho entre o décimo segundo mês e o vigésimo terceiro mês conforme análise do relatório do MTE-RAIS.

Para corroborar as informações do gráfico supramencionado, dados do DIEESE (2014a, 2013b) apontam que a rotatividade é predominante na construção civil, visto que a taxa global de rotatividade nesse segmento foi de 114% para o ano de 2014, o que significa um alto índice em comparação ao ano de 2013 que registrou uma taxa de 88%. Estes dados sugerem o quanto é instável a situação de grande parte dos trabalhadores no setor da construção.

Estes dados convergem simetricamente com a pesquisa realizada para este trabalho, junto aos trabalhadores terceirizados tanto na sede do Sindicato laboral quanto nas quatro obras pesquisadas na Grande Vitória/ES que apontam ser a rotatividade um dos maiores desafios da construção civil no contexto da terceirização, conforme demonstra a tabela 01 exposta abaixo acerca dos dados referentes ao tempo de permanência dos trabalhadores no vínculo laboral anterior. Constata-se que 64% da força de trabalho terceirizada da construção afirma que permaneceram em seus vínculos anteriores por no máximo 12 meses, sendo que

18% declararam ter trabalhado na empresa por 06 meses e 17% mantiveram-se em seus postos de trabalho por até 24 meses.

**Tabela 01 - Tempo de permanência no vínculo anterior de trabalho  
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

<b>Tempo de Permanência</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
Até 06 meses	35	18,4
De 7 a 12 meses	122	64,2
De 13 a 24 meses	33	17,4
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Nesse sentido, esse movimento de rotatividade existente no mercado de trabalho da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES verificado nos dados da tabela 01, reflete a instabilidade dos vínculos laborais entre a sua força de trabalho terceirizada como consequência do processo de reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que caracteriza-se como um traço sócio-estrutural deste setor constituído historicamente pelo capital em seu processo de desenvolvimento contraditório e agravado na atual dinâmica do capitalismo contemporâneo com o avanço da terceirização do trabalho neste segmento econômico.

De acordo com Pochmann (2012), uma melhor regulação do trabalho terceirizado poderia diminuir a alta rotatividade no setor e contribuir para um maior equilíbrio das finanças públicas. Segundo o estudo realizado por Cunha (2015), os trabalhadores que mais sofreram com o período da crise de 2008 foram aqueles que tinham menos de dois anos de emprego, ao mesmo tempo em que é afetada aquela faixa de menor tempo de permanência no emprego, sendo que as chances de demissão são maiores quanto menos tempo o trabalhador tem de registro em carteira (CUNHA, 2015).

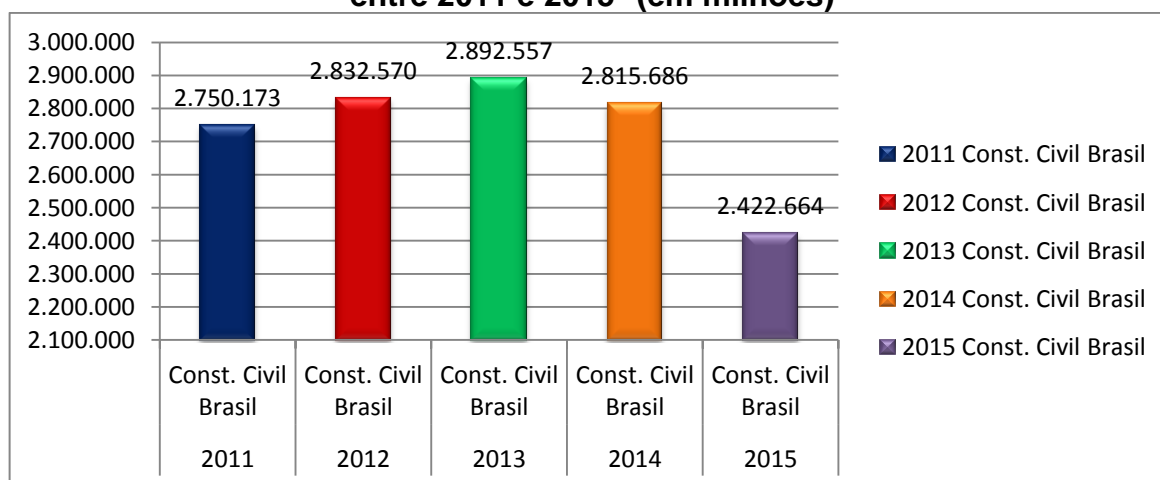
À luz desse contexto, o alto índice de rotatividade da força de trabalho na construção civil de edificações ocorre igualmente devido ao grande número de demissões geradas pela descontinuidade no processo de trabalho nesse setor, visto que o capitalismo exclui na atualidade grande parte da força de trabalho do próprio sistema formal da produção (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2015). Tal processualidade está articulada à precarização estrutural do trabalho enquanto traço essencial da

dinâmica histórica do sistema do capital agravada em sua etapa de crise estrutural (MESZÁROS, 2011).

Entretanto, ao mesmo tempo, a rotação do capital e a renovação de seus ciclos no processo produtivo dependem além da exploração da força de trabalho que dá vida ao setor da construção com a prática da terceirização, contratações temporárias e prestação de serviços, dependem também do consumo das mercadorias que no caso da construção civil capixaba estão relacionadas à construção de edifícios que são vendidos ao mercado proporcionando a realização da mais-valia que por sua vez, é apropriada pelo capital imobiliário. Encontra-se nesse contexto, o duplo e contraditório movimento de expropriação e apropriação da força de trabalho terceirizada na construção civil de edificações pelo capital, onde a dimensão sócio-metabólica desse processo aparece como a particularidade concreta, unidade da diversidade e síntese de múltiplas determinações em processo (MARX, 2013).

Segundo o estudo realizado por Sebastião Ferreira da Cunha (2015), o país enfrentou uma redução significativa da capacidade de geração de postos de trabalho entre os anos de 2008 e 2009, relacionada à crise econômica mundial. No entanto, houve uma reversão substancial dessa tendência a partir de 2010 devido à implementação do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, mas essa capacidade voltou a cair a partir de 2014 e 2015 como demonstrados no gráfico seguinte por meio de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e RAIS (BRASIL, 2016a).

**Gráfico 02 – Número de Empregos Formais na Construção Civil no Brasil entre 2011 e 2015 \*(em milhões)**



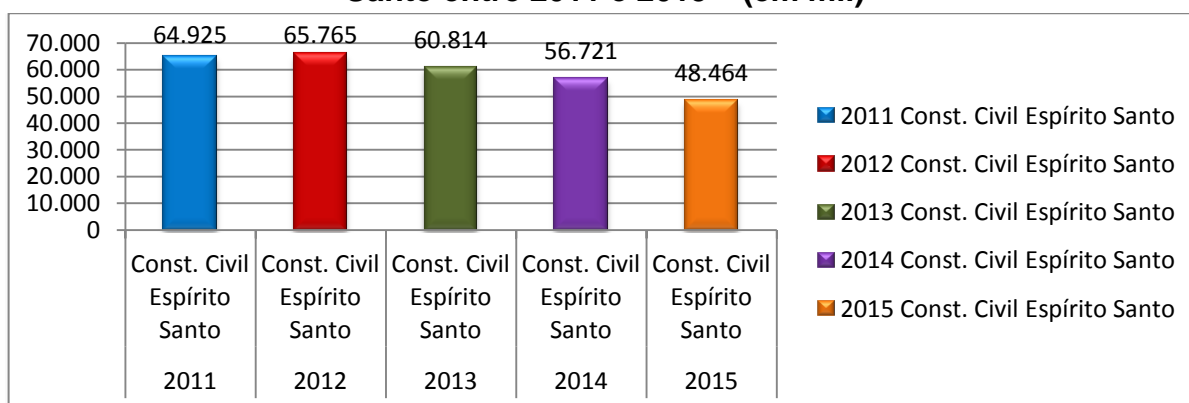
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS Anuários Estatísticos. \*(em nº de milhões)



Assim, como se pode observar no gráfico anterior com base no banco de dados do MTE-RAIS, que entre os anos de 2011 e 2013 houve um aumento no índice de emprego formal na construção civil em nível nacional, entretanto, a partir de 2014 o setor sofre um declínio em seu estoque formal de força de trabalho e em 2015 o setor já demite mais do que contrata, visto que ocorre uma queda no número de empregos formais na construção se comparado ao ano de 2014, ou seja, houve uma redução de 393.022 postos de trabalho na construção de 2014 para 2015, o que corresponde a uma diminuição de 13,96% no nível de emprego formalizado neste setor.

No que concerne ao estoque de vínculos formais na construção civil no estado do Espírito Santo<sup>13</sup>, verifica-se com aporte nos dados do MTE-RAIS explicitados no gráfico 03 seguinte, que entre os anos de 2011 e 2012 houve um crescimento de empregos formais no setor da construção no Espírito Santo, ou seja, de 64.925 em 2011 para 65.765 em 2012. Todavia, a partir de 2013 o setor sofre uma queda nos vínculos formais em relação ao ano anterior. Este comportamento de desaquecimento do mercado de trabalho formal na construção permanece em 2014 e agrava-se em 2015, sendo que entre 2013 e 2014 houve uma redução de menos - 4.093 postos de trabalho na construção considerando o Espírito Santo e entre 2014 e 2015 ocorre um déficit ainda maior com menos - 8.257 vínculos formais no segmento da construção civil capixaba.

**Gráfico 03 – Número de Empregos Formais na Construção Civil no Espírito Santo entre 2011 e 2015 \*\*(em mil)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – RAIS Anuários Estatísticos. \*\*(em nº de mil)

<sup>13</sup> Torna-se importante esclarecer que, devido à impossibilidade de obtenção dos dados relativos à região da Grande Vitória/ES através do MTE-RAIS, foram expostos - neste caso - dados referentes ao estado do Espírito Santo.

De acordo com a resenha de conjuntura do Instituto Jones dos Santos Neves (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2017), no primeiro trimestre de 2017 foram eliminados -1.033 postos de trabalho no setor da construção civil no Espírito Santo. Este dado representa um aumento de 247 postos de trabalhos formais eliminados neste segmento no estado quando comparado ao mesmo período do ano anterior de 2016, que sofreu uma redução de menos -786 postos de trabalhos.

Todo esse contexto de desemprego provocado por essa redução dos postos de trabalho no setor da construção civil de edificações conforme demonstrado nos dados mencionados nos gráficos 02 e 03, bem como na resenha do Instituto Jones dos Santos Neves (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2017), reflete a dinâmica da nova macroeconomia do trabalho emergida nas décadas de 2000 e com consequências nos anos 2010, uma vez que nesta temporalidade histórica do capital ocorre a expansão e reorganização do capitalismo brasileiro com impactos candentes no mercado de trabalho em sua totalidade no Brasil (ALVES, 2014a).

Antunes e Druck (2015) e Alves (2014) enfatizam que estes rebatimentos ocorridos sobre o mercado de trabalho e especialmente em relação à força de trabalho da construção civil de edificações, são o reflexo do processo de precarização social do trabalho ou precarização do estatuto salarial, que atingiu com intensidade na década de 1990 o núcleo estável dos trabalhadores assalariados nos grandes segmentos econômicos. Nesses setores do proletariado brasileiro ocorreu aquilo que Robert Castel (1998) denominou de corrosão da condição salarial no âmbito da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Tal conjuntura repercute para a estrutura do mercado laboral nos anos 2000 e 2010 ocasionando para diversas categorias de trabalhadores e dentre estas, a força de trabalho da construção civil no Espírito Santo, a perda de seus postos de trabalho formais conforme evidenciado no gráfico 03.

No campo do desemprego, é a concepção marxiana de *exército industrial de reserva* ou ainda *super população relativa*, que contempla o mais denso entendimento de sua concepção e de sua lógica de funcionamento, no campo teórico da economia, avançando, portanto, em relação à sua análise fenomênica, pois a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua expansão, uma população

trabalhadora relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital (MARX, 2013).

Inserido nesta conjuntura, o mercado de trabalho da construção civil na Grande Vitória no Espírito Santo insere-se no contexto da reestruturação produtiva engendrada no Brasil a partir dos anos 1980 e com maior aprofundamento na década de 1990 e posteriormente nos anos 2000 (SILVA; REISEN; PALASSI, 2011), em que se configuram um novo paradigma de produção industrial trazendo novas tendências nas relações e condições de trabalho (MADUREIRA, 2003).

Como já salientado anteriormente, o mercado de trabalho da construção civil na Grande Vitória/ES ao longo dos anos 2000 e 2010 tem vivenciado um índice significativo de rotatividade de sua força de trabalho, bem como uma redução significativa de seus vínculos formais de trabalho considerando neste caso específico, o Espírito Santo em sua totalidade.

Soma-se a essa situação, a expansão das modalidades de emprego precário, tais como empregos subcontratados em serviços terceirizados e os trabalhos autônomos (PJs) que por sua vez estão inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este processo, conforme Silva, Reisen e Palassi (2011) é perpassado pelo desenvolvimento de novas formas de controle da força de trabalho através de uma política diferenciada de reordenamento da estrutura, da organização e de gestão do trabalho.

Conforme Giovanni Alves (2007, 2011, 2013) e Madureira (2003), esses mecanismos de controle têm gerado no setor da construção civil não somente a fragmentação das relações de trabalho, como também uma nova cultura do trabalho, que se constituem como importante mecanismo de consentimento e de colaboração com a nova ordem do capital.

Esta processualidade contraditória da nova macroeconomia do trabalho expõe de modo singelo, a dialética entre continuidades e rupturas que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível. Na conjuntura da Grande Vitória/ES, a crescente conjugação dessa política produtiva neoliberal e a globalização em curso que pressiona por maior competitividade entre as empresas, promoveu um crescimento da terceirização no mercado de trabalho capixaba nos últimos anos.

Inseridas nesta lógica, na Grande Vitória/ES, as empresas da construção civil de edifícios possuem uma produção voltada para cumprir a necessidade de prazo da obra que por sua vez é viabilizada pelo processo de terceirização.

### 3.3 – A TERCEIRIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFÍCIOS NA GRANDE VITÓRIA/ES

O processo de terceirização instaurou uma nova dinâmica nas relações de trabalho na construção civil no Espírito Santo, mais precisamente na Grande Vitória, na qual segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sintraconst/ES), há cerca de 4.000 trabalhadores terceirizados no setor, em particular no subsetor de edificações.

As entidades sindicais da Construção Civil no Espírito Santo, não possuem um levantamento preciso sobre o número de empresas terceirizadas neste setor. Entretanto, os dados coletados na pesquisa empírica desenvolvida para este estudo através do recorte amostral de 190 trabalhadores da construção dentro de um universo total de 4.000 operários, contribuem para analisar a realidade capixaba no que se refere ao crescimento da terceirização na relação capital-trabalho engendrada na construção civil na Grande Vitória/ES na esfera do capitalismo contemporâneo.

Sendo assim, à luz dessa conjuntura, a despeito do crescimento da terceirização nesse segmento, observa-se conforme dados coletados para esta pesquisa, que 99,9% da força de trabalho do subsetor de edificações da construção civil na Grande Vitória/ES constitui-se terceirizada, sendo que 79% destes trabalhadores estão inseridos em empresas terceirizadas vinculadas a construção de obra privada voltada para o mercado de edifícios residenciais e 21% encontra-se inseridos em empreendimentos em terceirizadas atreladas a construção de obra pública.

Tais dados concernentes ao aumento da terceirização no setor, são corroborados pelo relatório do DIEESE (2014b), uma vez que, embora o setor da construção civil seja um dos mais representativos da economia nacional, bem como estadual, tal segmento apresenta relações de trabalho com uma tendência à subcontratação

cada vez mais acentuada entre as empresas terceirizadas ocasionando ainda o processo de quarteirização (DIEESE, 2014b).

Além disso, de acordo com o relatório da Confederação Nacional da Indústria – CNI (2014, 2009), na indústria da construção, 71% das empresas utilizam serviços terceirizados, sendo que dentre as razões para a terceirização neste setor, destaca-se o ganho de tempo considerado importante por 48% das empresas e a redução de custos assinalado relevante para 45% das empresas.

Nesse contexto de terceirização, de acordo com informações extraídas de uma estimativa<sup>14</sup> do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON-ES), a partir dos anos 1990, com mais intensidade nos anos 2000 e principalmente após a crise de 2008, 80% da força de trabalho na construção civil no Espírito Santo e com mais intensidade na Grande Vitória, passa a ser terceirizada visando o aumento da produtividade no setor.

Essa realidade expressa o que Antunes e Druck (2015) apontam como radicalização do uso das cadeias de subcontratação. Numa perspectiva histórico ontológica, a terceirização na construção civil tradicionalmente sempre recorreu à intermediação de mão de obra em seu processo de trabalho, no entanto, a terceirização que ocorre com a reestruturação produtiva visa racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalista, a exploração da força de trabalho assalariada no setor da construção (ALVES, 2011).

Conforme estudo de Raphael Castiglioni de Araújo (2009), bem como o relatório desenvolvido por Vitor Januário Oliveira (2013) vinculado ao Instituto Jones dos Santos Neves, têm-se observado que o setor da construção civil no Espírito Santo constitui-se como um dos segmentos no qual os trabalhadores convivem com formas variadas de inserção ocupacional que vão do trabalho assalariado com carteira assinada, passando pelo trabalho por conta própria (autônomo), bem como pelo trabalho terceirizado em empreiteiras com contratos laborais que se situam entre contratos do tipo indeterminado e temporários.

---

<sup>14</sup>Convém ressaltar que tal afirmação é oriunda de entrevista realizada junto ao então Diretor da Comissão de Relações Trabalhistas do SINDUSCON/ES (informação verbal).

Tal processo tem contribuído para a maior acumulação do capital, mas também tem interferido de forma importante na organização sindical, nas relações de cooperação e de solidariedade entre os trabalhadores e na própria identidade de classe (OLIVEIRA, 2015).

O aumento da terceirização do trabalho na construção de edificações na Grande Vitória/ES - conforme anteriormente apontado por meio dos dados coletados para este estudo -, associado ao descumprimento da legislação trabalhista e dos acordos das Convenções Coletivas de Trabalho, gera conflitos entre sindicato e empresas. Conforme o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (SINTRACONST-ES),

A **terceirização** de 2007 pra cá foi muito ruim pra construção civil, muito ruim mesmo. Nós temos um problema sério com as terceirizadas, as empresas, hoje, terceirizadas tanto as internas, quanto as que estão vindo de fora, com esse crescimento do Estado, elas vem em condições mínimas, não praticam as questões mínimas de saúde e segurança, de **legislação trabalhista**, essas coisas, assim a **terceirização** é um problema pra gente hoje. (Depoimento de um dos dirigentes sindicais do Sintraconst/ES, 2016).

Desse modo, observa-se no discurso do Sintraconst-ES os desafios do Sindicato que estão ligados ao processo de globalização e ao neoliberalismo, principalmente, em organizar os trabalhadores frente ao capital industrial da construção, além das dificuldades de sua atuação em relação à melhoria das condições de trabalho, bem como o cumprimento dos acordos coletivos e da legislação trabalhista por parte das empresas terceirizadas, que por sua vez tem tido um avanço significativo na construção civil de edificações. Este depoimento exposto pelo Sindicato laboral corrobora com o pensamento de Antunes e Druck (2015) ao dizer que a larga incorporação da terceirização, implicou em aumento da instabilidade do trabalhador no setor da construção civil.

Articulado a essas contextualizações, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (SINTRACONST-ES)<sup>15</sup> relata que a maioria dos trabalhadores estão atuando em contratos com empresas terceirizadas ou seja, subcontratadas e ainda em muitos casos atuam igualmente por meio de dois tipos de terceirizações que estão existindo no setor como veremos abaixo.

---

<sup>15</sup>Informações obtidas por meio de entrevista realizada junto ao Dirigente do SINTRACONST/ES (informação verbal).

De acordo com o exposto pelo Sintraconst-ES, há o primeiro tipo de terceirização - considerado o mais disfarçado e sutil – em que a empresa principal escolhe aquele trabalhador considerado mais produtivo (uma vez que este já é contratado diretamente pela empresa principal) e o coloca para trabalhar no processo de produção, ou seja, este trabalhador passa a ser contratado para trabalhar por produção onde ele “ganharia mais” possuindo os benefícios trabalhistas, no entanto, esta produção tem que ser suficiente para que possa dar mais lucratividade para que a empresa possa cobrir esses benefícios, caso contrário, este empregado não terá seus benefícios (proteção social) garantidos em sua totalidade. Na verdade, conforme explicitado pelo Sintraconst-ES, essa situação constitui-se uma estratégia das empresas para fazer deste trabalhador um empreendedor subcontratado, desencadeando desse modo, o processo de *pejotização* na construção civil de edificações.

O segundo tipo de terceirização é caracterizado conforme o Sintraconst-ES, pelo processo em que a empresa principal contrata uma empreiteira que por sua vez subcontrata outras empreiteiras, engendrando um duplo processo de terceirização que por sua vez, gera a quarteirização no setor, porém

Os operários trabalham sem os benefícios trabalhistas em sua totalidade, pois as empreiteiras fazem apenas o recolhimento do INSS, sendo que muitos dos operários dessas empreiteiras não possuem plano de saúde, vale alimentação, e em muitas dessas empreiteiras ocorre uma espécie de negociata entre o empreiteiro e o empregado, pois este empregado é convencido pela empreiteira, quando ocorre a sua saída da empresa, a entregar o dinheiro do FGTS para a empreiteira (Depoimento de um dos dirigentes do Sintraconst-ES, 2016).

Neste aspecto é oportuna a contribuição de Antunes e Druck (2015) para quem o fenômeno tornou-se tão complexo que se estabelece a terceirização da terceirização: a terceirizada subcontrata parte do processo para outras empresas contribuindo para o surgimento do processo chamado de quarteirização.

Nesse sentido, Lordsleem Jr. e Barros (2003) argumentam que na construção civil,

O emprego intensivo da subcontratação tem sido observado em resposta à necessidade do subsetor edificações em equacionar o problema de alternância de equipes ao longo da obra e como parte de um movimento de redução das atividades sob a responsabilidade direta das construtoras; neste sentido, estas procuram contratar parte significativa da obra junto à terceiros, mesmo permanecendo com a responsabilidade indireta pelo serviço executado (LORDSLEEM JR.; BARROS, 2003, p. 01).

Em consonância com tal afirmação, Alves (2007; 2013) pontua que a terceirização, no sentido categórico, surgiu numa temporalidade histórica específica: o tempo histórico do capitalismo global caracterizado pela vigência do regime de acumulação flexível e pela crise estrutural do capital.

**Tabela 02 - Contratos de Trabalho**  
**Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

	<b>Contrato de Trabalho</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Tipo de contrato</b>	Contrato Indeterminado	170	89,0
	Contrato Temporário	20	11,0
<b>Total</b>		<b>n=190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Nesta perspectiva, tendo como referência o recorte amostral para este estudo, no que tange ao tipo de contratação celebrada entre a força de trabalho terceirizada da construção, os dados apresentados na tabela 02 acima, revelam que 89% dos contratos no setor são por tempo indeterminado e 11% constituem-se em caráter temporário. Nesse sentido, tanto entre os trabalhadores pesquisados na sede do Sintraconst/ES, quanto nas obras visitadas, não verificou-se um alto índice de contratos temporários em relação às formas contratuais por tempo indeterminado.

Entretanto, não obstante a aparente existência majoritária de contratos caracterizados como indeterminado, conforme apontado na coleta de dados para esta pesquisa há na verdade a ocorrência de instabilidade nestes vínculos considerados "estáveis" no setor da construção. Tal afirmação é fundamentada pelo depoimento dos trabalhadores entrevistados: "nem todo mundo se sente seguro, porque por sermos **terceirizados**, nós trabalhadores ficamos expostos à **instabilidade** quanto a permanência no emprego" (Trabalhador L. D\*<sup>16</sup>, 33 anos, contrato indeterminado, relato concedido na obra A). Este trabalhador ainda relatou que em seu contrato individual de trabalho, - tipo indeterminado - há uma cláusula que prevê o deslocamento do local de trabalho.

Nesse sentido, mesmo aqueles trabalhadores que têm contrato de trabalho indeterminado, consideram que não recebem todos os seus direitos. O depoimento de outro trabalhador fundamenta esta afirmação,

<sup>16</sup>Código escolhido aleatoriamente visando preservar a identidade do referido trabalhador entrevistado para esta pesquisa.



Sou trabalhador de empresa **terceirizada** na Serra, na verdade a empresa é "**gata**"<sup>17</sup>, mesmo tendo carteira registrada, tem coisas que a empresa paga... mas também tem coisas que a empresa **não quer pagar**, como plano de saúde por exemplo.... tem coisas que a empresa computa, mas **não paga de jeito nenhum** como as nossas horas extras. Há momentos que até mesmo o nossos **salários atrasam** (Trabalhador M. X., 41 anos, contrato indeterminado, depoimento concedido na Sede do Sintraconst-ES).

Percebe-se, nos discursos destes trabalhadores, que a formalização do contrato, em especial tipificado como indeterminado funciona em muitas situações como um mascaramento das formas precárias e já tradicionais de vínculo, as quais caracterizam um sistema misto de emprego.

Nesse contexto, o processo de terceirização é utilizado como estratégia para fomentar a existência de formas contratuais precárias na construção de edificações na Grande Vitória/ES, como expressa a fala do Presidente da Comissão de Relações de Trabalho do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES),

Na construção civil a **prática da terceirização** tem sido uma realidade, terceirizamos muito. Um terceirizado possui níveis de produtividade muito maiores do que um trabalhador contratado diretamente, por isso terceirizar é muito mais lucrativo para as grandes empresas da construção. Atualmente é impossível uma empresa igual a minha, por exemplo, não terceirizar, porque o **custo** de manter profissionais que você vai precisar somente por um tempo, é **muito alto**. Pintor, por exemplo, só vou precisar de pintor no final da obra, não faz sentido eu ter um grupo de pintores contratados diretamente na minha empresa sendo que eu só vou utilizar esta mão de obra só no final, isso é impossível (Depoimento do Presidente da Comissão das Relações de Trabalho do Sinduscon-ES, 2016).

Como pôde ser observado no discurso do representante do Sindicato Patronal da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon-ES), a utilização da terceirização é justificada pelo fato de que ao transferir parte dos trabalhos para as empreiteiras, a construtora também transfere as responsabilidades dos atributos legais envolvidos nos custos dos contratos de trabalho, impondo contratos com pouca duração, mesmo sob a aparente contratação por tempo indeterminado, mas que em essência dissimula formas contratuais temporárias realizadas por obra, que por sua vez contribui para a permanência da elevada rotatividade no setor (CUNHA, 2015).

---

<sup>17</sup>As "**gatas**" são empresas/empreiteiras de pequeno porte e pouca estrutura subcontratadas pelas grandes construtoras, que em sua maioria, tenta burlar a legislação trabalhista como por exemplo, não pagando verbas rescisórias, atrasando salários e com não registro de carteiras de trabalho e etc.

Em consonância com a análise anterior, Costa (2010) enfatiza o subterfúgio das construtoras ao transferirem para as terceirizadas, a função de contratar e de demitir parte dos trabalhadores em diversos momentos de execução da obra. Assim, a terceirização torna-se uma eficiente estratégia de redução de custos sociais e trabalhistas das construtoras.

Além disso, ainda convém ressaltar que não se pode descartar a existência maciça de contratos trabalhistas em caráter temporário nas empreiteiras terceirizadas no segmento da construção de edificações, uma vez que a amostragem colhida nesta pesquisa, não seria suficiente para excluir esta possibilidade.

A reportagem publicada no Jornal "*Operário da Construção*" corrobora as considerações anteriores ao expor a atual realidade das relações e condições de trabalho vivenciadas pela força de trabalho da construção civil de edifícios na Grande Vitória/ES no âmbito da terceirização, visto que

Com a **terceirização** desenfreada estará praticamente extinta a Carteira de Trabalho e todos os trabalhadores terão que trabalhar como «**pessoa jurídica**». Ou seja, para você trabalhar na construção civil, como auxiliar ou oficial pleno, você terá que constituir uma firma e ser terceirizado. A **terceirização** implica em **precarização** das condições de trabalho, mais adoecimentos, mais mortes, salários menores e menos direitos. Essa é mais uma maldade da ponte para o futuro que os golpistas estão construindo ("Terceirização desenfreada: o fim da ponte para o futuro de Temer", Jornal "*Operário da Construção*", n. 143, ago. 2016).

À vista disso, é importante analisar que o discurso exposto na reportagem acima, evidencia o movimento de desregulamentação dos direitos trabalhistas regido por políticas neoliberais propostas pelos organismos multilaterais e internacionais que vem ocorrendo no Brasil via flexibilização como a Lei que regulamenta a terceirização - PL 4330/2004 - já explicitada no capítulo primeiro desta dissertação - em todos os setores do trabalho, com rebatimentos para os trabalhadores da indústria da construção civil de edifícios no Espírito Santo aprofundando a contradição capital-trabalho neste segmento. Com o predomínio dessa lógica, consagra-se a dinâmica do mercado, pondo em questão a regulação social por parte do Estado. Tal posicionamento compromete as medidas jurídicas voltadas para a conquista da justiça social, que na atual conjuntura brasileira, tem sido legitimado pelo governo Temer por meio da Reforma Trabalhista de cunho flexibilizador dos direitos laborais.

Nessa perspectiva, tanto os dados, quanto o discurso contido na reportagem referida acima e nas falas dos trabalhadores e da entidade sindical patronal convergem junto ao pensamento de Giovanni Alves (2014a) que destaca nesta contextualidade, o protagonismo da categoria *flexibilidade* na era da mundialização do capital. Para este autor, a flexibilidade se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude no sentido de que a flexibilidade da força de trabalho na construção civil na Grande Vitória/ES obteve novas determinações com a disseminação no mercado de trabalho de novas modalidades de contratos flexíveis - no bojo da terceirização - inscritas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como o contrato temporário em que o trabalhador permanece por no máximo 1(um) ano no emprego. Tal pensamento contempla os dados supracitados na tabela 02 relativos ao percentual de trabalhadores inseridos em contratos temporários na construção civil capixaba.

A partir da década de 2000, os empregos subcontratados assalariados de serviços terceirizados e "autônomos" a serviço das grandes empresas privadas e do setor público, foram os responsáveis pela maior parte dos empregos formalizados no Brasil e particularmente no Espírito Santo e Grande Vitória (ALVES, 2014b).

Dessa forma, torna-se pertinente a reflexão dessa realidade contratual na construção civil de edificações na Grande Vitória/ES a partir do referencial teórico de Marx (2013) ao salientar que os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, através de um contrato de trabalho que pressupõe uma "liberdade" de trabalho com uma relação de dependência.

Marx (2013) ainda afirma que o comprador e o vendedor da mercadoria força de trabalho são determinados pelo seu livre arbítrio. Eles fazem contrato enquanto pessoas livres, juridicamente de igual condição. O contrato é o resultado final pelo qual as suas vontades dão uma à outra a sua expressão jurídica comum.

Considerando esta totalidade, Cunha (2015) ressalta que os trabalhadores da construção civil celebram contratos por obra e, ao término desta, ele é demitido, podendo ser ou não contratado novamente pelo mesmo CNPJ em contratos

temporários em outro canteiro de obras. Necessidades próprias da peculiar gestão da produção e do trabalho – como aspectos técnicos relacionados às etapas explicitamente fragmentadas – potencializam a rotatividade, ao mesmo tempo em que servem de instrumento para incrementar a flexibilização no uso da força de trabalho e a sonegação como forma de redução de custos trabalhistas e previdenciários. Este autor reforça, portanto, que um dos elementos característicos do processo produtivo no setor da construção civil, é a sua descontinuidade que provoca distinções na constituição de seu mercado de trabalho (CUNHA, 2015).

À luz desta argumentação, Alves (2014) reforça o alto índice de rotatividade do trabalho como um sinal da flexibilidade estrutural da força de trabalho na construção civil capixaba<sup>18</sup>, pois no término de uma obra, ou mesmo no fim da etapa correspondente ao seu ofício, cabe ao empregado procurar uma nova colocação no mercado de trabalho.

Desse modo, a terceirização nas relações laborais do segmento da construção civil de edificações capixaba e os contratos de trabalho celebrados nela, contribuem para a fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização humana do trabalhador. Além disso, a terceirização põe um “manto de invisibilidade” nos trabalhadores na sua condição social, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para que o empresariado não tenha limites no uso da força de trabalho e de sua exploração como mercadoria (Marx, 2013, 2010).

**Tabela 03 - Remuneração Média**  
**Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

<b>Remuneração Média Const. Civil</b>	<b>Salários</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
	1 salário mínimo	46	24,2
	entre 1 e 2 salários	134	70,5
	entre 2 e 3 salários	10	5,3
	<b>Total</b>	<b>n=190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Nesse contexto, em relação ao aspecto salarial, a construção civil é um dos setores que possuem os mais baixos rendimentos na economia brasileira, principalmente quando se refere às atividades mais simples. A partir da análise dos dados

<sup>18</sup> Construção Civil capixaba = Construção Civil na Grande Vitória/ES

apresentados acima, constata-se que a faixa de remuneração que se enquadra entre 1 e 2 salários mínimos têm absorvido mais trabalhadores no âmbito da terceirização nas relações de trabalho na construção civil capixaba, visto que 70% da força de trabalho terceirizada do setor possui remuneração entre 1 e 2 salários quando se considera as funções de Pedreiro, Armador, Carpinteiro, Pintor e Oficial Polivalente<sup>19</sup>. A faixa de remuneração de 1 salário mínimo representa 24% da força de trabalho e relaciona-se à função de Auxiliar de Obras (Servente) e a faixa entre 2 e 3 salários corresponde a apenas 5,3% dos trabalhadores situados na função de Eletricista. Assim, pode-se aferir que grande parte do crescimento da capacidade de geração de postos de trabalho na construção civil na Grande Vitória/ES, concentrou-se em maior grau em remunerações médias mais baixas nas funções mais simples do segmento. Somadas as duas faixas de remuneração que ganham 1 salário e entre 1,5 e 2 salários, elas representam 94% de todos os vínculos com esta média de rendimentos.

Para ratificar a constatação acima quanto à remuneração do trabalhador, igualmente oportuna é a análise do relatório do DIEESE (2014a) intitulada "*Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha*" que trouxe dados de pesquisa realizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), não só do trabalhador, mas do trabalho terceirizado, que demonstra uma concentração nas faixas de 1 salário mínimo, de 2 salários mínimos e de até 3 salários mínimos. Já, os trabalhadores diretos estão mais distribuídos nas diversas faixas salariais. Tais dados confirmam os argumentos até aqui apresentados, que defendem a terceirização como forma de precarização do trabalho.

Assim, o assalariamento do trabalho se expande e se generaliza, constituindo um novo modo de vida social. A propriedade privada dos meios de produção, ao separar os produtores dos instrumentos necessários à produção, impõe aos vendedores da força de trabalho a produção de um valor que não lhes pertencem e que não visa satisfazer suas necessidades. Pela alienação de sua capacidade de trabalho por determinado tempo, o trabalhador recebe um salário para reconstituir e manter sua

---

<sup>19</sup>A correspondência entre a remuneração e as funções exercidas na construção civil encontra-se registrada na **Tabela Salarial (2016-2018)** do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRACONST/ES). Disponível em: <[www.sintraconst-es.com.br](http://www.sintraconst-es.com.br)>

capacidade produtiva, garantindo assim a continuidade da oferta da força de trabalho quando o capital dela demandar (MARX, 2012).

A dinâmica salarial perpassada na construção civil de edificações na Grande Vitória/ES reforça o pensamento de Marini (2000, p. 160) em relação à categoria superexploração do trabalho que para ele “tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real”. Desse modo, a baixa remuneração observada nas relações laborais da força de trabalho terceirizada da construção civil capixaba insere-se no contexto de reprodução do capital na dialética do capitalismo dependente latino-americano.

Marx (2013, 2010) por sua vez, problematiza ao afirmar que a forma do “trabalho livre” do sistema do capital, fundado na separação do ser que trabalha de suas condições de trabalho, condição indispensável para que o produtor tenha que vender sua força de trabalho, torna o ser que trabalha a mais miserável das mercadorias. O trabalhador, não dispondo das condições objetivas, sua capacidade de trabalho só pode ser objetivada quando demandada pelo capitalista. Assim, a obtenção de suas condições de vida depende de mediações do mercado de trabalho, externas à sua vontade (MARX, 2013, 2010).

A condição assalariada da força de trabalho terceirizada da construção civil na Grande Vitória/ES pressupõe a mediação do mercado de trabalho engendrado na era da reestruturação produtiva do capital. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidas no âmbito do trabalho coletivo. Aqui identifica-se um campo de tensão que exige densas investigações na apreensão do significado das determinações do trabalho alienado na particularidade da construção civil capixaba.

Diante disso, a terceirização na construção civil constitui-se como processo de valorização do capital através de organização e gestão do trabalho visando a sua recomposição da margem de lucro (FILGUEIRAS, 2015). Soma-se a isso para além da estratégia de organização da produção, a terceirização consiste igualmente em uma estratégia de manipulação do trabalhador coletivo do capital voltada para a dessubjetivação de classe, possuindo deste modo, uma função ideológica, ou seja, uma arma política de luta de classes que visa reestruturar coletivos do trabalho,

criando as bases para processos de “captura” da subjetividade do homem que trabalha (FILGUEIRAS, 2015; ALVES, 2011), agravando ainda mais na esfera da terceirização, as múltiplas formas de precarização das relações e condições de trabalho que por sua vez são analisadas e problematizadas com maior aprofundamento no terceiro capítulo desta dissertação mediante a exposição analítica e detalhada da realidade laboral apreendida por meio da aplicação de questionários e entrevistas junto aos trabalhadores da construção civil de edificações inscritos na Grande Vitória/ES.

#### **4 - AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SUBSETOR DE EDIFICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL CAPIXABA NO CONTEXTO DA TERCEIRIZAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo a apresentação dos resultados desta pesquisa identificando e analisando formas de precarização existentes nas relações e condições laborais da força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações circunscrita na Grande Vitória/ES. Antes, porém, buscando situar o leitor e subsidiar a análise do referido objeto de estudo, realizou-se uma breve explanação sobre o perfil da força de trabalho da construção civil capixaba.

Nesta perspectiva, como já mencionado detalhadamente na introdução deste trabalho, para melhor compreensão das características do trabalho no setor da construção civil de edificações e suas especificidades no âmbito da terceirização, além das referências bibliográficas e documentais – por meio de livros, artigos, dissertações e edições do *Jornal Operário da Construção* - relacionadas à terceirização do trabalho e à construção civil, recorreu-se igualmente à pesquisa empírica junto à força de trabalho terceirizada deste setor.

Desse modo, para que seja possível avaliar um processo de expansão da terceirização, como o que está ocorrendo nas relações de trabalho da construção civil de edificações capixaba, aplicou-se questionários estruturados com perguntas fechadas a um recorte amostral de 190 sujeitos selecionados de um universo de 4.000 trabalhadores terceirizados atuantes nas funções de pedreiro, carpinteiro, auxiliar de obras (servente), pintor, eletricista e etc., que podem avaliar por experiência própria o seu processo de trabalho neste setor. Os questionários foram aplicados na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil – Sintraconst/ES e em quatro empreiteiras (obras) terceirizadas na Grande Vitória/ES. Além disso, foram coletados de forma aleatória – mediante diálogos informais -, relatos desses trabalhadores acerca da realidade laboral na construção como complemento aos dados obtidos por meio dos questionários.

Assim, o diálogo direto com os trabalhadores é a forma mais adequada de avaliar a presença ou não de formas de precarização nas relações e condições laborais entre a força de trabalho terceirizada da construção civil na Grande Vitória/ES, uma vez que esta vive o impacto das alterações nas condições e relações de trabalho no



contexto de crise do capital, assim constituem sujeitos preferenciais de pesquisa. Dessa forma, feitas estas considerações, segue-se a análise dos resultados obtidos para esta pesquisa.

#### 4.1 - PERFIL GERAL DA FORÇA DE TRABALHO TERCEIRIZADA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFICAÇÕES NA GRANDE VITÓRIA/ES

Os indicadores apresentados a seguir têm como objetivo traçar um perfil geral da força de trabalho terceirizada do subsetor de edificações da construção civil na Grande Vitória/ES, estabelecendo parâmetros que permitam apontar algumas tendências que fazem parte dessa categoria laboral. Esses indicadores contêm dados que envolvem as variáveis: identidade de gênero, faixa etária, escolaridade, bem como experiências anteriores de trabalho, tendo em vista que tais aspectos devem ser considerados. Desse modo, as tabelas expostas a seguir apresentam um traço geral do trabalhador da construção civil de edificações em empresas terceirizadas.

**Tabela 04 - Perfil Socioeconômico**  
**Força de Trabalho Terceirizada, Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

	<b>Perfil Socioeconômico</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Ident. de Gênero</b>	Feminino	4	2,1
	Masculino	186	97,9
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Faixa Etária</b>	18 a 22 anos	6	3,2
	23 a 27 anos	9	4,7
	28 a 32 anos	27	14,2
	33 a 37 anos	42	22,1
	38 a 42 anos	19	10,0
	43 a 47 anos	19	10,0
	48 a 54 anos	21	11,1
	55 a 59 anos	19	10,0
	acima de 60 anos	28	14,7
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>	Fund. Incompleto	127	66,8
	Fund. Completo	54	28,4
	Ens. Médio Completo	8	4,2
	Ens. Médio Incompleto	1	0,5
	<b>Total</b>	<b>n=190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Conforme os dados coletados na pesquisa de campo para este estudo, verifica-se que tradicionalmente a força de trabalho terceirizada da construção civil na Grande Vitória/ES é composta em sua maioria por homens, constituindo-se em 97% dos trabalhadores do setor, sendo que as mulheres formam 2% dos trabalhadores contratados pelas empresas assumindo serviços de auxiliar de obra, mas adentrando em outros como o de rejuntadeira,<sup>20</sup> levando em consideração o número total do recorte amostral de 190 trabalhadores pesquisados por meio da aplicação de questionários.

Na caracterização quanto a identidade de gênero, foi possível confirmar a tendência histórica do predomínio da força de trabalho masculina no interior desta categoria profissional reforçando que um dos selos da identidade profissional da força de trabalho operária da construção civil de edificações é a sua condição majoritariamente masculina. Tal fato deve-se as exigências de esforço físico intenso que o processo construtivo no setor exige em sua totalidade. Assim, a reduzida presença da força de trabalho feminina na construção deve-se a pequena quantidade de cargos que exigem pouco esforço físico neste setor industrial (CUNHA, 2015; COSTA, 2011). Nessa perspectiva, Cunha (2015) aponta que a relação entre o número de trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino no setor da construção civil sempre foi desfavorável às mulheres.

Para estes autores, isto se justifica em parte pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, cujo Art. 390 vetando a contratação de mulheres para serviços avaliados pesados, legitimou ainda mais a postura discriminatória em relação à presença feminina na construção civil e de modo particular a construção civil capixaba. Porém, o cenário tem sofrido pequenas alterações, mesmo que os homens representem, nos últimos dados do DIEESE/CUT (2014a), 91% do total, e as mulheres os outros 8,9%.

No que refere-se à faixa etária, verificou-se a presença de um percentual de 22% de trabalhadores jovens adultos entre 33 e 37 anos, seguido da faixa entre 28 e 32 anos com 14%. Percebe-se ainda um incremento na faixa que corresponde aos trabalhadores entre 48 e 54 anos com 11%. No entanto, os percentuais correspondentes às faixas etárias entre 38 e 42 anos, bem como a referente entre

---

<sup>20</sup> A função de rejuntadeira corresponde ao trabalho de colocação de ladrilhos.

43 e 47 anos permanecem iguais com 10%. O número de operários muito jovens entre 18 e 22 anos, bem como de 23 a 27 anos apresenta um índice significativamente pequeno com 3,2% e 4,7% respectivamente se comparado ao percentual da força de trabalho entre 28 e 37 anos no período analisado.

Na sequência, os dados coletados ainda apontam a existência de um percentual significativo de trabalhadores acima de 55 anos na construção civil capixaba, visto que foi possível identificar ao longo da pesquisa de campo, a presença de trabalhadores entre 58 e 67 anos de idade. Considerando o conjunto dos percentuais relativos às faixas entre 55 e 59 anos e acima de 60 anos, soma-se um total de 24% da força de trabalho idosa na construção de edifícios como pode ser constatado na tabela 04. Neste aspecto, este dado relativo ao percentual de trabalhadores com faixa etária entre 55 e mais de 60 anos ainda atuantes na construção civil constitui-se muito relevante, visto que reflete a dificuldade de aposentar-se para muitos desses trabalhadores devido a perda resultante do trabalho sem registro em carteira na construção civil ao longo da vida nos períodos em que se encontravam fora do mercado formal de trabalho nesse setor, como é confirmado pelo relato de um trabalhador,

Hoje eu tenho registro na carteira, mas ao longo da minha vida trabalhei poucas vezes com carteira assinada nas empreiteiras da construção, na maior parte trabalhei por conta própria, mas nunca sobrou dinheiro para que eu pudesse pagar meu INSS como autônomo, tinha que sustentar minha família, por isso até hoje preciso trabalhar na construção, porque também eu não sei fazer outra coisa, tenho pouco estudo (Trabalhador J. 63 anos, depoimento na Sede do Sintraconst/ES, 2016).

Desse modo, estando com idade avançada e não tendo conseguido aposentar-se, a força de trabalho idosa ainda tem que trabalhar em empreiteiras terceirizadas da construção para sobreviver, convergindo com a análise de Castel (1998) que salienta que estes trabalhadores são convocados a *viver o dia-a-dia*, o aqui e o agora, já que convivem com as incertezas e instabilidades geradas em muitos casos pelas formas de contratos celebrados por obra e agravadas pelo processo de terceirização neste setor.

No tocante ao nível de escolaridade, os dados coletados constatam que a grande maioria da força de trabalho terceirizada da construção possui nível reduzido de escolaridade contando apenas com o ensino fundamental incompleto correspondente a 66% como comprovado na tabela anterior. Este índice é seguido por uma parcela de trabalhadores que detém no máximo o ensino fundamental

completo 28%, sendo que apenas 4% desses trabalhadores possuem o ensino médio completo, seguido de 1% com o ensino médio incompleto. O grau de escolaridade do trabalhador da construção civil na Grande Vitória/ES segue uma trajetória histórica de baixo patamar de educação formal.

Conforme estudos de Iriart et al. (2008), para o trabalhador da construção civil a escolaridade é o fator mais limitante para a obtenção de empregos melhores, que ofereçam condições de trabalho e salários satisfatórios. A baixa escolaridade, a ausência de opções de trabalho, o receio de ser demitido e não ter como sustentar a si próprio e de oferecer condições adequadas de sobrevivência à família são fatores que levam os sujeitos a aceitar as condições de trabalho na construção civil. Para a maioria dos trabalhadores, a construção civil é a oportunidade do primeiro emprego com carteira assinada uma vez que a construção civil contrata a força de trabalho sem muitas exigências em relação ao grau de escolaridade (COSTA, 2011; IRIART ET AL., 2008).

Em consonância com tal argumentação, Costa (2010) ressalta que a maioria da força de trabalho absorvida pela indústria da construção civil é formada por migrantes provenientes da zona rural e com baixo nível de instrução formal. Este autor ainda pontua que a construção civil sempre foi marcada pelo baixo nível de instrução dos operários e dada à precariedade dos trabalhos, contribuiu ainda para a consolidação de representações socialmente estigmatizadas das ocupações desempenhadas no setor. Nesse aspecto, tais afirmações aliadas à análise da escolaridade do trabalhador das edificações, quando comparadas ao conjunto do emprego formal no país, indicam que o setor permanece demandando trabalhadores de baixa qualificação.

Estas argumentações constituem-se extremamente relevantes quando se consideram os fatores que motivam a inserção desses trabalhadores na construção civil, pois como demonstra os dados coletados para este estudo, 90% da força de trabalho terceirizada do subsetor de edificações da construção civil declara como principal motivação em trabalhar nesse segmento é justamente a facilidade de contratação para o mesmo sem grandes exigências, sendo que apenas 10% declaram o desemprego como a principal razão por estarem trabalhando neste setor conforme demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 05 - Perfil Sócio Ocupacional**  
**Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações), Grande Vitória/ES (2016)**

Perfil Sócio Ocupacional		Frequência	Porcentagem%
<b>Função Exercida na Const. Civil</b>	Armador	8	4,2
	Carpinteiro	11	5,8
	Eletricista	11	5,8
	Oficial Polivalente	24	12,6
	Servente	44	23,2
	Pedreiro	86	45,3
	Pintor	4	2,1
	Outro	2	1,1
<b>Total</b>		<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Motivação p/ Trab. Const. Civil</b>	Contrata sem exigência	171	90,0
	Desemprego	19	10,0
<b>Total</b>		<b>190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

No tocante às atividades exercidas na construção, os dados expostos na tabela acima revelam que a força de trabalho operária deste segmento encontra-se concentrada na função de Pedreiro com o percentual de 45% do total, seguida do Servente (Auxiliar de Obras) representando 23% dos trabalhadores. O cargo de Oficial Polivalente corresponde a 12% desta força de trabalho. As demais funções exercidas como as de Eletricista e Carpinteiro somam 11,6%, sendo que a função de Armador compõe 4,2% e a referente à atividade de Pintor constitui 2%. De acordo com a Classificação Profissional inscrita na Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2018 da Construção Civil do ES, - com exceção do Auxiliar de Obras (Servente) - as funções de Pedreiro, Armador, Carpinteiro, Pintor, Eletricista e etc, pertencem ao cargo de *Oficial*, enquanto que o Oficial Polivalente inscreve-se no nível de Oficial Pleno que é detentor de certificação de entidade reconhecida de qualificação profissional para o exercício do cargo e igualmente é o trabalhador que exerce na mesma empresa mais de uma função profissional simultaneamente.

Convém analisar aqui a função de Oficial Polivalente na construção civil da Grande Vitória/ES enquanto atividade articulada à noção de trabalhador polivalente na totalidade do modo de produção toyotista no contexto da reestruturação produtiva. Caetano (1996, 2001) destaca que há a introdução dos cursos profissionalizantes destinados a desenvolver a polivalência nas empresas da construção e que essa iniciativa ao nível da formação profissional significa uma tentativa de ruptura com a organização do processo de trabalho pautada na divisão de ofícios característica da construção civil subsetor de edificações. Segundo este autor, com esse

procedimento as construtoras, bem como as empreiteiras terceirizadas pretendem quebrar a cultura de trabalho baseada na execução de um único ofício, o que garante a flexibilização na utilização da força de trabalho.

Essa dinâmica do trabalho polivalente ou multifuncional esboçado no processo de trabalho terceirizado da construção civil capixaba assemelha-se a um mecanismo responsável por níveis mais acentuados de intensificação e exploração da força de trabalho, ou seja, a flexibilidade da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital intensificar o processo de subsunção, ou seja, de submissão e subordinação do trabalho assalariado à lógica da valorização (DAL ROSSO, 2008; DRUCK, 2013, 2006). Sob a égide da acumulação flexível, o discurso da organização do trabalho incorpora um novo léxico: trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se “colaboradores” e polivalentes, em que a equipe de trabalho nos canteiros de obras deve cumprir as metas de produtividade exigidas pelas empreiteiras terceirizadas. Esta realidade torna-se evidente através do depoimento de um dos trabalhadores:

Eu trabalho muito, mas muito mesmo... (pausa) como minha carteira está assinada como **Oficial Polivalente**, a empreiteira quer que eu faça várias tarefas ao mesmo tempo. Faço trabalho de pedreiro, armador e ainda de montador de andaime. A empreiteira exige **muita produtividade** para que a obra seja entregue em menos tempo (Trabalhador A. C., 38 anos, depoimento na Sede do Sintraconst/ES, 2016).

O discurso contido na fala deste trabalhador evidencia a extração da mais valia relativa por meio da intensificação do trabalho esboçada no trabalho polivalente realizado nos canteiros de obras, além disso, confirma a inserção da força de trabalho terceirizada da construção civil da Grande Vitória/ES às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase de reestruturação de seus processos produtivos e de trabalho no momento em que a terceirização domina o mercado de trabalho neste setor.

**Tabela 06 - Experiências anteriores de trabalho**  
**Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações), Grande Vitória/ES (2016)**

<b>Experiências de Trabalho</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
Construção Civil	168	88,4
Comércio	8	4,2
Elétrica	6	3,2
Marcenaria	1	,5
Mecânica	5	2,6
Segurança	2	1,1
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

No que concerne às experiências anteriores de trabalho vivenciadas pela força de trabalho do setor, pôde-se apreender conforme demonstrado na tabela 06 que alguns dos trabalhadores pesquisados, antes de inserirem-se no mercado da construção civil, iniciaram suas vidas profissionais em outras funções em diferentes segmentos de trabalho. Assim, verificou-se que 4,2% iniciaram suas atividades no comércio, 3,2% realizavam trabalho na área de elétrica, 2,6% na área de mecânica e somente 1,1% trabalhavam em empresas de segurança privada.

Entretanto, a maioria dos operários, cerca de 88,4%, sempre trabalhou na construção civil de edificações. Para estes trabalhadores, o ramo da construção constituiu-se o seu primeiro emprego e meio de sobrevivência no espaço urbano da Grande Vitória, visto que muitos destes operários afirmaram que antes de começarem a trabalhar na construção civil, iniciaram suas trajetórias ocupacionais na zona rural ainda muito jovens, como relatado na fala de um trabalhador durante o curso de formação realizado na Sede do Sintraconst-ES,

Eu trabalhava na **roça** com meus pais desde muito novo, capinava, plantava e fazia a colheita do tomate junto da minha família, aí depois eu vim morar em Vila Velha e aí eu o meu primeiro trabalho foi como servente de pedreiro na construção e continuei na construção civil até hoje. Como **não tive muito estudo**, porque sempre precisei trabalhar, então não tive muita opção não, tinha que sustentar minha família e aí a construção foi o meu meio de **sobreviver na cidade** (Trabalhador L., 64 anos, depoimento na Sede do Sintraconst-ES).

Eu estava no lá **no interior**, né, e estava procurando um serviço, qualquer coisa que desse mais do que na **roça**. Aí eu vim pra cá [Vitória] e aí eu consegui um trabalho na obra da MRV lá em Cariacica (Trabalhador Y. 39 anos, depoimento na Sede do Sintraconst/ES).

O discurso destes trabalhadores, expressa que o trabalho na construção civil é visto como uma porta de entrada para aqueles que decidem permanecer nos grandes centros urbanos, ou seja, é visto como uma forma de acesso à nova localidade, pois a busca por trabalhos menos pesados, menos estigmatizados e com maiores

rendimentos se torna o desafio a ser atingido por esta força de trabalho com baixa ou nenhuma qualificação profissional. Para Cockell (2008), este fato é considerado pela maioria dos trabalhadores da construção de edificações como limitador da continuidade dos estudos, o que contribuiu historicamente para reforçar a baixa qualificação dos mesmos.

David Harvey (2006) por sua vez, salienta a importância do espaço urbano como instrumento de valorização do capital imobiliário, que por sua vez, reproduz a maior parte da força de trabalho, despossuída de quase tudo, aspecto fundamental para a reprodução das relações de produção do capitalismo e neste contexto encontra-se o trabalhador da construção civil de edificações vivenciando condições de trabalho cada vez mais precarizadas, uma vez que sob as grandes empresas surgem firmas pequenas e flexíveis, tornando-se predominante a generalização dos processos de terceirização e externalização com rebatimento para o setor da construção civil.

#### 4.2 - AS FORMAS DE PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS ENTRE OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA GRANDE VITÓRIA/ES

Desde 2008, tem-se adentrado em uma nova fase da crise estrutural do capitalismo com a consequente ampliação da precarização do trabalho em escala global. As empresas globais – respaldadas pelos governos – alegam que precisam aumentar sua produtividade e competitividade, o que só pode ser feito através da corrosão das condições de trabalho (ANTUNES, 2015).

A crise estrutural de valorização do valor colocou como movimento contra tendencial principal, a necessidade irremediável de um novo patamar de desvalorização da força de trabalho como mercadoria. Por isso, a precarização afirmou-se no século XXI como precarização estrutural do trabalho enquanto elemento compositivo da totalidade concreta do sistema mundial do capital e suas contradições constituindo-se igualmente um traço essencial da dinâmica histórica do sistema capitalista em sua etapa de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011).

Ao discorrer sobre as relações precárias de trabalho, inicialmente é importante definir que na literatura o significado conceitual para o termo precário diz respeito a uma mudança, para pior, na qualidade das relações de emprego, bem como das



condições de trabalho, acirradas no capitalismo com a passagem da forma de produção fordista para a produção flexível (LINS, 2015).

Neste aspecto é oportuna a contribuição trazida por Sartim (2008; 2016) que tendo como aporte teórico autores como Alves (2013) e Braga (2015), identificam três dimensões da precarização, tais como: a dimensão econômica que relaciona a precarização ao trabalho assalariado com a existência da precariedade nas relações de emprego (SARTIM, 2008), a dimensão humana e social ou precarização do homem-que-trabalha apontada por Giovanni Alves (2013) e por fim a dimensão política assinalada por Ruy Braga (2015) que ressignifica o conceito de precarização adotando o neologismo *precariado* que leva em conta a instabilidade social e política. Braga (2015) propõe a apreensão do comportamento político ou inquietação social do proletariado. Para este autor, há uma forma de precariedade constituinte manifestada na ausência de controles da intensificação do trabalho e do acesso aos benefícios sociais.

Nesse sentido, ao discutir-se a precarização, ela remete à análise da realidade concreta das transformações no mundo do trabalho, sob a hegemonia do capital, vivenciadas pelos trabalhadores, mediante as precárias relações de trabalho a que estavam submetidos, refletidas na redução dos direitos trabalhistas, no desemprego que assola grande parte da população, níveis salariais baixos, carga horária excessiva, infraestrutura não adequada para a realização do trabalho, na fragilidade dos vínculos de trabalho, enfim, de diferentes formas que negligenciam acentuadamente a qualidade de vida do trabalhador. O trabalho precário pressupõe “a totalidade das condições inadequadas de trabalho [...]” (BARALDI, 2005, p. 14).

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (PARENZA, 2008, p. 35).

Essa base conceitual do trabalho precário permite a análise empírica acerca da configuração das relações e condições de trabalho no contexto da terceirização no caso específico da construção civil em condições capitalistas periféricas. Para efeito desse estudo, a análise inscreve-se no conceito de precarização social que envolve, sobretudo, o processo econômico do assalariamento.

À luz dessas considerações, Oliveira (2016) afirma que a atual dinâmica do capitalismo contemporâneo promove o crescimento da corrosão do trabalho contratado com estabilidade e regulamentado, proliferando as diversas formas de trabalho terceirizado desprovido de direitos no segmento da construção civil capixaba, particularmente no subsetor de edificações.

Cabe assinalar que essa precarização nas relações de trabalho contemporâneas configuradas na força de trabalho terceirizada da construção civil capixaba, configura na verdade, uma intensificação da precariedade inerente à essência do modo de produção capitalista. Entretanto, tal processo de precarização é agravado ainda mais pela prática acentuada da terceirização na relação capital-trabalho na construção civil na Grande Vitória/ES, corroborada por sua vez, pelas respostas assinaladas nos questionários em que 99,9% da força de trabalho da construção revelam-se como terceirizada/subcontratada. O Sindicato patronal da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/ES) justifica a intensificação da terceirização da força de trabalho no setor de edificações argumentando a sua melhor flexibilidade funcional e financeira.

Nessa perspectiva, um aspecto relevante identificado nos dados referentes ao recorte amostral dessa pesquisa está relacionado ao atraso ou o não registro da carteira de trabalho para alguns trabalhadores inseridos em empresas terceirizadas da construção de edifícios. De acordo com o Sintraconst/ES, as empresas terceirizadas são também chamadas de empreiteiras “*gatas*” que geralmente são empresas de pequeno porte e pouca estrutura subcontratadas pelas grandes construtoras, que em sua maioria tentam burlar a legislação trabalhista.

Nesse contexto, como constatado na pesquisa empírica, 10% (22 operários) da força de trabalho terceirizada da construção não possui registro em carteira, sendo que dos 22 trabalhadores que declararam não possuírem carteira assinada, 11 destes cerca de 50% afirmam que a justificativa principal alegada pela empresa terceirizada para não registrar a carteira dos empregados é a redução de custos, outros 6 operários, ou seja, 27% apontam o vínculo à formas contratuais temporárias como causa central, e os demais trabalhadores em torno de 5 (23%) atestam não terem carteira registrada por serem quarteirizados pela terceirizada, ou seja, trabalham como autônomos, como pode ser observado na tabela seguinte.

**Tabela 07 - Formalização dos Contratos de Trabalho**  
**Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

Formalização dos Contratos		Frequência	Porcentagem%
Registro em carteira	Sim	168	90,0
	Não	22	10,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
Motivo p/ não registro na carteira (n=22)	Redução de custos	11	50,0
	Contrato é temporário	6	27,0
	Quarteirizado	5	23,0
	<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

No entanto, não obstante o baixo percentual de trabalhadores sem carteira assinada, observado nos dados da tabela 07, tal índice ainda que pequeno, revela a presença da precariedade contratual esboçada no terreno da terceirização, em que segundo pontuado por Costa (2010, p. 64), “os empregadores [...] adiam o registro dos trabalhadores que, em alguns casos, permanecem meses nas obras sem nenhum vínculo formal”

Essa realidade é confirmada por denúncias feitas pelos trabalhadores, conforme relatado por um trabalhador terceirizado em obra na Serra, “a empreiteira acaba colocando um monte de peão sem carteira [...]... obra para os lados da Tubarão, Porto Canoa, tinha pessoal sem carteira assinada e até um menor de idade” (Trabalhador L. R. S); ou ainda pelas fiscalizações realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo (Sintraconst/ES), que por sua vez estão expostas nas reportagens do Jornal “*Operário da Construção*”, tais como:

A Construtora Quality e suas empreiteiras (terceirizadas) estão contratando trabalhadores sem a assinatura da Carteira de Trabalho no município da Serra. [...] Tal irregularidade foi constatada em visita aos canteiros de obras situados nos bairros Novo Horizonte, José de Anchieta e Alterosa. (Obra da Prefeitura da Serra sonega direitos, Jornal “*Operário da Construção*”, n. 121, nov. 2014)

Ao se observar o discurso da reportagem supracitada, percebe-se que esta situação de irregularidade nas relações laborais na construção civil capixaba ainda perdura na atualidade, visto que em 2016 muitas empreiteiras terceirizadas (*gatas*) no subsetor de edificações tentaram burlar a legislação trabalhista, conforme exposto em denúncia realizada na reportagem do jornal “*Operário da Construção*”:

**As gatas** que servem à Prefeitura Municipal de Aracruz deitam e rolam em cima dos direitos dos trabalhadores. Há **falta de CTPS<sup>21</sup> assinada** e não pagam rescisão em descumprimento da CCT<sup>22</sup> [...](Prefeitura de Aracruz e empreiteiras, Jornal "**Operário da Construção**" n. 147, dez. 2016, Seção **Pau na Gata<sup>23</sup>**).

Nesse sentido, segundo Oliveira (2016), a construção civil é um setor que apresenta grande informalidade do trabalho, tanto pelas construções realizadas por trabalhadores por conta própria – núcleo da informalidade - como pelos empregados de estabelecimentos sem carteira de trabalho em descumprimento da legislação trabalhista dentro da produção formal de mercado (OLIVEIRA, 2016).

A lógica da terceirização não escapa, assim, da lógica que move o capitalismo como um todo: as empresas principais buscam superar a crise transferindo o ônus para os "parceiros", o que em última instância recai sobre os ombros da classe trabalhadora. Nos países periféricos, a adoção da terceirização vem acentuar o caráter excludente do padrão de acumulação, tornando mais visíveis a precarização das relações de trabalho diminuindo o núcleo de trabalhadores com vínculos empregatícios estáveis e todos os direitos trabalhistas garantidos, além do desemprego (LIMA, 2010).

Nesse sentido, a força de trabalho terceirizada da construção de edifícios da Grande Vitória/ES encontra-se inserida no contexto do capitalismo global, que para Alves (2013, p. 39) "é o capitalismo histórico da fase da financeirização da riqueza capitalista. É o capitalismo das bolhas especulativas e da instabilidade sistêmica que tem caracterizado o sistema mundial produtor de mercadorias nas últimas décadas". Para esse autor, o capitalismo global é o novo capitalismo flexível, em que se difunde o novo e precário mundo do trabalho e no qual se ampliou no movimento da dialética histórica universal, a condição de proletariado de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados subsumidos ao metabolismo social estranhado e fetichizado do capital imobiliário da construção civil de edifícios. A força de trabalho terceirizada da construção civil inscrita na Grande Vitória/ES compõe de acordo com Giovanni Alves (2013),

---

<sup>21</sup> CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

<sup>22</sup> CCT: Convenção Coletiva de Trabalho

<sup>23</sup> A seção "**Pau na Gata**" refere-se à coluna do Jornal "Operário da Construção" do Sintraconst/ES, cujo objetivo é denunciar as empreiteiras da construção civil chamadas "gatas" que descumprem a legislação trabalhista, bem como as normas regulatórias de condições e segurança no trabalho no setor.

[...] a classe dos trabalhadores assalariados empregados e desempregados subordinados às experiências vividas e percebidas de subalternidade, acaso e contingência, inseguranças [...] risco e periculosidade, invisibilidade social, migrabilidade, experimentação e manipulação (ALVES, 2013, p. 51).

Desse modo, entre as consequências para a força de trabalho terceirizada da construção civil capixaba do trinômio flexibilização-terceirização-precarização, pode-se reiterar a questão da perda de uma identidade formada no coletivo de trabalho. Não que este coletivo também desapareça, mas é um coletivo fragmentado devido a distintas formas de contrato e inserção que dificulta uma percepção conjunta de pertencimento (LIMA, 2010). Dessa forma, o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência (MARX, 2010).

Druck (2013) adverte ainda que as relações sociais em tempos de capitalismo flexível estão redefinindo a própria existência humana, cujo resultado é perda de sentido e valor da relação entre os próprios homens. Além da fragmentação, tem-se a redução do contingente de trabalhadores na empresa principal, e a instabilidade presente nos contratos oferecidos pelas empresas terceirizadas, seja por tempo determinado ou temporário, seja igualmente por tempo indeterminado, assim como pela eliminação de benefícios (LIMA, 2010). Outra questão pertinente observada entre a força de trabalho da construção civil refere-se a não contribuição para a previdência social por parte da maioria dos trabalhadores do setor quando estes não estão inseridos em postos de trabalho formais, como demonstrado na seguinte tabela.

**Tabela 08 - Contribuição p/ Previdência Social quando na informalidade  
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

<b>Previdência Social</b>		<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Contribuição p/ Prev. Social quando na informalidade</b>	Não	122	64,2
	Sim	68	35,8
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Motivo da Não contribuição (n=122)</b>	Não possui recursos	89	73,0
	Não considera importante	33	27,0
	<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Como já explicitado na tabela acima, 64% (122) dos trabalhadores da construção pesquisados afirmam que não contribuem para a Previdência Social nos períodos em que estão desempregados trabalhando por conta própria sem registro em

carteira, ou seja, quando estão na informalidade. Destes 122 operários não cobertos pela Previdência Social, 89 deles, em torno de 73% demonstraram reconhecer a importância, mas denunciaram a impossibilidade de contribuição para a Previdência Social devido à falta de recursos financeiros, conforme relatado por um trabalhador,

Paguei uns três anos [o INSS como autônomo], depois abandonei porque nem sempre a pessoa acha serviço assim direto, né? A pessoa que trabalha assim avulso **quando está sem carteira assinada**, trabalha às vezes dois meses ou três meses direto depois pára, entendeu? Aí o problema é esse (Trabalhador S., 61 anos, Sede do Sintraconst/ES, 2016).

O relato exposto acima esboça a realidade concreta de muitos outros trabalhadores deste setor, que uma vez não estando inseridos em empregos formais na construção de edifícios, a renda auferida na informalidade constitui-se somente o meio de sustento de suas famílias, não sendo, portanto, suficiente para o custeio de encargos previdenciários enquanto forma de proteção social (COSTA, 2010), vivenciando desse modo, um processo de vulnerabilidade social frente à instabilidade do trabalho autônomo que é igualmente uma forma de precarização entre a força de trabalho no setor.

Por outro lado, verificou-se que 33 trabalhadores, isto é, 27% não consideram importante a contribuição para Previdência como autônomo. Todavia, a declaração destes trabalhadores de não conferirem a devida importância em relação a contribuição previdenciária durante o período de informalidade, manifesta obstáculos sociais que impedem que esses operários tenham consciência social no que diz respeito à sua condição de trabalhadores precarizados, de modo que estes não compreendem as implicações estranhadas a que se submetem no contexto das contradições do próprio trabalho em crise ao não perceberem a necessidade da proteção social via previdência social para a classe trabalhadora enquanto sujeitos de direitos, o que evidencia um certo grau de alienação entre estes trabalhadores.

Com relação às formas de remuneração no setor da construção civil, os salários dos trabalhadores são pagos pelas empresas terceirizadas (99,9%), assim como são constituídos pelo piso previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2016-2018) – o piso salarial do operário varia entre 01 e 03 salários mínimos<sup>24</sup> -, como já

<sup>24</sup>De acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho, o piso salarial do trabalhador da construção varia conforme a função exercida no setor, isto é, 01 salário mínimo (Auxiliar de Obras), entre 1,5 e 02 salários mínimos (Pedreiro, Pintor e Oficial Polivalente) e 03 salários mínimos (Eletricista). Ver tabela sistematizada contendo estes dados já exposta no 2º capítulo desta dissertação.

explicitado no segundo capítulo dessa dissertação. Entretanto, como pode ser verificado na tabela 09 seguinte, dos 190 trabalhadores pesquisados, 37% (70) dos empregados recebem por produção, e 14% (26) destes obtêm sua remuneração de forma quinzenal e por produção ao mesmo tempo, e embora possuindo um registro formal e um salário fixo - obtido de modo quinzenal por 49% (94) da força de trabalho -, eles têm a possibilidade de ampliação de seu rendimento através do aumento do ritmo de trabalho. Assim, os trabalhadores terceirizados na construção civil de edifícios da Grande Vitória/ES possuem uma meta diária de produtividade e o que fizerem acima desta meta, eles ganham por produtividade. Nesse sentido, o pagamento somente por produtividade infligido por parte das empreiteiras terceirizadas ao trabalhador da construção, desrespeita a Convenção Coletiva de Trabalho deste setor.

Esta forma de pagamento é denominada - tanto pelo sindicato patronal (Sinduscon/ES) como pelo sindicato dos trabalhadores (Sintraconst/ES) - de "produção" ou conforme as palavras de Costa (2010, p. 191) pagamento por "*tarefa*", que apesar de cansativa e desgastante, é a preferida pelos trabalhadores para aumentar seus rendimentos e que tem sido uma realidade na construção". O relato da reportagem do jornal "*Operário da Construção*" do Sintraconst/ES confirma o argumento do autor supracitado,

Na construção, estão começando a *fichar* assinando a Carteira de Trabalho e **pagando** apenas **por produção**, deixando de pagar os benefícios e o salário que consta na carteira. Além disso, em muitos casos, as empreiteiras contratam os trabalhadores sem assinar a Carteira de Trabalho, desrespeitando as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho. As empresas da construção querem descontar a crise em cima do trabalhador ("Patrões querem descontar a crise em cima do trabalhador" do Jornal "*Operário da Construção*", n. 128, jun, 2015).

Nessa perspectiva, ocorre ainda o atraso e em muitos casos o não-recebimento dos salários pelos trabalhadores em algumas empreiteiras terceirizadas, como expressa a reportagem do jornal "*Operário da Construção*": "constantes atrasos no pagamento de salários e benefícios. Essa tem sido a vida dos trabalhadores da Avalon. [...] Eles (os trabalhadores) ainda não tinham recebido o pagamento de janeiro" (Reportagem "Avalon (construtora)", Jornal "*Operário da Construção*" n. 150, mar. 2017, Seção ***Pau na Gata***)

Tabela 09 - Formas de Remuneração			
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)			
Formas de Remuneração		Frequência	Porcentagem%
Empresa resp. pelo pagto salários	Terceirizada	190	100,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
Formas de Pagto de Salários	Quinzenal	94	49,0
	Produção	70	37,0
	Quinzenal e Produção	26	14,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
Recebimento de Ticket Alimentação	Sim	100	52,6
	Não	90	47,4
	<b>Total</b>	<b>n=190</b>	<b>100,0</b>
Formas de recebimento Ticket Alimentação n=100	Cartão	46	46,0
	Cesta básica	53	53,5
	Dinheiro	1	0,5
	<b>Total</b>	<b>n=100</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Soma-se a essa realidade, a não concessão do benefício referente à alimentação dos trabalhadores, pois embora seja um direito registrado na Convenção Coletiva de Trabalho da construção, segundo um dos dirigentes sindicais, as empresas terceirizadas não garantem todos os benefícios a que os trabalhadores têm direito: “Tem **gata (terceirizada)** que não dá vale transporte e nem ticket alimentação ou ainda acontece de o trabalhador ter que escolher entre ter o vale transporte ou a alimentação. No entanto, ele tem direito aos dois”. Ainda de acordo com estimativa do Sintraconst/ES com base nas fiscalizações realizadas em obras da GrandeVitória/ES, cerca de 41% dos trabalhadores de empreiteiras terceirizadas conhecidas como *gatas* não recebem vale transporte, pois residem em alojamento da própria empreiteira.

Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2016-2018) os benefícios em relação à alimentação são os seguintes:

Alimentação pronta para o consumo que será disponibilizada mensalmente por meio de Ticket, cartão-refeição ou cartão-alimentação no valor mensal de R\$ 382,00 (trezentos e oitenta e dois reais), bem como de Cesta de Alimentação Mensal, sendo que conjuntamente com esta Cesta, será disponibilizado mensalmente por meio de Ticket, cartão-refeição ou cartão-alimentação o valor mensal de 162,00 (cento e sessenta e dois reais) [...] a partir de 01 de Julho de 2016 (ESPÍRITO SANTO, CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016-2018, Cláusula 8, p. 7).



Nesse contexto, dentro do recorte amostral de 190 mostrado na tabela acima, 90 operários, ou seja, 47% não recebem o benefício relativo à alimentação, e entre os 100 trabalhadores que atestaram receber o auxílio alimentação (ticket), a maioria destes, cerca de 53%, afirmam que recebem cesta básica em forma de mantimento. Os demais trabalhadores terceirizados 46% alegam receber o vale alimentação em forma de cartão, sendo que somente 0,5% recebem o auxílio em dinheiro.

A tabela 09 corresponde às formas de pagamento dos salários pagos no ano de 2016, sendo que somente a forma de pagamento por quinzena está em consonância com a Convenção Coletiva de Trabalho da construção civil. Por outro lado, o salário do trabalhador terceirizado é igualmente condicionado de acordo com o Sintraconst-ES à produtividade (ou produção) como já mostrado na mesma tabela. A tendência é ganhar mais, mas, se por algum problema o trabalhador não tiver condições de trabalhar (más condições de tempo, por exemplo), ele não recebe. Muitos terceirizados trabalham e recebem por produção e não somente o que está registrado na carteira de trabalho, visto que, a lógica é “quanto mais se produz mais se ganha” (COSTA, 2010, p. 414).

Desse modo, o setor da construção civil de edificações na Grande Vitória/ES consolida-se não só como o espaço da circulação do capital produtivo e do capital dinheiro, é também produto direto da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000) através da precarização pelo trabalho terceirizado. A consequência disto – complementa Marini (2000) – é que a força de trabalho acaba sendo remunerada abaixo de seu valor configurando uma superexploração.

Nessa perspectiva, torna-se oportuna a análise de Marx (2012) acerca dos mecanismos de opressão e exploração engendrados a partir das bases materiais concretas desenvolvidas nas relações sociais capitalistas. Partindo de tal premissa, Marx (2012) ressalta que a relação capital-trabalho constitui-se em mecanismo lógico de exploração dos que trabalham e vendem sua força de trabalho recebendo apenas o salário e deixando a riqueza produzida para o capitalista. Reafirmando sua análise, Marx em 1867 na obra "Salário, Preço e Lucro" (2012) argumenta,

[...] como o operário só recebe o seu salário depois de realizar o seu trabalho e como, além disso, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, o valor ou preço de sua força de trabalho aparece-lhe necessariamente como o preço ou valor do seu próprio trabalho. [...] Desse modo, chega-se a duas conclusões: primeira: o valor ou

preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões valor e preço do trabalho careçam de sentido. Segunda: ainda que apenas uma parte do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte não é paga, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago (MARX, 2012, p. 115-116).

Nesse aspecto, essa falsa aparência distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho, ou seja, dentro do sistema de trabalho assalariado, até o trabalho não pago parece trabalho pago, aparecendo inseparavelmente dissimulados pela intervenção de um contrato de trabalho (MARX, 2012). Desse modo, o autor salienta a necessidade de discussão por parte do trabalhador frente ao capitalista com relação às condições de pagamento do seu salário, pois

Durante a fase de prosperidade, em que o capitalista obtém lucros extraordinários, se o operário não lutar por uma alta de salários, considerando-se a média de todo o ciclo industrial, veremos que ele sequer recebe o *salário médio*, ou seja, o *valor* do seu trabalho. É absurdo exigir que o operário, cujo salário é forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renuncie ao direito de ser compensado durante as fases de prosperidade do ciclo (MARX, 2012, p. 132).

À luz dessa análise, o caso da força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações atuante na Grande Vitória/ES é extremamente ilustrativo, como expressa o depoimento do presidente do Sintraconst/ES em relação à luta da categoria frente ao patronato da construção por aumento dos salários:

Nossa principal reivindicação é que a nossa convenção coletiva seja garantida. Pedimos um **reajuste salarial** de 10% e a **contraproposta** dos patrões é de 6% parcelado em doze meses, mas não para toda a categoria e para ter esses 6%, temos que abrir mão de alguns direitos já conquistados. Isso **prejudica o trabalhador**. Eles falam que é para ter redução de custo, por causa da crise. Mas não tem como isso acontecer, são direitos adquiridos e que não podem e nem devem ser revogados. (Depoimento do Presidente do Sintraconst/ES, jun. 2016)

A partir do relato exposto pelo sindicato laboral da construção civil, depreende-se a existência de oposição de interesses entre a força de trabalho e o patronato deste segmento econômico. Esse antagonismo entre as duas forças representativas da relação capital-trabalho da indústria da construção, reflete a correlação de forças, ou seja, o conflito que se expressa na mediação das negociações coletivas de trabalho com vistas a garantir a permanência e concessão de direitos e benefícios trabalhistas para os operários por parte das empresas do setor. Com efeito, essa precarização da condição salarial na construção de edificações está inserida igualmente no campo da flexibilização imanente ao sistema capitalista, mas que traz em seu bojo, um agravamento da ofensiva do capital ao trabalho assalariado por

meio do aumento da terceirização nas relações laborais na indústria da construção civil no Espírito Santo e em especial para este estudo, na Grande Vitória.

Nesse contexto, a terceirização nas relações de trabalho ensejada no setor da construção civil capixaba constitui-se um elemento central na necessidade de produzir mais-valia para o sistema pela superexploração da força de trabalho (OLIVEIRA; NETO, 2015). O aumento da produtividade do trabalho que ao reduzir o tempo necessário para a produção de certa massa de mercadorias, permite ao capital exigir a expansão do trabalho excedente do operário da construção civil, combinando a maior produtividade com a maior exploração do trabalho via precarização salarial (MARINI, 2000; ALVES, 2013).

Inserido nessa lógica, o registro do trabalhador é uma forma de mascarar as ilegalidades cometidas em relação a não atribuição dos direitos trabalhistas, além de transferir para o trabalhador a responsabilidade de “construir o seu salário” através do trabalho por produtividade (COSTA, 2010, p. 414), configurando no que Alves (2013, p. 154) chama de “flexibilização da remuneração salarial”.

Em conformidade com tais considerações, Costa (2010) ainda enfatiza que o trabalho por *tarifa* (produtividade) faz com que o ritmo dos trabalhos nos canteiros de obra seja muito elevado ocasionando a extensão da jornada de trabalho na construção de edificações.

No que concerne à jornada de trabalho, torna-se conveniente a análise da intensidade do trabalho na construção civil constatada por sua vez, por Sadi Dal Rosso (2008). Para este autor, o discurso de mais produção é o que define basicamente a noção de elevação da intensidade do trabalho na construção civil.

Desse modo, o setor da construção civil de edificações, objeto deste estudo, exige uma jornada de trabalho intensa e ao mesmo tempo extensa entre a sua força de trabalho operária e terceirizada. Assim, para a compreensão da jornada de trabalho no setor da construção, são utilizados alguns relatos colhidos aleatoriamente entre os trabalhadores, bem como os dados obtidos mediante aplicação de questionários junto à força de trabalho terceirizada do setor. O depoimento de um trabalhador sobre a sua jornada de trabalho na obra em que atua, ratifica a premissa da extensão da jornada, assim como da intensificação do trabalho na construção.

Na empreiteira que eu trabalho, todo mundo trabalha diariamente das 7h da manhã até mais ou menos... 8:30 da noite porque meus patrões querem que os prédios fiquem prontos logo. A empreiteira exige **mais e mais trabalho** de nós. A nossa **jornada de trabalho** é muito **pesada**. Na teoria [risos] eu faço 44 horas de trabalho semanal, mas na prática a coisa é outra, faço umas 46 ou 47 horas de trabalho (Trabalhador, W. 41 anos, depoimento na Sede do Sintraconst-ES)

De acordo com o Sintraconst-ES, a jornada de trabalho na construção é de segunda-feira a quinta-feira das 7h às 17h e às sextas-feiras das 7h às 16h. A Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2018 do setor pontua:

“A **jornada de trabalho semanal** será de 44 horas, sendo 9 horas diárias de segunda a quinta-feira e de 8 horas na sexta-feira, sendo o sábado compensado pelas **horas excedentes** trabalhadas nos primeiros quatro dias da semana” (ESPÍRITO SANTO, CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, 2016-2018, Cláusula 12, p. 9).

Entretanto, um trabalhador terceirizado relatou que sua jornada é de 48 horas semanais, visto que trabalha por produção, e assim como afirmado pelo mesmo operário do setor,

Nas empreiteiras terceirizadas, a **produtividade** vem em primeiro lugar, somos pressionados o tempo todo a **produzir mais** e com **qualidade** porque também o rendimento de nosso salário vem do nosso ritmo de produção, ou seja, quanto mais trabalhamos vamos ganhar mais (Trabalhador F.G, 38 anos, depoimento na Sede do Sintraconst-ES).

A excessiva jornada de trabalho e, conseqüentemente, a intensificação, se expressam na declaração por parte de outro trabalhador de que "os patrões cobram muito mais serviço e esforço físico dos seus empregados terceirizados, os patrões querem mais **qualidade e produtividade**" (Trabalhador L.H, 31 anos, Sede do Sintraconst-ES).

A idéia de produtividade é considerada um discurso moderno na gestão por objetivos, de acordo com Dal Rosso (2008). Verifica-se no discurso dos empregados da construção, a preocupação com a produtividade e qualidade do trabalho, pois os discursos são marcados pela repetição do termo "*produtividade*" e "*qualidade*", tendo em vista que as empresas pressionam por mais produtividade. Para Dal Rosso (2008, p. 182) "as cobranças dessas práticas por maior qualidade e produtividade e mais eficiência, agilidade e velocidade evidenciam o movimento de intensificação do trabalho no setor da construção civil de edificações"

Os discursos sobre o aumento do volume de serviços e de produção qualificam significativamente, o quadro de dados estatísticos coletados sobre a jornada diária e

semanal de trabalho realizada pela força de trabalho terceirizada na construção de edificações exposta na seguinte tabela 10 na qual observa-se que dos 190 trabalhadores pesquisados, 65% realizam uma jornada de trabalho extensa de mais de 44 horas semanais, ou seja, 124 operários, de modo que 20% perfazem uma carga horária diária de trabalho de 12 horas, 19% trabalham 13 horas por dia, 14% fazem 10 horas e 12% realizam 11 horas diárias de trabalho. Os demais trabalhadores pesquisados cerca de 35%, afirmaram trabalhar 09 horas diárias perfazendo uma jornada semanal de 44 horas.

<b>Tabela 10 - Jornada de Trabalho</b>			
<b>Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)</b>			
	<b>Jornada de Trabalho</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Jornada diária</b>	10 horas	27	14,0
	11 horas	22	12,0
	12 horas	39	20,0
	13 horas	36	19,0
	9 horas	66	35,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Jornada semanal</b>	44 horas semanais	66	35,0
	Mais de 44 horas semanais	124	65,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>
<b>Realização de Hora-Extra</b>	Sim	181	95,0
	Não	9	5,0
	<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Os dados da tabela 10 ainda demonstram que 95% dos trabalhadores terceirizados da construção realizam horas-extras nas empresas subcontratadas do setor. Essa realização de horas-extras pela maioria da força de trabalho está correlacionada com alto índice da extensão da jornada de trabalho diária e consequentemente semanal da mesma, como está demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 11 - Realização de Horas-Extras x Extensão da Jornada de Trabalho Semanal Força de Trabalho Terceirizada, Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

Jornada de Trabalho Semanal		Realização de Horas-Extras		Total
		não	sim	
<b>44 horas</b>	Contagem	9	57	66
	% do Total	5,0%	30,0%	35,0%
<b>Mais de 44 horas</b>	Contagem	0	124	124
	% do Total	0,0%	65,0%	65,0%
<b>Total</b>	Contagem	9	<b>181**</b>	<b>n=190*</b>
	% do Total	5,0%	95,0%	100,0%

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

\***n=190** representa o total do recorte amostral para esta pesquisa

\*\***n=181** representa o total do nº de trabalhadores que fazem hora-extra dentro da amostra coletada

Conforme a análise estatística realizada para este estudo, a tabela 11 supramencionada demonstra que existe correlação significativa entre os trabalhadores que realizam uma extensa jornada de trabalho semanal e as horas-extras trabalhadas nas empresas terceirizadas, pois dentre os 190 sujeitos pesquisados, 181 (95%) trabalham em horas-extras, e destes trabalhadores, 124 (65%) perfazem mais de 44 horas semanais de trabalho ao mesmo tempo em que trabalham em horas-extras para as empreiteiras subcontratadas no setor, sendo que somente 30% (57 sujeitos) realizam hora-extra dentro do limite da jornada semanal de até 44 horas de trabalho, uma vez que estes trabalhadores afirmaram trabalhar em horas-extras de forma esporádica em fins de semana com pouca frequência. No entanto, esta correlação associativa entre extensão da jornada x realização de hora-extra, demonstra que a construção civil de edificações na Grande Vitória/ES "está a exigir mais trabalho de seus operários" (DAL ROSSO, 2008, p.181).

Em consonância com a análise de Dal Rosso (2008), Campos (2015) salienta que a jornada de trabalho se expressa pelo componente de duração que compreende a quantidade de tempo que o trabalho consome da vida do trabalhador. Desta forma, "ao longo da história o processo produtivo no capitalismo aprendeu a extrair das formas mais cruéis o mais-valor<sup>25</sup> do trabalhador através da intensificação do trabalho e do aumento da jornada de trabalho" (CAMPOS, 2015, p. 8).

<sup>25</sup> Mais-Valor é igual a Mais-Valia

Marini (2000) corrobora, afirmando que a superexploração da força de trabalho gera um aumento de mais-valia absoluta, que ocorre majoritariamente por meio do aumento da intensidade do trabalho e o aumento do tempo da jornada (maior tempo de trabalho excedente).

Campos (2015), em concordância com tal pensamento, tendo como aporte teórico a teoria do valor em Marx, ainda enfatiza que há um processo de valorização do capital na construção civil de edificações, no qual a extração de mais-valor neste setor ocorre por meio do aumento da intensificação do trabalho e ampliação da jornada de trabalho, isto é, por meio da mais-valia absoluta, de modo particular pela execução de horas-extras, "*serões*" e "*viradas*". Assim este autor afirma que,

[...] Através de meios criados pelo próprio capital, os capitalistas da construção civil garantem o aumento da extração do mais-valor através da intensificação do ritmo de trabalho, através do trabalho por tarefa, e a ampliação da jornada de trabalho para além do permitido legalmente através das horas-extras e "*serões*". Portanto, baseando-se na necessidade dos trabalhadores por maiores rendimentos, devido aos salários baixos, os capitalistas garantem maiores taxas de mais-valor da sua forma mais direta, mais absoluta, ou seja, sugando o máximo de trabalho possível (CAMPOS, 2015, p. 9).

Entretanto, torna-se oportuno salientar que, não obstante a regulamentação da jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 horas semanais, isto é, "a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada não excederá 8 (oito) horas diárias" (BRASIL CLT, 2016, Art. 58, p. 128), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permite 02 (duas) horas "normais" de horas-extras diárias e mais 02 (duas) horas excepcionais mediante justificativa prévia como fundamentado no (Art. 59, p. 130) "a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares em número não excedente de 2 (duas) mediante acordo escrito entre empregador e empregado ou mediante Convenção Coletiva de Trabalho" (BRASIL, CLT, 2016, Art. 59, p. 130). Nesse sentido, verifica-se a legitimação por parte da CLT de formas de exploração via extração de mais-valia absoluta através da extensão da jornada de trabalho no setor da construção de edificações, de modo específico - conforme já verificado no recorte amostral para esta pesquisa (tabela 10) -, entre a força de trabalho terceirizada com a realização de horas-extras e os chamados "*serões*".

Além disso, segundo Campos (2015) e Ribeiro (2008) são comuns no setor algumas ilegalidades para aumentar a jornada de trabalho, como as "*viradas*" que para estes

autores consistem em "trabalho durante 24 horas ou mais. Entrecortadas apenas por períodos dedicados à alimentação, frequentemente realizada na própria obra" (RIBEIRO, 2008, p. 165).

Nesta perspectiva, a redução da pessoa humana à força de trabalho como mercadoria por meio da redução do tempo de vida a tempo de trabalho estranhado é um dos elementos compositivos do novo metabolismo social do trabalho nas empresas reestruturadas. A colonização do tempo de vida pelo mundo sistêmico possui uma função orgânica no metabolismo social do capital: fragilizar a capacidade de resistência à voracidade do capital (ALVES, 2011).

Por isso, Marx em 1867, em "*Salário, Preço e Lucro*" (2012), ressaltou como bandeira estratégica da luta dos trabalhadores assalariados, a redução da jornada de trabalho, visto que para ele,

Na realidade, essa jornada em si mesma, não tem limites constantes. O capital tende constantemente a dilatá-la ao máximo de sua possibilidade física, já que, na mesma proporção, aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro dele derivado. Quanto mais êxito tiver o capital para aumentar a jornada de trabalho, maior será a quantidade de trabalho alheio de que se apropriará (MARX, 2012, p. 128).

Nesse contexto, todo esse processo de exploração via extensão da jornada, é agravado pelo não pagamento das horas-extras trabalhadas, e em muitos casos remuneradas por meio do banco de horas, conforme demonstrado na tabela 12 seguinte.

<b>Tabela 12 - Remuneração de horas-extras</b>			
<b>Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)</b>			
	<b>Pagto de Horas-Extras</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Recebimento de Horas-Extras (n=181 de 190)</b>	Não	110	60,8
	Sim	71	39,2
	<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>100,0</b>
<b>Forma de pagto das horas-extras (n=71 de 181)</b>	Banco de horas	18	25,4
	Em Dinheiro	53	74,6
	<b>Total</b>	<b>n=71</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES



Dessa forma, nessa pesquisa verifica-se de acordo com os dados da tabela 12 mencionada acima, que entre os 181 (95%) trabalhadores que afirmaram realizar hora-extra, 60% (110) alegaram não receber pelo excedente de horas trabalhadas na construção. Dos 71 operários que sinalizaram o recebimento das horas-extras trabalhadas, 74% afirmam recebê-las em forma de dinheiro e 25% (18 trabalhadores, sendo 10 da obra B e 8 da obra A) mencionaram o banco de horas como forma de compensação pelas horas-extras dispensadas ao trabalho nas obras.

No entanto, apesar do índice aparentemente pequeno das formas de remuneração de horas-extras via banco de horas, tal procedimento configura-se como uma das estratégias do capital com o respaldo do Estado por meio da legislação trabalhista, de flexibilizar a jornada de trabalho, sendo que no setor da construção civil esta situação tem sido uma realidade em empreiteiras terceirizadas (CUNHA, 2015; FILGUEIRAS, 2015).

Autores como Alves (2013) e Silva (2013) ressaltam que o banco de horas - regulamentado pela Lei 9.601/98 e mencionado no 3º parágrafo do art. 59 da CLT - é o sistema pelo qual a empresa pode flexibilizar a jornada de trabalho, diminuindo ou aumentando a jornada durante um período de baixa ou alta na produção mediante compensação dessas horas com a redução do horário de trabalho em outras épocas quase sempre da maneira que melhor lhe convier.

Segundo Alves (2013) e Dal Rosso (2008), a flexibilização da jornada de trabalho por meio do banco de horas coloca o operário da construção civil de edifícios como "homem inteiro" à disposição da dinâmica laboral do capital, pois o empregador pode sobre-explorar sua força de trabalho nos momentos de alta produção sem remunerar o trabalhador, compensando com folgas as horas trabalhadas em excesso.

Desse modo, como salienta Mészáros (2006), a real selvageria do sistema continua inabalada, não só porque expulsa mais e mais pessoas do processo de trabalho, uma contradição típica, como também prolonga o tempo de trabalho aonde quer que o capital possa ir. Assim, à luz dessas reflexões, observa-se que tais processos de precarização identificados nas relações laborais entre a força de trabalho terceirizada pesquisada na construção civil capixaba acirram-se com a mesma intensidade sobre as condições de trabalho desses operários no setor,

desdobrando-se em adoecimentos e acidentes no ambiente laboral dos canteiros de obras, como verificado mais adiante.

#### 4.3 - A VULNERABILIDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Quando fala-se em precarização das condições de trabalho, serviços exaustivos, jornadas excessivas, acidentes e adoecimentos laborais recorrentes, inegavelmente associa-se as mazelas e males decorrentes do trabalho humano degradante, de maneira científica, ao enorme desgaste sofrido pela classe trabalhadora ao longo de sua trajetória na sociedade capitalista (ALVES, 2013).

Em que pese as condições de trabalho, torna-se oportuna a definição de tal termo que, por sua vez, está relacionado às questões existentes no ambiente físico e organizacional onde as atividades de trabalho são realizadas, como a segurança, saúde e alimentação. Todos estes elementos quando presentes inadequadamente no local de trabalho podem provocar problemas e sofrimento à vida do operário, como doenças profissionais e do trabalho, bem como doenças psíquicas (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006).

De acordo com o relatório do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2006), doenças profissionais são produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade. Enquanto que doenças do trabalho são aquelas adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

À luz dessas contextualizações, percebe-se que uma das faces do perverso novo mundo laboral e da autocracia ainda marcante na relação entre o capital e o trabalho evidencia-se pelo exacerbado número de doenças físicas e emocionais adquiridas em função do desempenho de determinadas atividades, considerando, sobretudo, o poder despótico exercido pelos proprietários dos meios de produção (FILGUEIRAS, 2015). Sendo assim, tendo como base os dados coletados para esta dissertação, é possível identificar que as sequelas laborais passam a integrar com a mesma intensidade a rotina dos operários terceirizados no setor da construção de edifícios na Grande Vitória/ES.

Nesta perspectiva, observa-se que faltam preocupação e investimentos por parte da maioria das empreiteiras terceirizadas da construção civil capixaba na qualidade do ambiente de trabalho. O excesso de exposição à poeira, a posições incômodas, ao peso excessivo, bem como ao barulho exacerbado nas obras causado pela particularidade do processo de trabalho realizado na construção, tem propiciado um grande desconforto aos trabalhadores do setor, como evidenciado na tabela abaixo referente aos fatores físicos e químicos que afetam a saúde da força de trabalho terceirizada da construção civil de edificações.

**Tabela 13 - Fatores físicos e químicos prejudiciais à saúde do trabalhador  
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

<b>Fatores de risco à saúde no ambiente laboral</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem % (n=190)*</b>
peso excessivo	109	57,4
poeira	64	33,7
ruído	46	24,2
posições incômodas	42	22,1
calor	7	3,7
gases	5	2,6
vapores	5	2,6

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES  
 \* % (n=190) significa que o percentual exposto relativo a cada variável, representa a % do total da amostra de 190, visto que a questão contida no questionário referente aos fatores de risco à saúde no ambiente de trabalho, requeria do trabalhador pesquisado possíveis múltiplas respostas

Os dados expostos na tabela 13 estão relacionados às variáveis concernentes aos fatores de risco à saúde no ambiente laboral mais vivenciado pelos trabalhadores nos canteiros de obras da construção. Assim, como pode ser observado na tabela 13, 57% da força de trabalho terceirizada da construção relata que sofrem com o peso excessivo em sua rotina de trabalho, por outro lado, verifica-se que a frequência de operários afetados pela exposição à poeira é de 33%, seguindo-se de 24% de trabalhadores que sofrem com o ruído excessivo nas obras e 22% com problemas relacionados a posições incômodas durante o desempenho das atividades. Fatores associados a calor, gases e vapores correspondem respectivamente em 3,7%, e 2,6% de declarações dos operários pesquisados.

No percurso da pesquisa de campo deste estudo, os trabalhadores terceirizados na construção ainda apontaram os seguintes problemas de saúde adquiridos ao longo de anos de trabalho no setor: lesões na coluna, dor lombar (lombalgia), reumatismos

e artroses (nas pernas e joelhos), lesões por esforço repetitivo (nas mãos e nos braços), dores de cabeça (cefaléia), doenças respiratórias e problemas de surdez.

Nesse contexto, um aspecto importante suscitado no depoimento de um dos trabalhadores abordado na obra B por exemplo, corrobora os dados explicitados na tabela 13, quando refere-se ao desgaste físico causado pelo trabalho em tarefas tidas como pesadas:

O trabalho aqui é muito **cansativo** para nós, eu chego em casa morto de **cansado** porque eu pego muito **peso** aqui no canteiro. Já estou com problemas de coluna por causa disso, já até usei atestado médico para poder me consultar no ortopedista. Sou pedreiro e carrego muito saco de cimento **pesado** nas costas... o **excesso de peso** é uma realidade na minha função e infelizmente eu tenho que conviver com isso, porque é a única coisa que sei fazer na vida (Trabalhador G., 34 anos, Obra B).

Outro operário por sua vez, aponta como prejudicial à sua saúde o excesso de barulho, ou seja, o ruído excessivo no canteiro de obras: "Tenho dificuldade em ouvir bem, o alto grau de ruído das máquinas utilizadas na obra tem prejudicado minha audição" (Trabalhador J., 49 anos, Sede do Sintraconst-ES).

Serviços que exigem manipulação de equipamentos pesados e de materiais, como cimentos e areia, além da exposição frequente às intempéries contribuem para o adoecimento físico dos trabalhadores do setor. As tarefas de servente de pedreiro são as mais duras e insalubres do canteiro: serviços de limpeza, de carregar e de descarregar os caminhões, preparo de massa, transportar entulho etc (SANTOS FILHO, 2011; DAL ROSSO, 2008).

Tal realidade constitui-se um quadro indicativo da preponderância do trabalho manual, em que o trabalhador está continuamente exposto não somente ao perigo de acidentes de trabalho, mas igualmente a outras lesões e doenças profissionais e ao mesmo tempo do trabalho com características físicas, corporais (DAL ROSSO, 2008).

A esta situação, acresce-se o fato de que 63% dos trabalhadores terceirizados pesquisados na construção de edifícios da Grande Vitória/ES já fizeram uso de atestado médico. Nesse aspecto, faz-se conveniente ressaltar que o contexto de adoecimento vivenciado pelo trabalhador terceirizado da construção civil capixaba, torna-se ainda mais preocupante quando os dados coletados para esta pesquisa revelam que 71% desses trabalhadores não possuem plano de saúde. Isto significa

que as empreiteiras terceirizadas da construção circunscritas na Grande Vitória/ES não fornecem a assistência médica necessária para o bem-estar do trabalhador, contribuindo dessa forma para o agravamento da precarização das condições de trabalho e conseqüentemente de saúde da força de trabalho terceirizada do setor.

Tais apontamentos são fundamentados pela análise feita por Filgueiras (2015) em seu estudo sobre Saúde e Segurança do Trabalho na Construção Civil, que aponta o padrão de gestão da saúde e segurança do trabalho na construção civil no Brasil como caracterizado pela tendência a negar a existência do adoecimento laboral no setor. A grande subnotificação de doenças ocupacionais é uma estratégia deliberada de condução dos negócios tendo-se intensificado instrumentalmente nos últimos anos (FILGUEIRAS, 2015).

No que diz respeito à vivência de sofrimento no trabalho, torna-se visível a situação crítica das condições laborais engendradas entre a força de trabalho terceirizada da construção civil na Grande Vitória/ES em todos os fatores a ela pertinentes, conforme já expressado anteriormente nas falas de alguns dos trabalhadores pesquisados. Somado a isso, há ainda outros agravos comuns aos trabalhadores da construção civil, como o alcoolismo, doenças mentais e doenças psicossomáticas que podem ser tomados como sintomas do sofrimento provocado pelo trabalho e que geram por consequência o enfraquecimento da organização coletiva de classe (FILGUEIRAS, 2015; DEJOURS, 2011).

Dejours (2011), ao se referir às consequências subjetivas da precarização, destaca o medo constante do trabalhador em relação à empresa em virtude das demissões imposta por esta, bem como a intensificação do trabalho como mecanismo de aumento do sofrimento subjetivo e a neutralização das mobilizações contra a dominação e a alienação. Nessa perspectiva, Dejours (2011) ainda salienta no contexto do sistema sóciometabólico do capital, o que chamaria de *o mal nas práticas ordinárias do trabalho*, que nas palavras do autor caracteriza-se pela

[...] participação em se tratando da *injustiça* e do *sofrimento infligidos a outrem*. Trata-se ainda, sobretudo, de infrações cada vez mais freqüentes e cínicas das leis trabalhistas: empregar pessoas sem carteira de trabalho para não pagar as contribuições da Previdência Social e poder demiti-las em caso de acidente de trabalho, sem penalidade como acontece na construção civil[...] (DEJOURS, 2011, p. 76)

Ainda conforme este autor, o trabalho pode ser mediador de emancipação, entretanto, contraditoriamente para os que têm um emprego, também continua a gerar sofrimentos. Nessa direção, os trabalhadores que sofrem por causa do aumento da carga de trabalho e da fadiga, ou ainda por causa da degradação progressiva das relações de trabalho (direitos trabalhistas não respeitados, arbitrariedade das decisões, individualismo, concorrência desleal entre agentes, arrivismo desenfreado etc.), encontram muitas dificuldades para reagir coletivamente (DEJOURS, 2011, p. 43).

Isto posto, o que se constata é que a sociedade do capital é a sociedade do trabalho alienado e estranhado, isto porque a organização das atividades incorporam o caráter do trabalho alienado, o que desencadeia a fragmentação e dessubjetivação de classe entre os trabalhadores (ALVES, 2013).

Nesta lógica, no contexto da construção civil capixaba, o trabalho configura-se também como alienado e estranhado, visto que é deslocado pelo recurso à terceirização, ao trabalho precário e ao trabalho não remunerado (horas extras não pagas). O exército industrial de reserva, então, cumpre a função de colocar os trabalhadores empregados na construção de edificações capixaba numa situação de terem que se submeter a determinadas condições e relações de trabalho para garantir seu sustento.

A análise da relação terceirização-trabalho-saúde conforme encontrada no trabalho de campo realizado, sugere que os problemas de saúde entre a força de trabalho terceirizada da construção aumentam de forma gigantesca com a intensificação do trabalho. Aponta ainda que, ao lado dos problemas típicos da sociedade industrial, pode estar aparecendo todo um perfil distinto de problemas de saúde, decorrentes da inserção da população em formas de trabalho com a crescente exigência por maiores resultados no trabalho, além do aumento na incidência de acidentes no ambiente de trabalho.

#### **4.3.1 - Os acidentes de trabalho**

Ao lado da importância real que representa para a economia nacional e regional, por ser um dos principais responsáveis pela absorção da força de trabalho das camadas

mais pobres da população, devido a pouca exigência para a contratação em termos de qualificação, conforme já mencionado anteriormente, o ramo da construção civil abriga uma dura realidade, de modo que tal setor é considerado um dos mais perigosos em todo o mundo, tendo em vista que lidera as taxas de acidentes de trabalho fatais e não fatais, em particular os acidentes típicos (SILVA, M. C. V. de C., 2013).

Filgueiras (2015) aponta a construção civil como um dos ramos da atividade econômica com maior ocorrência de acidentes de trabalho. Conforme Filgueiras (2015) com base no Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2013) dos acidentes registrados anualmente pelo INSS, 3 (três) mil se referem a morte de trabalhadores no setor da construção civil, de modo que a participação do setor da construção no total de acidentes fatais registrados no Brasil passou de 10,1% em 2006, para 16,5% em 2013 (FILGUEIRAS, 2015; BRASIL, 2013; AEAT/INSS, 2013).

No subsetor Construção de Edifícios, a mortalidade é o dobro do conjunto do mercado de trabalho. Por contar com maioria de trabalhadores terceirizados no Espírito Santo, este subsetor teve mais terceirizados mortos, conforme o estudo de Filgueiras (2015). Desse modo, foram 135 trabalhadores mortos em 2013, sendo 75 terceirizados (55,5% dos mortos) e 60 contratados diretos considerando o Espírito Santo (FILGUEIRAS, 2015).

Segundo o relatório do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2006), define-se como acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho.

**Tabela 14 - Existência de Equipamentos Proteção Individual (EPI's)  
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

Segurança do Trabalho		Frequência	Porcentagem%
Existência de EPI's	Não	73	38,4
	Sim	117	61,6
<b>Total</b>		<b>n=190</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

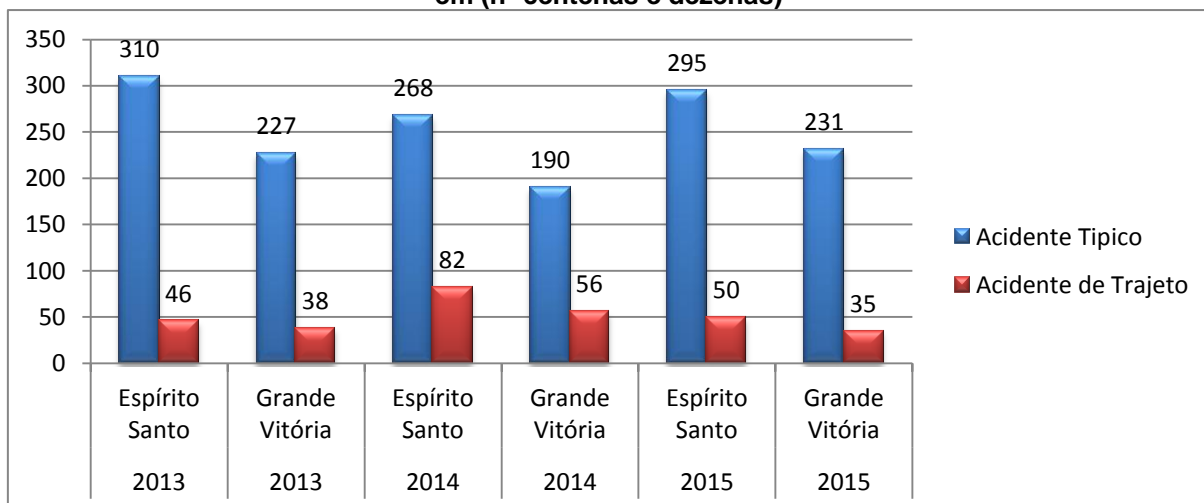
De acordo com os dados da tabela 14 acima, 61,6% dos trabalhadores da construção declararam que as empresas terceirizadas fornecem Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), sendo que 38,4% alegaram não ter acesso aos EPI's nos canteiros de obras. Entretanto, apesar do percentual aparentemente pequeno do não fornecimento de EPI's por parte das empresas terceirizadas do setor, tal dado reflete a ainda persistente existência da precarização no tocante à saúde e segurança no ambiente laboral em relação à força de trabalho terceirizada na construção de edificações na Grande Vitória/ES. Além disso, convém ressaltar que entre os trabalhadores pesquisados na sede do Sintraconst/ES, dentro do percentual dos 61,6% que afirmaram utilizar os EPI's, 42 (22%) trabalhadores enfatizaram - em diálogos informais na sede do sindicato no decorrer da aplicação do questionário - que as empresas fornecem EPI's de baixa qualidade. Somado a este fato, constatou-se ainda a ocorrência de acidentes de trabalho majoritariamente típicos entre àqueles trabalhadores que utilizam EPI's.

Tal análise torna-se relevante quando se observa, do mesmo modo, a possível relação entre o surgimento ou agravamento dos problemas de saúde relacionados a doenças respiratórias e auditivas ocasionadas pela exposição excessiva à poeira, bem como aos altos ruídos os quais estão submetidos os trabalhadores do setor que não possuem EPI's (38,4%), assim como aqueles que utilizam EPI's, porém em muitos casos com qualidade duvidosa deteriorando ainda mais a saúde do trabalhador.

Soma-se a esta realidade, o fato de que a precarização do trabalho engendrada pela terceirização tem contribuído igualmente para o incremento dos acidentes e das mortes na construção civil no Espírito Santo e na Grande Vitória. Tal fato pode ser corroborado pelos dados do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (CEREST-ES), devidamente sistematizados no seguinte gráfico 04:



**Gráfico 04 - Índice de Acidentes Típicos e de Trajetos**  
**Const. Civil (edificações) Espírito Santo e Grande Vitória/ES - 2013-2015**  
 em (nº centenas e dezenas)



Fonte: Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (CEREST-ES),  
 Comunicação de Acidentes de Trabalho (CATs)

Nesta perspectiva, torna-se pertinente a explicitação acerca dos acidentes típicos de trabalho que por sua vez, são os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado. De modo que acidentes de trajeto são os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa conforme o Ministério da Previdência social (BRASIL, 2006).

Desse modo, no gráfico 04 é possível verificar, ao longo da série histórica entre 2013 e 2015, o alto índice de acidentes de trabalho típicos em relação aos acidentes considerados de trajeto tanto em nível estadual, considerando o Espírito Santo em sua totalidade, como em nível regional, quando é observada a Região Metropolitana da Grande Vitória. Em 2013, o Cerest-ES registrou no Espírito Santo (ES) 310 acidentes laborais típicos e 46 de trajeto, sendo que na Grande Vitória o índice ficou em 227 acidentes típicos e 38 de trajeto. Porém, para o ano de 2014 nota-se uma queda no índice de acidentes típicos no ES e igualmente na Grande Vitória, em relação ao ano anterior de 2013, com 268 e 190 respectivamente. Todavia, no mesmo ano de 2014 há um ligeiro aumento dos acidentes de trajeto se comparado ao ano de 2013, evidenciado por 82 acidentes no ES e 56 na Grande Vitória. Por outro lado, em 2015 identifica-se o aumento destes acidentes de trabalho, de modo que entre aqueles qualificados como típicos observa-se a quantidade de 295 no ES o que representa um incremento de + 27 acidentes no estado em relação ao ano

anterior (2014), enquanto que na Grande Vitória nota-se uma taxa de 231 acidentes típicos, evidenciando o acréscimo de + 41 acidentes quando comparado ao ano de 2014.

No entanto, vale ressaltar que os dados expostos no gráfico anterior (04) referem-se apenas aos acidentes de trabalho comunicados, visto que, segundo o Cerest-ES, um número imenso de acidentes é omitido, ou seja, para grande parte dos acidentes ocorridos não há emissão de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) por parte das empresas da construção para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Quando se considera a força de trabalho terceirizada, verifica-se igualmente que a omissão da notificação dos acidentes parece atingir mais os trabalhadores terceirizados no setor. De acordo com o estudo de Vitor Araújo Filgueiras com base nos dados do Ministério Público do Trabalho, dos acidentes fatais ocorridos em 2013 - considerando aqui somente o Espírito Santo -, para os quais foram lavrados autos de infração pela Fiscalização do Trabalho (até 24/06/2014) por falta de comunicação ao MTE, 23 acidentes não comunicados eram referentes a trabalhadores terceirizados e 4 eram relativos à operários contratados diretos.

Este agravamento na intensificação de acidentes laborais na construção civil de edificações é confirmado - agora somente para a Grande Vitória/ES - pelos dados obtidos na pesquisa de campo para este estudo e sistematizados na tabela seguinte.

**Tabela 15 - Índice de Acidentes de Trabalho Típicos e de Trajetos  
Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

	<b>Acidentes</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem%</b>
<b>Ocorrência Acidentes de Trabalho</b>	Sim	112	58,9
	Não	78	41,1
	<b>Total</b>	<b>n=190</b>	<b>100,0</b>
<b>Tipos de Acidentes de Trabalho</b>	Acidente Típico	107	96,0
	Acidente de Trajeto	5	4,0
	<b>Total</b>	<b>n=112</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Conforme demonstrado na tabela 15, ainda é possível identificar a existência considerável de acidentes de trabalho entre os trabalhadores terceirizados na construção de edificações na Grande Vitória, em que 112 dos 190 operários

pesquisados, isto é, cerca de 58%, afirmam já ter sofrido algum tipo de acidente no ambiente laboral. Dentre os 112 acidentes verificados na mesma tabela, 107 desses, em torno de 96% configuram-se em acidentes típicos e apenas 4,0% são caracterizados como acidentes de trajeto.

Os dados supramencionados na tabela acima convergem com o argumento de Dal Rosso (2008), para quem os acidentes típicos registrados envolvem em maiores números as quedas de alturas, principalmente andaimes de balanço e elevadores suspensos que em muitos casos provocam, de acordo com informações da Secretaria de Saúde do Sintraconst/ES, fraturas nas pernas, cabeça e coluna vertebral, seguidas de choques elétricos, problemas nos pés, ferimentos nos dedos, mãos e braços por meio de manuseio de máquinas ou ferramentas cortantes. Assim, os acidentes típicos mais identificados na pesquisa de campo para esta dissertação na construção de edifícios na Grande Vitória/ES em 2016, foram as quedas (66%), grande parte associadas a andaimes, plataformas, telhados, edifícios ou estruturas.

Os problemas de maior gravidade decorrentes de acidentes na construção civil são em geral as lesões físicas que requerem longos ou médios tratamentos e aqueles acidentes que conduzem a afastamento permanente do trabalhador de sua ocupação e aqueles que levam à morte (DAL ROSSO, 2008). Todavia, cabe aqui reiterar que tais acidentes de trabalho, especialmente os caracterizados como típicos, segundo informações do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Espírito Santo (CEREST-ES), ocorrem devido ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) e Coletivos (EPC's) de baixa qualidade por muitas empreiteiras terceirizadas como já aludido anteriormente neste mesmo capítulo, ou ainda em decorrência do não-fornecimento de tais equipamentos de segurança aos trabalhadores por parte das terceirizadas, conforme expressa as denúncias publicadas no "*Jornal do Operário da Construção*": "A gata, a empreiteira Arte Nova está obrigando seus operários a trabalharem sem Equipamentos de Proteção Individual". (Reportagem do Jornal "**Operário da Construção**", Outubro, 2014, n. 120, Seção **Pau na Gata**), ou ainda,

Em uma obra **da gata (terceirizada)** no município de Guarapari, bebedouro e estufa ficam expostos ao tempo, sem qualquer preocupação com higiene ou qualidade de vida para os trabalhadores. **Falta** até **EPI** para todos os trabalhadores, o que coloca em risco sua integridade e ainda desobedece a NR 18. **Trabalhadores expostos a perigo** e ao risco de doenças por

negligência patronal. **Trabalhador nas alturas sem cinto**, nem EPI, sem guarda corpo ou qualquer forma de proteção. (Jornal “*Operário da Construção*” n. 146, nov. 2016, Seção *Pau na Gata*)

O discurso contido nesta reportagem do Jornal *Operário da Construção* revela a essência da realidade concreta vivenciada pelos trabalhadores terceirizados neste segmento, demonstrando que as condições de segurança do trabalho na construção civil capixaba sempre foram muito precárias. Os acidentes ocorridos na construção normalmente são previsíveis e estão relacionados ao descumprimento expresso da NR<sup>26</sup> 18 que regulamenta a Segurança e Medicina do Trabalho na Indústria da Construção Civil. O descumprimento nas instalações de andaimes e proteções periféricas é o que mais se destaca. Essa observação explica a permanência das quedas de altura como causa principal dos acidentes fatais conforme apontado por Filgueiras (2015) e Takahashi (2012).

Nessa direção, o trabalhador terceirizado se torna mais fragilizado frente à empresa que lucra com seu labor (Filgueiras, 2015). Ou seja, para o tomador, externalizar os riscos significa aumentar seu poder de gerir a força de trabalho sem preservar sua integridade física, de modo que a terceirização é um escudo para as empresas tomadoras dos serviços. Ao nominar outra pessoa física ou jurídica como responsável pelo trabalhador, a contratante quase sempre se exime, na prática, da adoção de medidas para preservação da sua integridade física.

Ademais, a externalização dos riscos, promovida pela terceirização, acentua dramaticamente uma das principais características da forma de regulação privada hegemônica nas empresas brasileiras: a individualização da segurança e saúde do trabalho. O cerne dessa dinâmica da individualização é bem ilustrado pelas quase uníssonas afirmações dos representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil/ES (Sinduscon/ES) após os acidentes com o seguinte conteúdo: “a empresa forneceu o equipamento de proteção individual, a **culpa** é do **trabalhador** que morreu” (Depoimento de N. representante do SINDUSCON/ES, 2016). Nesse sentido, a terceirização radicaliza a individualização, pois tende a distanciar ainda mais a empresa da responsabilidade por preservar a integridade física daqueles que produzem seus lucros (FILGUEIRAS, 2015).

---

<sup>26</sup> NR refere-se à Norma Reguladora.

O discurso contido nas declarações empresariais após os acidentes expressam o descaso com os trabalhadores terceirizados, como é observado na fala do representante da Comissão de Relações de Trabalho do sindicato patronal o Sinduscon/ES: “a empresa não tem nada a ver com isso, a **culpa** é do trabalhador da **terceirizada**” (Depoimento de R. representante do SINDUSCON/ES, 2016), ou seja, o mais distante possível da empresa contratante. Assim, as empresas transferem a responsabilidade de fato aos entes interpostos, deixando de gerir de forma segura o processo de trabalho (FILGUEIRAS, 2015).

Quanto ao índice de acidentes de trabalho na construção civil de edificações, torna-se ainda pertinente uma breve análise da relação percebida entre o aumento da jornada de trabalho e o aumento de acidentes entre os trabalhadores terceirizados neste setor, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 16 - Relação entre Jornada de Trabalho x Ocorrência de Acidentes Força de Trabalho Terceirizada Const. Civil (edificações) Grande Vitória/ES (2016)**

Jornada de Trabalho Semanal		Acidentes de Trabalho		Total
		Não	Sim	
<b>44 horas</b>	Contagem	42	24	66
	% do Total	22,1%	12,9%	35,0%
<b>Mais de 44 horas</b>	Contagem	36	88	124
	% do Total	19,0%	46,0%	65,0%
<b>Total</b>	Contagem	78	<b>112</b>	<b>n=190</b>
	% do Total	41,1%	58,9%	100,0%

Fonte: Questionários aplicados junto aos trabalhadores da Const. Civil na Grande Vitória/ES

Ao se confrontarem os dados da jornada mais extensa - com mais de 44 horas – com os dados disponíveis a respeito de acidentes do trabalho ocorridos no subsetor de edificações da construção na Grande Vitória/ES, tem-se uma indicação de que a duração do tempo de trabalho pode contribuir para o surgimento dos acidentes laborais. Isso posto, constata-se a correlação significativa entre os trabalhadores que perfazem uma extensa jornada de trabalho e que sofreram acidentes laborais, visto que dentre os 190 operários pesquisados, 112 (58%) sofreram acidentes no trabalho, e destes trabalhadores, 88 (46%) trabalham mais de 44 horas semanais.

Desse modo, somente 12% (24 sujeitos) foram vítimas de acidentes trabalhando em jornada semanal de até 44 horas, tendo em vista que, 42 (22%) trabalhadores

afirmaram não terem sofrido nenhum tipo de acidente ao longo das 44 horas semanais de trabalho desempenhadas, e apenas 19% dos que realizam jornada semanal de mais de 44 horas, informaram não ter sofrido acidentes em seu local de trabalho. Estes dados expressam a correlação direta entre a ocorrência de acidentes laborais e a sobrecarga de trabalho existente nas empreiteiras terceirizadas na construção civil da Grande Vitória/ES

Esta correlação de dados converge com a argumentação de Filgueiras (2015) ao afirmar que, entre a força de trabalho terceirizada da construção de edifícios, os baixos salários coagem o trabalhador a aceitar ou até solicitar que seu rendimento seja acrescido ao trabalho por produtividade, que é o sobre-trabalho que ele faz, além da etapa diária prevista. Para tanto, segundo enfatizado por Filgueiras (2015) e Santos Filho (2011), o trabalhador acelera o seu ritmo de trabalho, reduz as pausas, e prolonga seu horário, aumentando a carga de trabalho e com isso determina um maior desgaste físico, o que acarreta além do advento das doenças laborais, o agravamento do índice de acidentes do trabalho entre os trabalhadores terceirizados deste segmento atuantes na Grande Vitória/ES.

Com efeito, esse cenário é oriundo do processo de flexibilização da jornada de trabalho. Como salienta Silva, J. A. R. de O. (2013), o resultado dessa flexibilização da jornada, nos aspectos quantitativo e qualitativo, tem sido o aumento do número de acidentes de trabalho. O autor ainda enfatiza que,

[...] as grandes mudanças levadas a efeito na organização das empresas, [...] com uma intensa reestruturação do sistema produtivo e uma forte flexibilização das relações trabalhistas, principalmente quanto à jornada de trabalho, têm provocado um aumento considerável do estresse laboral, bem como de inúmeras doenças do trabalho. Tudo isso conduz à conclusão de que há uma necessária relação entre a limitação da jornada de trabalho e a saúde dos trabalhadores. Isto quer dizer que o trabalho em condições precárias, principalmente em jornadas extensas ou sem as pausas adequadas, deságua em maior taxa de acidentes trabalhistas, *lato sensu* (SILVA, J. A. R. de O., 2013, p. 66-67).

Diante do exposto, este estudo demonstra fundamentado por dados empíricos, documentais, assim como por relatos dos próprios trabalhadores, a relação direta entre o avanço da terceirização e o consequente agravamento da precarização nas relações e condições de trabalho na construção civil de edificações atuante na Grande Vitória/ES.

Diante desse cenário, é possível apreender que grande parte dos trabalhadores da construção civil convive com características da intensificação do trabalho por meio de extensas jornadas diárias de trabalho, a não remuneração das horas-extras trabalhadas, salários pagos por produtividade, elevado índice de acidentes e falta de assistência médica via plano de saúde, e quando a empresa oferece o plano de saúde, este se constitui de baixa qualidade como pôde ser evidenciado na pesquisa de campo.

Tais particularidades da relação capital-trabalho configurada no contexto da terceirização representam formas de precarização do trabalho na construção civil de edificações da Grande Vitória/ES. Assim, torna-se pertinente reiterar que a terceirização aponta, portanto, para uma precarização das relações e condições laborais no setor da construção civil na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES. Sendo assim, concordamos com Alves (2014b) quando afirma a necessidade de conferir visibilidade ao mundo do trabalho:

[...] É preciso dar visibilidade ao mundo do trabalho para que possamos refletir sobre as novas condições de degradação da pessoa humana que trabalha e contribuir, deste modo, para a construção da consciência crítica e cidadania comprometida com a democratização da sociedade e a emancipação social do trabalho (ALVES, 2014b, p.9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de terceirização da força de trabalho está impondo uma nova dinâmica no interior das relações de trabalho na construção civil brasileira e consequentemente na Grande Vitória, Espírito Santo. Como já mencionado ao longo desta dissertação, parcela significativa - cerca de 99,9% - da força de trabalho operária da construção civil na Região da Grande Vitória/ES é (sub)contratada mediante empresas terceirizadas atuantes no mercado da construção de edifícios.

Embora venha sendo implementada no período relativamente recente no país, os efeitos do processo de terceirização são expressivos e de rápida generalização nos contratos de trabalho (POCHMANN, 2008; 2012). Isso porque o tipo de terceirização da força de trabalho que se expande no país implica constituir um novo padrão de trabalho para o conjunto dos trabalhadores, simplificado no contrato de trabalho de elevada rotatividade, contida remuneração e longa jornada de trabalho (POCHMANN, 2008).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa buscou sinalizar algumas contribuições importantes para a discussão acerca do processo de terceirização engendrado sobre as relações e condições laborais da força de trabalho operária do setor da construção civil de edificações na região da Grande Vitória/ES frente à recente crise estrutural do capital.

A análise das repercussões da terceirização nas relações laborais na construção civil capixaba no bojo da reestruturação produtiva, apontam igualmente mudanças em suas condições laborais, reduzindo a força de trabalho da construção com vínculos empregatícios em prol da flexibilização dos contratos de trabalho via contratação dita “indeterminada”, mas que na prática, - conforme verificado nos relatos dos trabalhadores pesquisados - , mostra-se como temporária realizada por obra. Soma-se a isso, a flexibilização da jornada com a ampliação da mesma mediante o exercício laboral em horas extras, além da precarização salarial viabilizada pelo pagamento por produtividade e não pagamento das horas extras.

A terceirização na contratação da força de trabalho na construção civil de edificações na região da Grande Vitória/ES, não melhora as condições laborais destes trabalhadores e se expressa na imposição de jornadas extenuantes de



trabalho com alto índice de acidentes e doenças adquiridas no ambiente laboral, bem como contratos mais flexíveis de cunho temporário. Assim, presencia-se no contexto das construtoras a convivência de novas e velhas formas de gestão da força de trabalho potencializadas pela prática da terceirização tanto em seu processo de trabalho, quanto em suas relações laborais.

As tendências estruturais da terceirização para a classe trabalhadora comprometem decisivamente sua organização, mobilização e luta no embate entre projetos societários diferentes e, sobretudo contraditórios, uma vez que, um projeto liberal vinculado aos interesses do capital restringe direitos e o outro articulado às lutas e demandas sociais da classe trabalhadora busca a ampliação destes direitos e a emancipação humana.

Torna-se necessário apreender as novas experiências da precarização do trabalho – experiência percebida e vivida -, no âmbito de processos dialeticamente articulados, que se impõem aos sujeitos assalariados no processo de reestruturação do capital. Ao diminuir as chances de resistência dos trabalhadores, a terceirização potencializa a capacidade de exploração, por conseguinte, incrementa a capacidade de transgressão dos limites físicos dos trabalhadores no processo de reprodução do capital.

À luz dessas contextualizações, o trabalho na construção civil de edifícios continua marcado pela subcontratação, alta rotatividade, jornadas prolongadas e péssimas condições de trabalho. Além disso, as recorrentes denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão na construção residencial são um exemplo da realidade ainda cruel do trabalho no setor (FILGUEIRAS, 2015).

A análise da terceirização levando em conta a sua intensificação ocorrida durante as primeiras décadas dos anos 2000 e principalmente seus efeitos negativos no tocante às relações de trabalho, bem como às condições laborativas na construção civil capixaba, suscitam reflexões críticas que adensam o debate acerca do acirramento da precarização do trabalho entre os trabalhadores terceirizados da construção civil na Grande Vitória/ES na mesma proporção em que intensifica-se o processo de terceirização neste setor, corroborando a hipótese desenvolvida para este estudo referente à relação entre terceirização e precarização.

Desse modo, a terceirização contribui de maneira significativa para o processo de exclusão social, aqui expressa tanto pela redução de postos de trabalho e de salários, quanto pela perda de direitos e garantias trabalhistas fundamentais para o trabalhador. Nessa linha de pensamento, Druck (2006) menciona indicadores que traduzem o grau de precarização dos terceirizados tais como: nível mais baixo de qualificação, níveis de remuneração mais baixos e os poucos benefícios concedidos e por fim, o descumprimento de obrigações trabalhistas elementares com destaque para a falta de registro em carteira.

Druck (2006) resume do seguinte modo a condição dos terceirizados:

Trata-se de trabalhadores inferiores, em condições e relações de trabalho inferiores, que recebem um tratamento diferenciado e convivem e trabalham com outros trabalhadores de estatuto superior, em condições de trabalho superiores, incluídos nos quadros da empresa (DRUCK, 2013, p. 204).

A lógica de intensificação da prática da terceirização nas relações de trabalho no setor da construção civil na Grande Vitória/ES tem contribuído para o avanço da desregulação do trabalho respaldada pela predominância de um discurso empresarial condenatório aos mecanismos de regulação trabalhistas existentes. Assim, o processo de terceirização e de modo intrínseco a ela, a flexibilização das relações de trabalho no setor da construção, encontrou condições favoráveis para se difundir e reproduzir a tendência à precarização tanto nas relações laborais como em suas condições de trabalho, como pôde ser observado neste estudo.

No entanto, cabe aqui salientar que longe de esgotar o debate sobre o trabalho terceirizado e suas tendências na contemporaneidade, particularizando as implicações para a força de trabalho operária e terceirizada da construção civil, as reflexões aqui contidas buscam sensibilizar para a necessidade de maior aprofundamento teórico acerca das questões relacionadas às transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto das relações e condições de trabalho, bem como da proteção social para a classe trabalhadora, determinadas pela conjuntura de reestruturação do capital. Desse modo, no que tange à temática da proteção social relativa ao trabalho, esta será tema de maior aprofundamento que se fará necessário ao longo de futura pesquisa em nível de doutorado acadêmico.

Diante do exposto, concluindo a linha de análise empreendida até aqui, reforça-se o pensamento de que ao assumir a terceirização em suas relações laborais, a indústria da construção civil capixaba, particularmente o subsetor de edificações,

contribui para a perenidade do processo de precarização da sua força de trabalho, no momento em que as mudanças oriundas da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais em tempo de crise estrutural do capital agravam a precarização do trabalho que no processo produtivo refletem diretamente nas condições e relações de trabalho deste setor.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo.; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ANTUNES, Ricardo.; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, São Paulo, ano XVIII, n. 34, p. 19-40, 2015.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, Bauru: Canal 6 Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo:** choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal6 Editora, 2014a.

\_\_\_\_\_. Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. **Revista TST**, Brasília, vol. 80, n. 3, p. 90-105, jul/set. 2014b. Disponível em: <[http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/71031/005\\_alves.pdf?sequence=1](http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/71031/005_alves.pdf?sequence=1)> Acesso em: 22 jul. 2016.

ALVES, Vanderson Moreira Silva. **A produção do espaço urbano de Vitória-ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX.** 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ALVES, Vanderson Moreira Silva. Produção imobiliária e novas formas espaciais na região litorânea do município de Serra-ES. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: CBG, 2014. p. 1-17. Disponível em <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404082343\\_ARQUIVO\\_Vanders on\\_CBG\\_Final.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404082343_ARQUIVO_Vanders on_CBG_Final.pdf)> Acesso em: 05 out. 2016.

ARAÚJO, Raphael Castiglioni de. **Estrutura e evolução recente do Arranjo Produtivo da construção civil no estado do Espírito Santo.** 2009. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ARAÚJO, Luis César G de. **Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

AVALON (construtora). **Jornal Operário da Construção**, Vitória, n. 150, mar. 2017. Seção Pau na Gata. Disponível em: <[http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/marco\\_2017.pdf](http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/marco_2017.pdf)> Acesso em: 28 mar. 2017.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 118, p. 318-338, abr/jun. 2014.

BARALDI, Solange. **Supervisão, flexibilização e desregulamentação no mercado de trabalho**: antigos modos de controle, novas incertezas nos vínculos de trabalho. 2005. 169 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BELING, Adriana. **Implicações decorrentes da opção em contratar mão de obra terceirizada em uma empresa de construção civil**. 2006. 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BERTOCCHI, Letícia Pitanga. **Forma de valorização do capital por meio dos loteamentos fechados no município de Domingos Martins/ES**. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

BOULHOSA, Flavinia Gomes Santos. Da relação de trabalho x relação de emprego. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XV, n. 97, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11139](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11139)> Acesso em: 10 mai. 2016.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia**: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Texto Explicativo Seção IV Acidentes de Trabalho**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www1.previdencia.gov.br/aeps2006/15\\_01\\_03\\_01.asp](http://www1.previdencia.gov.br/aeps2006/15_01_03_01.asp)> Acesso em: 09 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/estatisticas>> Acesso em 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informação Social-RAIS). **Relatório Número de Empregos Formais segundo Setor de Atividades Econômicas (Dados Nacionais e Estaduais)**. Brasília, 2016a Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais> <http://pdet.mte.gov.br/index.php/rais> e <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/rais/2013/nacionais/4-apresentacao.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informação Social - RAIS). **Anuários Estatísticos**. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais> <http://pdet.mte.gov.br/index.php/rais> e <ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/rais/2013/nacionais/4-apresentacao.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 4.330, de 2004**. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=246979&filename=PL+4330/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=246979&filename=PL+4330/2004)> Acesso em 30 abr. 2016.

CAETANO, Edson. **Da qualificação à terceirização**: os caminhos da competitividade. 2001. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CAETANO, Edson. **A modernização do processo de trabalho no subsetor de edificações**: virtualidades e limites. 1996. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **História da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CAMPOS, Cauê Vieira. Processo de produção e processo de valorização do capital no setor da construção civil brasileira. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 4., 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: CIME, 2015. p. 1-9. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/cau%C3%AA%20campos%2010404.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/cau%C3%AA%20campos%2010404.pdf)> Acesso em: 10 out. 2016.

CARELLI, Rodrigo; CARELLI, Lacerda. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Terceirização da força de trabalho no Brasil**: um caminho sem volta?. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENEP, 2012. Disponível em:

<<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2088&title=Terceiriza%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 25 mar. 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASALI, Emerson. **Terceirização**: esclarecimentos importantes para regulamentar o tema. São Paulo, Nota Técnica, 2011.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Estoque de Trabalhadores por Grupos de Atividades Econômicas da Construção Civil**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/rais-ministerio-do-trabalho-e-emprego>> Acesso em: 30 out. 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST-ES). **Comunicação de Acidentes de Trabalho (CATs)**. Vitória, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Relatório Sondagem Especial**: Indústria total, terceirização. Brasília, ano 4, n. 2, p. 1-10, jul. 2014. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_18/2014/08/13/6746/SondagemEspecialTerceirizacao.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2014/08/13/6746/SondagemEspecialTerceirizacao.pdf)> Acesso em: 25 out. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **CNI diz que lei trabalhista é anacrônica e defende terceirização**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.fiero.org.br/noticias\\_detalhes.asp?CodMateria=670](http://www.fiero.org.br/noticias_detalhes.asp?CodMateria=670)> Acesso em: 25 mai. 2016.

CHERCHIGLIA, Mariângela Leal. Terceirização do trabalho nos serviços de saúde: alguns aspectos conceituais, legais e pragmáticos. **CADRUH**, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-15, 2004.

COCKELL, Fernanda Flávia. **Da enxada à colher de pedreiro**: trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil. 2008. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

COSTA, Luciano Rodrigues. **Trabalhadores em construção**: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil. 2010. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

\_\_\_\_\_. Subcontratação e informalidade na construção civil no Brasil e na França. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24. n. 62, p. 413-434, mai/ago. 2011.

CUNHA, Sebastião Ferreira da. Perfil do mercado de trabalho brasileiro e dos trabalhadores na construção civil. In: FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 41-60.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

DIEESE/CUT. **Terceirização e desenvolvimento**: uma conta que não fecha. Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e proposta para garantir a igualdade de direitos. São Paulo, 2014a.

DIEESE. **Rotatividade Setorial**: dados e diretrizes para a ação sindical. São Paulo, 2014b. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)> Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil**. Relatório Técnico. 2013a. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)> Acesso em: 08 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estudo Setorial da Construção**: Estudos e Pesquisas, 56. São Paulo, 2013b. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)> Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Trabalho e Construção**. São Paulo, n. 7, p. 5-6, 2012. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)> Acesso em: 18 ago. 2016.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. Graça. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 18, jun. 2012.

DRUCK, Graça. et al. **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Convenção Coletiva de Trabalho (2016-2018)**. Vitória: Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil-ES, 2016. Disponível em: <[www.sintraconst-es.com.br](http://www.sintraconst-es.com.br)> Acesso em: 15 set. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Tabela Salarial (2016-2018)**. Vitória: Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil-ES, 2016. Disponível em: <[www.sintraconst-es.com.br](http://www.sintraconst-es.com.br)> Acesso em: 15 set. 2016.

FERREIRA, Francismar Cunha. **A produção imobiliária e a renda da terra**: estudo de alguns casos na região metropolitana da Grande Vitória. 2014. 165 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Terceirização e acidentes de trabalho na construção civil. In: FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 61-86.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMAN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo: Fundacentro, v. 35, n. 122, jul/dez. 2010.



HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-88, 2013.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & saúde coletiva**, Salvador, vol.13, n.1, p. 165-174, 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Resenha de Conjuntura**, Ano X, n. 20, mar. 2017. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Renata/Downloads/02\_2017\_CAGED-%20(1).pdf> Acesso em: 20 mar. 2017

IMHOFF, Marcia Moraes.; MORTARI, Aline Perico. Terceirização, vantagens e desvantagens para as empresas. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Santa Maria: UFSM, p. 82-94, jul. 2005. Disponível em:  
<[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos\\_e\\_textos/Gestao/terceirizacao\\_vantagens\\_desvantagens.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao/terceirizacao_vantagens_desvantagens.pdf)> Acesso em: 11 mar. 2016.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KON, Anita. Terceirização e terciarização. In: KON, Anita. **Economia de serviços**: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LINS, Maria Alcina Terto. Capitalismo contemporâneo: precarização e flexibilização das relações de trabalho e das políticas sociais. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Para além da crise global experiências e antecipações concretas, 2015, São Luis. **Anais...** São Luis: JOINPP, 2015. p. 1-15 Disponível em:  
<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/capitalismo-contemporaneo-precario-e-flexibilizacao-das-relacoes-de-trabalho-e-das-politicas-sociais.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2016.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São paulo, vol. 13, n. 1, p. 17-26, 2010.

LORDSLEEM Jr., Alberto Casado.; BARROS, Mércia M. S. Bottura de. **Empresas Subempregadas**: como organizar os processos comercial, de segurança e de produção. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://www.pcc.usp.br/publicacoes?pag=41>> Acesso: 20 mar. 2016.

MADUREIRA, Mary Lane Cruz. **O trabalho do Assistente Social na indústria da construção civil**: perdas e novas possibilidades. 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MANGAS, Raimunda M. do Nascimento.; GÓMEZ, Carlos Minayo.; THEDIM-COSTA, Sonia M. da Fonseca. Acidentes de trabalho fatais e desproteção social na indústria da construção civil do Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Saúde Ocupacional**. São Paulo, vol.33, n.118, p. 48-55, 2008.

MARCELINO, Paula. Trabalhadores terceirizados e luta sindical. Curitiba: Appris, 2013.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A logística da precarização**: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MESZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p.9-29.

MEDEIROS, Flávia Maria Marciela de Almeida. et al. As relações de trabalho na contemporaneidade. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais Fita**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 47-59, 2013.

MONEGATTO, Karina Raimo Benassi. **Do artífice ao peão**: a constituição e a

quebra do reconhecimento do trabalhador da construção civil, referencial teórico e histórico. 2008. 171f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 111, 2012.

OBRA da Prefeitura da Serra sonega direitos. **Jornal Operário da Construção**, Vitória, n. 121, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/novembro2014.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, Vitor Januario. **Características estruturais da construção civil Brasil e Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, Nota Técnica nº 43, 2013.

OLIVEIRA, Maurício José Nunes. **Terceirização é precarização do trabalho**. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, Estudo técnico, n. 25, abr. 2015.

OLIVEIRA, Melissa Ronconi de. **Mercado de trabalho na Construção Civil : o subsector da Construção de Edifícios durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

OLIVEIRA, Melissa Ronconi de.; NETO, Raul da Silva Ventura. O trabalho no canteiro e o urbano no Brasil: notas sobre um debate em construção. In: XVI ENANPUR: ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANPUR, 2015. p. 1-12 Disponível em: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=561](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=561)> Acesso em: 09 jan. 2017.

OLIVEIRA, Waldemar de. Terceirização: chaga a ser extirpada. In: DAU, Denise Motta.; RODRIGUES, Iram Jácome.; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Orgs.). **Terceirização no Brasil**: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablume, CUT, 2009.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 24, p. 132-146, mai/jun/jul/ago. 2011.

OLIVEIRA, Fernanda Sousa. Terceirização e flexibilização das normas trabalhistas. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, Bogotá, v. 16, n. 31, p. 189-201, jan/jun. 2013.

PARENZA, Cidriana Tereza. Trajetórias: um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 93, 2008.

PASTORE, José. **Terceirização gera emprego e melhora competitividade, avaliam especialistas**. São Paulo: FECOMERCIO/SP, 2014. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/terceirizacao-gera-emprego-e-melhora-competitividade-avaliam-especialistas>> Acesso em: 26 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Os rumos da terceirização**. São Paulo: FECOMERCIO/SP, 2011. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/NoticiaArtigo/Artigo/3019>> Acesso em: 26 mar. 2016.

PATRÕES querem descontar a crise em cima do trabalhador. **Jornal Operário da Construção**, Vitória, n. 128, jun. 2015. Disponível em: <[http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/dezembro\\_2015.pdf](http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/dezembro_2015.pdf)> Acesso em: 08 dez. 2016.

PEDRIALI, Marcelle Cristina. **Business Process Outsourcing**: uma importante ferramenta estratégica da terceirização. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2004, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: CBC, 2004. p. 1-16 Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2291>> Acesso em: 12 mar. 2016.

POCHMANN, Marcio. **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho**: a superterceirização do trabalho. São Paulo: LTr, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

PORTUGAL, Murilo. **CNI e Febraban debatem terceirização do trabalho**. São Paulo: FECOMERCIO/SP, 2014. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/fecomerciosp-cni-e-febraban-debatem-terceirizacao-do-trabalho>> Acesso em: 26 mar. 2016.

PREFEITURA de Aracruz e empreiteiras. **Jornal Operário da Construção**, Vitória, n. 147, dez. 2016. Seção Pau na Gata. Disponível em: <[http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/dezembro\\_2016.pdf](http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/dezembro_2016.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2017

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RODIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex.L.Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no Trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Ano IV, n.7, p. 1-8, nov. 2006. Disponível em: <[http://www.faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/lh21p1iEajxIWcK\\_2013-5-10-15-30-2.pdf](http://www.faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1iEajxIWcK_2013-5-10-15-30-2.pdf)> Acesso em: 20 dez. 2016.

SANCHES, Ana Tercia. Terceirização no sistema financeiro. In: DAU, Denise Motta.; RODRIGUES, Iram Jácome.; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Orgs.).

**Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho** (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablume, CUT, 2009

SANTOS, Arthur Henrique da Silva. Prefácio. In: DAU, Denise Motta.; RODRIGUES, Iram Jácome.; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho** (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablume, CUT, 2009.

SANTOS FILHO, Bertolino Bernardes dos. **Trabalho e Saúde: a lombalgia em pedreiros de uma empresa da construção civil na Grande Vitória/ES**. 2011. 81 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2011.

SANTOS, Anselmo Luís dos.; BIAVASCHI, Magda Barros. A terceirização no contexto da reconfiguração do capitalismo contemporâneo : a dinâmica da construção da Súmula nº 331 do TST. **Revista TST**, Brasília, vol. 80, n. 3, p. 19-35, jul/set. 2014. Disponível em: <[https://juslboris.tst.jus.br/handle/1939/71081/001\\_santos\\_biavaschi\(1\).pdf](https://juslboris.tst.jus.br/handle/1939/71081/001_santos_biavaschi(1).pdf)> Acesso em: 31 mar. 2016.

SANTA CRUZ, Felipe. Precarização do Trabalho: Projeto de Lei da Terceirização transforma em regra o que deveria ser exceção. **Consultor Jurídico**, São Paulo: Dublê Editorial, p. 1-2, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-abr-26/felipe-santa-cruz-lei-terceirizacao-transforma-excecao-regra>> Acesso em: 31 mar. 2016.

SARTIM, Maria Madalena do Nascimento. **A Reforma trabalhista e sindical do Brasil no contexto de contra-reformas neoliberais: flexibilização de direitos ou (des)ajuste social?**. 2008, 239 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho precário no contexto das políticas de desenvolvimento local e geração de renda: o caso do APL de serviços e confecções da Glória/ES**. Vitória: UFES, Relatório de Pesquisa, 2016. (em fase de pré-publicação)

SCAVICHIA, Gloriete Santos. **Terceirização e trabalhadores da construção civil na cidade de Araraquara-SP**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

SCIENZA, Luiz Alfredo.; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Tecnologia para quê(m)? resistência empresarial e reprodução das mortes na construção civil, análise sociotécnica da utilização de elevadores tracionados a cabo e plataformas de proteção contra queda de materiais em canteiros de obra. In: FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 129-156.

SEVERO, Valdete Souto. Para além do PL 4330. **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho**, Brasília, p. 1-2, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br/index.php/artigos/para-alem-do-pl-4330>> Acesso em: 31 mar. 2016.

SILVA, Carlos Freire da. Terceirização e trabalho informal: o caso da indústria de confecção. In: DAU, Denise Motta.; RODRIGUES, Iram Jácome.; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)**. São Paulo: Annablume, CUT, 2009.

SILVA, Noëlle da., REISEN, Fernando Alves., PALASSI, Márcia Prezotti. Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil - Sintraconst: trajetórias, redes e poder sob a perspectiva do discurso do sujeito coletivo. **SINAIS - Revista Eletrônica Ciências Sociais**, Vitória: CCHN-UFES, v. 1, n.10, dez. 2011.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza et al. (Orgs.). **O Averso do Trabalho III**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 62-88.

SILVA, Maria Cristina V. de Cristo. **Condições de Trabalho e Clima de Segurança dos Operários da Construção de Edificações**. 2013b. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOARES, Érica L. Almeida. Trabalho e precarização: breve análise sobre o recente cenário de adoecimento entre trabalhadores da construção civil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 12. n. 2, p. 48-62, jul/dez. 2013.

SOUZA, José dos Santos. Apresentação. In: SOUZA, José dos Santos (Org.). **Trabalho, Qualificação e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SOUZA, Renata Silva. Relações de trabalho e o processo de precariedade na construção civil brasileira. **Revista Estudos do Trabalho**. Marília: Unesp-SP, ano IX, n. 17, p. 101-122, 2015. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/A6%20RRET17.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2016.

TERCEIRIZAÇÃO desenfreada: o fim da ponte para o futuro de Temer. **Jornal Operário da Construção**, Vitória, n. 143, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/agosto\\_2016.pdf](http://www.sintraconst-es.com.br/arquivos/jornais/agosto_2016.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2017.

TAQUARI, Fernando.; EXMAN, Fernando.; MARQUES, Felipe. Executivos defendem terceirização e dizem que reduz burocracia. **Jornal Valor Econômico**, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4033556/executivos-defendem-terceirizacao-e-dizem-que-reduz-burocracia>> Acesso em: 26 mar. 2016.

TEIXEIRA, Marilane.; PELATIERI, Patricia. Terceirização e precarização do mercado de trabalho brasileiro. In: DAU, Denise Motta.; RODRIGUES, Iram Jácome.; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da**

inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablume, CUT, 2009.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Indústria da construção civil e reestruturação produtiva**: Novas Tecnologias e Modos de Socialização Construindo o Intelecto Coletivo ("General Intellect"). 2007. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

TAKAHASHI, Mara Alice B. Conti et al. Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na análise coletiva do trabalho. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21. n. 4, p. 976-988, 2012.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. et al. A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória ES-Brasil. **Confins - Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, v. 1, n. 21. p. 1-25, 2014. Disponível em: <<https://confins.revues.org/9738>> Acesso em: 13 out. 2016.

## APÊNDICE - A



**Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Política Social**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “A terceirização nas Relações de Trabalho na Construção Civil da Grande Vitória/ES”. Esta pesquisa tem como objetivo buscar informações sobre as relações e condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados e sindicalizados no setor da construção civil na região da Grande Vitória, no que diz respeito às variáveis contratos, salário, jornada, rotatividade e condições de trabalho. A sua colaboração será feita de forma confidencial e com absoluta privacidade garantindo a você sigilo absoluto quanto à sua identidade, através de marcação de Questionário com duração de aproximadamente 20 minutos e as perguntas do Questionário deverão ser preenchidas e devolvidas à pesquisadora. Deixamos você ciente de que pode se retirar dessa pesquisa e também se recusar a dar qualquer informação sem prejuízo nenhum e sem sofrer qualquer constrangimento.

Declaro para o devido fim que estou ciente do conteúdo expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à Pesquisa “A terceirização nas Relações de Trabalho na Construção Civil da Grande Vitória/ES” e que para tirar qualquer dúvida sobre a ética da pesquisa, posso consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) localizado na Av. Fernando Ferrari 514 Campus Universitário/Goiabeiras, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29.090-075 Cidade: Vitória/ES. Telefone: 3145-9820 e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Pesquisador(a): **Renata Silva Souza**  
Email: renatas47@yahoo.com.br  
Tel. 99794-2163

Prof. Orientador: **Maurício de Souza Sabadini**  
Email: sabadini.mauricio@gmail.com

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Entrevistado (sujeito da pesquisa)

\_\_\_\_\_  
Renata Silva Souza  
Pesquisadora responsável



**APÊNDICE - B****QUESTIONÁRIO****PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO**

**01)** - Identidade de gênero:

( ) Masculino ( ) Feminino

**02)** - Qual a sua faixa etária?

( ) 18 a 22 anos

( ) 23 a 27 anos

( ) 28 a 32 anos

( ) 33 a 37 anos

( ) 38 a 42 anos

( ) 43 a 47 anos

( ) 48 a 54 anos

( ) acima de 55 anos

**03)** - Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino superior completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Outro:\_\_\_\_\_.

**DADOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

**04)** – Qual função exerce atualmente na construção civil?

( ) Servente (Auxiliar de obras) ( ) Eletricista (Oficial)

( ) Pedreiro (Oficial) ( ) Pintor (Oficial)

( ) Armador (Oficial) ( ) Oficial Polivalente (exerce várias das funções do cargo de Oficial)

( ) Carpinteiro (Oficial) ( ) Outro:\_\_\_\_\_.

**05)** - Porque você começou a trabalhar no setor da construção civil?

( ) É um dos setores que mais contrata mão de obra (sem muitas exigências);

( ) É um dos empregos existentes que dá mais segurança ao trabalhador em termos de direitos trabalhistas;

( ) É um dos empregos existentes cujo salário é mais elevado;

( ) Desemprego;

( ) Outra razão (especifique):\_\_\_\_\_.

**06)** - Quais experiências de trabalho você teve anteriormente?

( ) Mecânica ( ) Marcenaria

( ) Segurança ( ) Construção Civil

( ) Comércio ( ) Outro:\_\_\_\_\_

( ) Elétrica (como eletricista)

**07)** - Qual tipo de contrato possuía com a empresa da construção civil em que trabalhava em seu último vínculo?

( ) Contrato Indeterminado ( ) Contrato temporário

Qual foi a duração deste último vínculo de trabalho?

( ) 90 dias

( ) seis meses

( ) 1 ano

( ) 2 anos

( ) Outro: \_\_\_\_\_

## **CONTRATOS DE TRABALHO**

**08)** - Qual tipo de contrato possui com sua empresa/empreiteira?

( ) Contrato por tempo indeterminado. Há quanto tempo você está na empresa? \_\_\_\_\_

( ) Contrato temporário. Qual tempo de duração deste contrato? \_\_\_\_\_

**09)** – Você é contratado diretamente pela empresa/construtora principal ou é empregado terceirizado de outra empresa/empreiteira?

( ) pela empresa/construtora principal

( ) pela empresa terceirizada (subcontratada)

**10)** – Você tem carteira assinada? ( ) sim ( ) não (em caso negativo)  
Por quê? \_\_\_\_\_

Quando não trabalha com carteira assinada você contribui como autônomo para a Previdência Social? ( ) sim ( ) não. (em caso negativo)  
Por quê? \_\_\_\_\_

**11)** - Você tem férias remuneradas? ( ) sim ( ) não

Como são fornecidas as férias na sua empresa?

( ) O empregado determina quando pode sair de férias;

( ) A empresa determina quando o empregado pode sair de férias

**12)** – Você é contratado por uma empresa/empreiteira vinculada à:

( ) Construção de edifícios de obra privada voltada para o mercado (edifícios residenciais)

( ) Construção de edifícios de obra pública (encomenda pública)

## **JORNADA DE TRABALHO**

**13)** – Quantas horas você trabalha por dia?

\_\_\_\_\_

**14)** – Qual é sua jornada de trabalho semanal?

( ) 20 horas ( ) 30 horas ( ) 40 horas ( ) 44 horas ( ) outra,  
especifique:\_\_\_\_\_

**15)** – Você trabalha em horas extras? ( ) sim ( ) não. (em caso afirmativo)  
Você recebe pelas horas extras trabalhadas? ( ) sim ( ) não. (em caso afirmativo)

Qual a forma de pagamento das horas extras?

- ( ) Em banco de horas  
( ) Em dinheiro

## **SALÁRIO**

**16)** – Quanto você recebe na função que desempenha?

- ( ) 01 salário mínimo  
( ) entre 01 e 02 salários mínimos  
( ) entre 02 e 03 salários mínimos  
( ) entre 03 e 04 salários mínimos  
( ) entre 04 e 05 salários mínimos  
( ) Outro. (especifique):\_\_\_\_\_.

A empresa concede ticket alimentação? ( ) sim ( ) não (em caso afirmativo)

Como você recebe este ticket alimentação?

Em dinheiro ( ); em cartão ( ); em cesta básica ( )

**17)** – Qual a forma de pagamento na sua empresa?

- ( ) hora ( ) mensal  
( ) dia ( ) por produção (empreitada)  
( ) semanal ( ) Outro. (especifique):\_\_\_\_\_.

**18)** – Os salários são pagos diretamente:

- ( ) Pelo empregador da empresa/construtora principal  
( ) Pela empresa terceirizada (subcontratada)

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**19)** - Existem equipamentos de segurança (EPI's) na empresa em que trabalha?

( ) sim ( ) não. (em caso afirmativo)

Você utiliza estes equipamentos? ( ) sim ( ) não (em caso afirmativo)

**20)** - Quais equipamentos de proteção você utiliza?

- ( ) Luvas ( ) Capa de chuva com capuz  
( ) Máscara ( ) Protetor solar  
( ) Protetor auricular ( ) Bota dorso metálico  
( ) Óculos ( ) Cinto de segurança  
( ) Capacete ( ) Outro, (especifique):\_\_\_\_\_.

( ) Bota de PVC

**21)** - Você já sofreu algum acidente enquanto trabalhava? ( ) sim ( ) não. (em caso afirmativo)

Qual?\_\_\_\_\_.

**22)** - A qual(is) fatores você fica exposto e que você acha que prejudicam sua saúde?

- |                                       |  |   |
|---------------------------------------|--|---|
| <input type="checkbox"/> ruído        | <input type="checkbox"/> poeira        | <input type="checkbox"/> peso excessivo     |
| <input type="checkbox"/> calor        | <input type="checkbox"/> gases         | <input type="checkbox"/> posições incômodas |
| <input type="checkbox"/> umidade      | <input type="checkbox"/> vapores       | <input type="checkbox"/> outros:_____       |
| <input type="checkbox"/> outros:_____ | <input type="checkbox"/> outros:_____. |   |

Você já fez uso de atestado médico no trabalho? ☐ sim ☐ não

**23)** - Você possui plano de saúde? ☐ sim ☐ não (em caso afirmativo)

O plano é pela empresa ☐ ou é plano particular ☐

## ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESPÍRITO SANTO - UFES -  
CAMPUS GOIABEIRA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** As relações de trabalho dos trabalhadores na construção civil da Grande Vitória/ES.

**Pesquisador:** Renata Silva Souza

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 54876016.0.0000.5542

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.534.336

## Apresentação do Projeto:

A pesquisa consiste na análise das relações de trabalho no contexto da terceirização na Construção Civil da Grande Vitória/ES, envolvendo as variáveis: salário, jornada de trabalho, contratos, proteção social, rotatividade e condições de trabalho concernentes à força de trabalho operária e sindicalizada desse segmento, que exerce as funções de pedreiro, servente, carpinteiro, pintor e etc.

## Objetivo da Pesquisa:

Analisar as características das relações e condições de trabalho dos trabalhadores sindicalizados que atuam nas empresas terceirizadas no setor da construção civil na grande Vitória/ES visando identificar formas de precarização em termos salariais, formas de contrato, jornada de trabalho, condições de trabalho, proteção social e nível de rotatividade.

## Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora afirma que os riscos da pesquisa são mínimos, podendo provocar apenas um leve desconforto pelo tempo exigido para responder aos questionários, além de constrangimentos pelo teor dos questionamentos, no entanto, a pesquisadora garante que tais riscos que serão amenizados mediante a garantia de sigilo absoluto em relação à identidade do trabalhador, bem como aos dados envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade.

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

**Bairro:** Goiabeiras

**CEP:** 29.090-075

**UF:** ES

**Município:** VITÓRIA

**Telefone:** (27) 3145-9820

**E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

Em relação aos benefícios, a pesquisadora afirma que o estudo oferecerá subsídios para o debate à classe trabalhadora e entidades sindicais da construção civil, bem como movimentos sociais trabalhistas diversos sobre a precarização das relações de trabalho no contexto de intensificação da terceirização, sobretudo, nas questões relativas às garantias de direitos sociais deste segmento de trabalhadores, além de formular estratégias que resultem em respostas mais efetivas, na medida em que absorvem as demandas dos trabalhadores da construção.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta fundamentação teórico-metodológica e relevância científica e social.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A Folha de Rosto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido se encontram em consonância com o preconizado na Resolução nº466/2012, assim como, os demais termos obrigatórios.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou inadequações.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

#### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_684216.pdf	06/04/2016 08:47:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	renataprojetoestrado.pdf	06/04/2016 08:46:34	Renata Silva Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeesclarecido.pdf	06/04/2016 08:46:03	Renata Silva Souza	Aceito
Folha de Rosto	novafolhaderosto.pdf	06/04/2016 08:45:05	Renata Silva Souza	Aceito
Outros	cartadeanuenciasindicato.pdf	21/03/2016 20:45:19	Renata Silva Souza	Aceito

#### **Situação do Parecer:**

Aprovado

#### **Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.090-075  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESPÍRITO SANTO - UFES -  
CAMPUS GOIABEIRA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

VITÓRIA, 06 de Maio de 2016

---

**Assinado por:**  
**KALLINE PEREIRA AROEIRA**  
**(Coordenador)**